

**José Edicarlos de Aquino**  
**Organizador**



SEIS ENSAIOS EM  
**HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGÜÍSTICAS**

 **Pedro & João**  
editores

 **EDUFT**  
Conhecimento na palma da mão

# Seis Ensaios em História das Ideias Linguísticas

  
**Pedro & João**  
editores

 **EDUFT**  
*Conhecimento na palma da mão*



**Universidade Federal do Tocantins**  
**Editora da Universidade Federal do Tocantins - EDUFT**

**Reitor**

Luis Eduardo Bovolato

**Vice-reitora**

Marcelo Leineker Costa

**Pró-Reitor de Administração e  
Finanças (PROAD)**

Carlos Alberto Moreira de Araújo

**Pró-Reitor de Avaliação e  
Planejamento (PROAP)**

Eduardo Andrea Lemus Erasmo

**Pró-Reitor de Assuntos Estudantis  
(PROEST)**

Kherley Caxias Batista Barbosa

**Pró-Reitora de Extensão, Cultura e  
Assuntos**

**Comunitários (PROEX)**

Maria Santana Ferreira dos Santos

**Pró-Reitora de Gestão e  
Desenvolvimento de  
Pessoas (PROGEDEP)**

Michelle Matilde Semiguem Lima  
Trombini Duarte

**Pró-Reitor de Graduação  
(PROGRAD)**

Eduardo José Cezari

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-  
Graduação (PROPEAQ)**

Raphael Sanzio Pimenta

**Pró-Reitor de Tecnologia e Comunicação  
(PROTIC)**

Ary Henrique Morais de Oliveira

**Conselho Editorial**

Presidente

Ruhena Kelber Abrão Ferreira  
Membros do Conselho por Área

**Ciências Biológicas e da Saúde**

Eder Ahmad Charaf Eddine  
Marcela Antunes Paschoal Popolin  
Marcio dos Santos Teixeira Pinho

**Ciências Humanas, Letras e Artes**

Barbara Tavares dos Santos  
George Leonardo Seabra Coelho  
Marcos Alexandre de Melo Santiago

Rosemeri Birck

Thiago Barbosa Soares  
Willian Douglas Guilherme

**Ciências Sociais Aplicadas**

Roseli Bodnar  
Vinicius Pinheiro Marques

**Engenharias, Ciências Exatas e da Terra**

Fernando Soares de Carvalho  
Marcos André de Oliveira  
Maria Cristina Bueno Coelho

**Interdisciplinar**

Ana Roseli Paes dos Santos  
Ruhena Kelber Abrão Ferreira  
Wilson Rogério dos Santos

Este livro foi realizado com apoio do programa PAEP da Capes  
(N. Aux. Proc. 2505/2023, 88881.879542/2023-01).



**José Edicarlos de Aquino**  
(Organizador)

**Seis Ensaios em  
História das Ideias  
Linguísticas**

  
**Pedro & João**  
editores

  
**EDUFT**  
Conhecimento na palma da mão

**Copyright © Autoras e autores**

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

---

**José Edicarlos de Aquino [Org.]**

**Seis Ensaios em História das Ideias Linguísticas.** São Carlos: Pedro & João Editores e EDUFT, 2024. 294p. 13,5 x 20,5 cm.

**ISBN: 978-65-265-1375-0 [Impresso – Pedro & João Editores]**

**978-65-265-1376-7 [Digital – Pedro & João Editores]**

**978-65-5390-123-0 [Impresso – EDUFT]**

**978-65-5390-122-3 [Digital – EDUFT]**

1. Ensaios. 2. Histórias das ideias linguísticas. 3. Linguística. I. Título.

CDD – 370/900

---

**Capa:** Marcos Della Porta

**Imagem da capa:** Lucília Maria Abrahão e Sousa

**Fotógrafa da imagem:** Stéfanie Bellomi Queiroz

**Revisão e índice remissivo:** José Edicarlos de Aquino

**Ficha Catalográfica:** Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

**Diagramação:** Diany Akiko Lee

**Editores:** Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

**Conselho Editorial da Pedro & João Editores:**

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barengo de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



**Pedro & João Editores**

[www.pedroejoaoeditores.com.br](http://www.pedroejoaoeditores.com.br)

13568-878 – São Carlos – SP

2024

O senhor sabe?: não acerto no contar, porque estou remexendo o vivido longe alto, com pouco caroço, querendo esquentar, demear, de feito, meu coração, naquelas lembranças. Ou quero enfiar a idéia, achar o rumozinho forte das coisas, caminho do que houve e do que não houve. As vezes não é fácil. Fé que não é.

(João Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*)



## Sumário

- 9**      **Apresentação**  
José Edicarlos de Aquino
- 15**     **O horizonte de projeção da gramatização  
brasileira no século XIX**  
José Edicarlos de Aquino
- 55**     **Diferentes formas de ser intelectual negro  
nos estudos da linguagem entre os séculos  
XIX e XX: contrapontos entre Antenor de  
Veras Nascentes e Hemetério José dos  
Santos**  
Rogério Modesto
- 89**     **Historiografia literária e política de línguas**  
Gabriel Leopoldino dos Santos
- 119**    **A língua nacional e o funcionamento do  
discurso literário textualizado em Iracema**  
Élcio Aloisio Fragoso
- 191**    **Uma breve história de dois conceitos  
saussurianos para além da linguística:  
sincronia e diacronia na psicanálise**  
Bruno Turra

- 229** **Conversas em Tocantins: um transitar pela  
construção cotidiana do saber**  
Ana Cláudia Fernandes Ferreira
- 269** **Posfácio**  
Vanise Medeiros
- 275** **Perfil dos colaboradores**
- 279** **Índice remissivo**

## **Apresentação**

### **A História das Ideias Linguísticas em Seis Ensaios**

Já se vão quatro décadas desde que foram delineados os primeiros contornos de um programa brasileiro de pesquisa em História das Ideias Linguísticas. Capitaneados pela vanguarda dos projetos “Discurso, Significação, Brasilidade” (1987-1991), “Construção de um Saber Metalinguístico e a Constituição da Língua Nacional (1992-1995)”, “Ética e Política das Línguas” (1996-2003) e “O Controle Político da Representação” (2005-2008), gestados, primeiro, na Universidade Estadual de Campinas e, depois, na Universidade de São Paulo, os pesquisadores que desenvolveram e implantaram essa área de estudos no país buscavam inicialmente estabelecer uma reflexão sobre os modelos de formação do português brasileiro como língua nacional. De forma mais abrangente, planejavam compreender a criação e circulação de saberes sobre a linguagem e as línguas nas condições próprias da história do Brasil.

Não foram poucas as temáticas suscitadas entre nós pelos trabalhos em História das Ideias Linguísticas. Podemos mencionar, sem pretensão de exaustividade, a ascendência e os deslocamentos da tradição linguística ocidental no território brasileiro; a forma e o

funcionamento dos instrumentos linguísticos e as suas relações com os sujeitos falantes; o contato da língua portuguesa com as línguas indígenas, africanas, de imigração europeia e aquelas das fronteiras com outros países sul-americanos; a marcação e tematização das diferenças entre o português no Brasil e em Portugal; os projetos de organização da nação brasileira através de instituições como escola, igreja, imprensa e academias; o vínculo entre língua e política; e o desenvolvimento do próprio arcabouço teórico-conceitual da área.

Não é segredo para ninguém que, no espaço brasileiro, a História das Ideias Linguísticas tem mantido um diálogo estreito, não isento de tensões, com disciplinas como a Semântica da Enunciação e, principalmente, a Análise de Discurso. Seria injusto esquecer a interlocução também com a Semiótica, a Sociolinguística, a Historiografia e a Epistemologia. Há algo que se mantém regular nesses diversos cruzamentos disciplinares: a compreensão da inseparabilidade entre história da língua e história do conhecimento linguístico e a avaliação de que um pesquisador em História das Ideias Linguísticas é antes de tudo um especialista no funcionamento das línguas.

Uma busca rápida no catálogo de Teses e Dissertação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) registra mais de uma centena e meia de trabalhos de pós-graduação vinculados ao campo da História das Ideias Linguísticas. Um recenseamento de artigos científicos publicados em periódicos brasileiros revelaria certamente um quantitativo ainda maior. Tudo isso

para ilustrar a grande expansão desse domínio de estudos no Brasil. Não se trata, contudo, de uma questão meramente numérica. A qualidade da produção brasileira é uma realidade reconhecida inclusive no cenário internacional. Uma manifestação desse reconhecimento é a afirmação de John Joseph, biógrafo de Ferdinand de Saussure, de que o português é “a verdadeira língua materna da história da linguística na América”<sup>1</sup>.

A História das Ideias Linguísticas tem se expandido dos grandes centros econômicos para as regiões mais profundas do Brasil. Este livro é o resultado desse alargamento de fronteiras. Ele é fruto do encontro de paixões pessoais com políticas públicas de fomento à pesquisa. Assim, graças às verbas do *Programa de Apoio a Eventos no País – PAEP/CAPES*, um pequeno grupo de estudiosos se reuniu, em novembro de 2023, no *campus* de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins para participar do *III Seminário de História das Ideias Linguísticas*. As comunicações apresentadas viraram os seis ensaios que compõem a presente obra, que, por certa conveniência, mas não sem poesia, se intitula justamente *Seis Ensaios em História das Ideias Linguísticas*. O livro poderia ser chamado também, e provavelmente assim o será, de *Seis Ensaios em HIL*, sigla que passou a ser adotada de maneira onipresente e carinhosa pelos pesquisadores brasileiros. E atenção, lê-se: a'ga 'i 'eli.

---

<sup>1</sup> JOSEPH, John E. *Saussure*. Tradução de Bruno Turra. Campinas: Unicamp, 2023. p. 23.

Nas páginas que se seguem, Rogério Modesto, Gabriel Leopoldino dos Santos, Élcio Aloisio Fragoso, Bruno Turra e Ana Cláudia Fernandes Ferreira, além deste que escreve estas linhas, dão consistência ao sentido de ensaio enquanto a ação de examinar e aprofundar uma ideia. A matemática faz com que, estando na perspectiva da HIL, os autores realizem então o exame e aprofundamento de uma ideia sobre ideias (linguísticas!). Constituindo uma nova geração de pesquisadores, eles retomam, aprofundam e avançam questões centrais da HIL no Brasil. Pelos ensaios aqui reunidos, podemos conceber o estado da arte da pesquisa contemporânea em História das Ideias Linguísticas no nosso país: a construção da língua nacional no século XIX e a política de línguas continuam como temáticas fundamentais; o estudo da literatura e o debate sobre racialidade ganham preponderância; interpretações canônicas sobre figuras centrais das ciências da linguagem são revistas e conceitos, inclusive os da própria HIL, são esquadrinhados e ressignificados; estudam-se autores consagrados ao mesmo tempo em que recuperam-se personalidades apagadas na história; são esmiuçados tanto os eventos do passado quanto os projetos de futuro; e, para além de fixar o olhar nas instituições e acontecimentos canônicos, investiga-se também o saber cotidiano.

Além de paixões pessoais e políticas públicas, esta obra é finalmente efeito da mútua admiração e das relações de afeto entre o Edicarlos, o Rogério, o Gabriel, o Élcio, o Bruno e a Ana, mas também a Vanise

e o Phellipe, que escreveram, respectivamente, o posfácio e a orelha do livro, e da Lucília, que adorna com sua linda e evocativa aquarela a capa destes *Seis Ensaíos em História das Ideias Linguísticas*. Trocando em miúdos, *just a perfect day* na, pela e para a HIL!

Porto Nacional, à beira do rio Tocantins,  
num belo dia de 2024.

**José Edicarlo de Aquino**  
Universidade Federal do Tocantins



# O horizonte de projeção da gramatização brasileira no século XIX

José Edicarlos de Aquino

Chaque époque probablement *rêve ainsi aux époques  
suivantes*, mais elle n'en parle guère, ne *pouvant*  
même *nommer* les objets inconnus, indécis, qui lui  
apparaissent. Nos pères des premiers âges du  
monde, *nous ont rêvés*, et sans doute avec  
sympathie. Leurs regards, lorsqu'ils se fermaient au  
présent, s'ouvraient volontiers aux figures confuses  
de leurs descendants...

(Jules Michelet, *Avenir ! Avenir !*)

Confesso que não sei nem a ninguém é dado prever  
o futuro nas coisas do meu país. Mesmo  
confessando as boas intenções dos que vão ao leme  
do Estado, há razão para abstrair da lógica e contar  
com o imprevisto e com o absurdo.

(Machado de Assis, *O Futuro*)

## Apresentação

O objetivo deste ensaio é de compreender a construção do horizonte de projeção da gramatização brasileira do século XIX, isto é, o traçado de um projeto de saber linguístico pelos gramáticos brasileiros em uma época determinante para a história da reflexão sobre a linguagem e as línguas no Brasil, quando se desencadeia a produção de instrumentos linguísticos

por autores brasileiros e para leitores brasileiros (Aquino, 2012). Esse “processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (Auroux, 1992, p. 65), no Brasil, assim como na Europa renascentista, corresponde à formação da nação e traz consigo a questão da língua nacional. Dessa forma, tendo como elemento fundamental de nossa história o fato de sermos uma colônia portuguesa que se torna Estado independente em 1822 e proclama a República em 1889, a gramatização brasileira é realizada na procura de uma língua e de teorias linguísticas que se afastassem dos modelos de Portugal (Orlandi, Guimarães, 2001; Guimarães, 2004). Nessas condições, e é justamente o que procuramos mostrar aqui, na tentativa de romper com o passado colonial e na esperança de abrir as portas para um novo futuro independente, toda uma agenda de pesquisa é concebida pelos gramáticos brasileiros do século XIX. Verificar se essa agenda se concretizou, já adiantamos, é matéria para outro trabalho...

Trazemos para análise as gramáticas de Ernesto Carneiro Ribeiro (*Grammatica Portugueza Philosophica*, 1877), Júlio Ribeiro (*Grammatica Portugueza*, 1881), João Ribeiro (*Grammatica Portugueza*, 1887<sup>2</sup>), Pacheco Silva e Lameira de Andrade (*Noções de Grammatica Portugueza*, 1887), Alfredo Gomes (*Grammatica Portugueza*, 1887<sup>3</sup>) e

---

<sup>2</sup> Empregamos a terceira edição, de 1889.

<sup>3</sup> Empregamos a décima quinta edição, de 1913.

Maximino Maciel (*Grammatica Analytica*, 1887), as primeiras de uma longa série que se estenderá pelo menos até a metade do século XX.

## 1. O conceito de horizonte de projeção

A partir da compreensão de que o conhecimento guarda necessariamente uma relação com o tempo, Sylvain Auroux (1987) formula o par *horizonte de retrospectação* e *horizonte de projeção*, conceitos que se sustentam na ideia de que “não há conhecimento instantâneo”, pois “é preciso de tempo para conhecer” (Auroux, 2007, p. 161)<sup>4</sup>. Esse duo conceitual se origina na crítica a uma concepção excessivamente idealista da ciência, muito em voga na década de 1970, segundo a qual haveria conhecimentos “abstratos e universais” e, dessa forma, uma ciência una e parecida com ela mesma em toda parte. Nesse cenário, como avalia Auroux (2006), a única questão que surgia para o historiador era saber se uma ciência havia sempre existido, indagação que recebia geralmente uma negação como resposta, o que levava a um esforço de datação de um ponto inicial e à reiterada suposição de um grande período “pré-científico” na história das ciências. Nas ciências da linguagem, esse ponto inicial é frequentemente representado, segundo o gosto do

---

<sup>4</sup> No original: « Il n’y a pas de connaissance instantanée, ce qui ne signifie pas que l’objet de la connaissance ou sa valeur soient temporelles, comme le soutient le relativisme. Cela signifie qu’il faut du temps pour savoir ». Todas as traduções são de nossa autoria.

freguês, pela gramática histórico-comparativa, por Ferdinand de Saussure ou por Noam Chomsky.

Conforme Merlin-Kajman (2014), falar de horizonte de retrospectão e horizonte de projeção é sustentar que os textos e os acontecimentos científicos aparecem no mesmo tempo intelectual do sujeito do conhecimento, isto é, que os autores e os discursos constituem uma espécie de contemporâneos teóricos com os quais é possível estabelecer um debate atual, o que invalida o pressuposto do perecimento automático do conhecimento devido à passagem do tempo. Para a autora, a noção de horizonte é um contraponto tanto ao regime inaugurado pela virada copernicana, que insiste nas noções de descoberta, progresso e ruptura e faz do devir histórico nada mais do que o lugar do acidental e da corrupção, conferindo-lhe uma direção e um sentido puramente cumulativos, quanto ao modelo cognitivista das ciências da natureza, que toma a vida humana como uma consequência de mecanismos biologicamente programados, ignora o passado e esquematiza o futuro em termos de diagnóstico ou prognóstico. Em resumo, a noção de horizonte traz para o primeiro plano aquilo que é invisibilizado por uma historicidade organizada exclusivamente em torno de cálculos, descobertas e rupturas, isto é, a co-presença dos saberes (cf. Merlin-Kajman, 2014; Colombat, 2006; Auroux, 1994).

O ponto fundamental destacado nos conceitos de horizonte de retrospectão e de horizonte de projeção é o da construção de uma memória e de um projeto de futuro implicados na produção do conhecimento:

Todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber. Porque é limitado, o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospectão, assim como um horizonte de projeção. O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber. (Auroux, 1992, p. 11-12)

Nessas célebres palavras, encontra-se a concepção de que toda obra traz em si a constituição *simultânea* de um *passado* e de um *futuro*. É, por exemplo, o que faz Ferdinand de Saussure ao, retrospectivamente, afirmar que “A ciência que se constituiu em torno dos fatos da língua passou por três fases sucessivas [a Gramática, a Filologia e a Gramática Comparada] antes de conhecer qual é o seu verdadeiro e único objeto” ([1916] 2006, p. 7) e, num projeto que não se realizou, prever que “Pode-se, então, conceber *uma ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social*; ela constituiria uma parte da Psicologia social e, por conseguinte, da Psicologia geral; chamá-la-emos de *Semiologia*” (ibidem, p. 24, grifos do autor).

As pesquisas em História das Ideias Linguísticas têm privilegiado o conceito de horizonte de retrospectão, analiticamente reconstruído a partir da

observação de elementos como epígrafes, dedicatórias, organização da obra, terminologia empregada, citações, montagem do *corpus* ilustrativo, tratamento das partes do discurso, da fonética, da morfossintaxe, etc. (Aquino, 2016, 2017). Menos formalizado é o conceito de horizonte de projeção, o que talvez tenha a ver com a imagem da História como a disciplina responsável por estudar os acontecimentos passados, mas também com o embaraço de determinar, para além do tempo verbal, quais marcas do/no texto indicariam um olhar sobre o futuro, afinal como alguém poderia citar autores e teorias que ainda não existem?

Voltando à pergunta acima, se não parece possível citar autores e teorias que ainda não existem, não é impossível imaginar ou desejar que certos saberes vão ou deveriam um dia existir, pois, como diz Jules Michelet, num enunciado que ressoa na pena de Auroux, “cada época sonha com a seguinte, cria-a sonhando”<sup>5</sup> ([1839] 1929, p. 6). Se, nas contas de Michelet, “sonhar = criar”<sup>6</sup> (idem, ibidem), esse sonhar a posteridade pode ser interpretado então como um modo particular de produção e existência do conhecimento, “uma primeira concepção na matéria da alma”<sup>7</sup> (idem, ibidem), ou, em termos menos poéticos, uma primeira aproximação de formas e

---

<sup>5</sup> No original: « Chaque époque rêve la suivante, la crée en rêvant ».

<sup>6</sup> No original: « rêver = créer »

<sup>7</sup> No original: « que serait-ce, si cette rêverie même, d'autant plus concrète et féconde qu'elle est moins analysée, spiritualisée, était déjà une première conception dans la matière de l'âme; l'âme fait FAIT sont corps, on l'a dit, par son action immédiate. »

objetos do saber ainda indecisos, fluidos e confusos, difíceis de nomear. Dessa perspectiva, uma história do que está por vir deixa de ser uma contradição em termos, podendo ser lida como a história de como os homens do passado imaginavam seu futuro (cf. Bertrand, Crivello, Guillon, 2014).

Correndo por fora dos trabalhos em História das Ideias Linguísticas, Reinhart Koselleck (2006, p. 306) nos apresenta os conceitos de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, definidos como “categorias do conhecimento capazes de fundamentar a possibilidade de uma história”, segundo o julgamento de que “todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem”. Para Koselleck (ibidem, p. 308), portanto, as duas categorias indicariam a condição humana universal e remeteriam a um dado antropológico prévio, “sem o qual a história não seria possível, ou não poderia sequer ser imaginada”, o que o leva a desenvolver a tese de que “experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro” e a afirmar que essas duas categorias “são constituídas, ao mesmo tempo, da história e de seu conhecimento, e certamente o fazem mostrando e produzindo a relação interna entre passado e futuro, hoje e amanhã”.

Nos termos de Koselleck (ibidem, p. 309-310), a experiência “é passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados”, pois nela “se fundem tanto a elaboração

racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento”, enquanto que “também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto”, uma vez que “Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem”.

O “passado futuro” da teorização de Koselleck, que concebe um tempo histórico tensionado entre instâncias tomadas como dados antropológicos e condições para as histórias possíveis, não se compatibiliza inteiramente com a perspectiva da História das Ideias Linguísticas na medida em que, para essa última,

a contingência dos conhecimentos linguísticos é de uma outra ordem que aquela dos acontecimentos mundanos, e os projetos de desenvolvimento ou de reorientação da atividade científica não podem fazer tábua rasa do arquivo dos conhecimentos, mais ainda quando esse arquivo constitui, com é o caso para as tradições gramaticais europeias na era clássica, um corpus textual mais ou menos estabilizado e estruturado. A representação do devir projetado se apoia, portanto, necessariamente numa interpretação explícita dessa herança (Raby, Fournier, 2020, p. 40)<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> No original: « La perspective de l'histoire des savoirs linguistiques déplace quelque peu les lignes de la réflexion : la contingence des connaissances est d'un autre ordre que celle des événements mondains, et les projets de développement ou de réorientation de

Epistemologicamente, o conceito de horizonte de projeção também não se dissolve no que hoje se chama de “programas de pesquisa”, pensados geralmente como um conjunto explícito de postulados e hipóteses teóricas que estabeleceriam o quadro e a direção de atividades coletivas de pesquisa, como explanam Valérie Raby e Jean-Marie Fournier (idem). Haveria, assim, um programa de pesquisa quando, na longa duração, uma série de trabalhos partilhasse os mesmos postulados teóricos e perseguisse mais ou menos o mesmo objetivo. Por essa lógica, segundo os autores, a gramática geral seria um programa de pesquisa na medida em que, durante dois séculos, os gramáticos e filósofos abraçaram o projeto dos senhores de Port-Royal de procurar as coisas comuns a todas as línguas e a hipótese de que o fundamento da gramática está no espírito humano. No entanto, como eles argumentam, a *Grammaire générale et raisonnée* (1660) não contém qualquer declaração programática e explícita. Em outras palavras, ela não traria nenhum programa de pesquisa. A assinalação de ideias comuns ao conjunto de gramáticos a partir do texto de Port-Royal é antes o efeito do olhar retrospectivo do historiador, defendem finalmente Raby e Fournier (idem). Daí a conveniência do conceito de horizonte de projeção.

---

l'activité scientifique ne peuvent faire table rase de l'archive des savoirs, à plus forte raison quand cette archive constitue, comme c'est le cas pour les traditions grammaticales européennes à l'âge classique, un corpus textuel à peu près stabilisé et structuré. La représentation de l'avenir projeté s'appuie donc nécessairement sur une interprétation explicite de cet héritage ».

Metodologicamente, da mesma maneira que o horizonte de retrospectação, o horizonte de projeção não é algo que se acrescenta a um texto, anacronicamente, no momento da análise, mas, ao contrário, uma categoria que o pesquisador deve delimitar a partir do próprio texto analisado (cf. Aquino, 2016). Assim, muito longe da estratégia de ligar o passado ao futuro recorrendo a figuras como a do precursor, torna-se “uma das primeiras tarefas do historiador justamente reconstituir as condições de compreensão [de um enunciado] para os receptores que não estão nas mesmas condições enunciativas e não dispõem mais dos mesmos meios de enunciação” (Auroux, 1995, p. 10)<sup>9</sup>.

Metodologicamente ainda, o estudo e a compreensão do conceito de horizonte de retrospectação podem ser guiados por determinadas perguntas<sup>10</sup>: De que natureza são/foram os horizontes de projeção da linguística (antecipações, devaneios, projeções, programas científicos, prospectivas, planificações, profecias, etc.)? Quais são o estatuto, a função, as

---

<sup>9</sup> No original: « Cela ne signifie pas qu'un énoncé soit toujours transparent : il est, comme forme d'expression, toujours prisonnier de ses conditions d'énonciation et l'une des premières tâches de l'historien est justement de restituer des conditions de compréhension pour des récepteurs qui ne sont pas dans les mêmes conditions énonciatives et ne disposent plus des mêmes moyens d'énonciation » .

<sup>10</sup> Retomamos aqui as questões propostas por Jean-Marie Fournier, Christian Puech e Valérie Raby para o ateliê *Horizons de projection – Histoire des représentations de l'avenir des savoirs linguistiques* no XV ICHOLS - International Conference on the History of Language Sciences, Milão, 2021.

questões desses futuros no passado? Quais condições sócio-institucionais favorecem a projeção dos saberes linguísticos? Como os horizontes de projeção são articulados aos horizontes de retrospectão, isto é, às representações do passado que as teorias linguísticas se dão em um determinado momento de sua história? Em que medida a atividade dos linguistas se concebe como a realização de projetos (ou de programas) formulados no passado? O caráter predicativo das teorias é suficiente para constituir um horizonte de projeção? Quais as formas de discurso carregam a inscrição de considerações prospectivas (prefácios, recados ao leitor, corpo das exposições gramaticais, escritos de história da gramática propriamente ditos, textos no âmbito da planificação institucional)? Que categorias historiográficas permitem pensar a dimensão projetiva da história da linguística?

## **2. Categorias estruturantes do horizonte de projeção segundo o parâmetro dos gramáticos brasileiros do século XIX**

Respondendo à indagação de Christian Puech (2006) sobre se “esse aspecto da história das ideias linguísticas não mereceria ele próprio um estudo especial”<sup>11</sup>, nosso trabalho mergulha nas gramáticas

---

<sup>11</sup> No original: « Enfin, la place nous a manqué pour le faire, mais le lecteur se rendra compte par lui-même que bien des contributions à ces deux dossiers d'*Histoire Épistémologie Langage* font nécessairement allusion, en relation étroite avec les horizons

brasileiras de finais do século XIX para compreender algumas das categorias ou elementos a partir dos quais se estrutura um horizonte de projeção. Nossas reflexões sobre as aspirações dos gramáticos brasileiros oitocentistas e suas estratégias para alcançá-las são, assim, finalmente, nossa pequena contribuição para que o conceito de horizonte de projeção deixe de ser um projeto sempre adiado na História das Ideias Linguísticas.

## **2.1 Obrigações e interdições pela agenda oficial do Estado: o Programa de Português**

Os compromissos da agenda dos gramáticos brasileiros do século XIX foram em grande parte firmados pelo *Programa de Português para os Exames Preparatórios*, organizado em 1887 por Fausto Barreto a pedido de Emídio Vitório, Diretor Geral da Instrução Pública. É no seu seguimento – e também crítica – que se constrói, portanto, um projeto de futuro para o processo de gramatização brasileira no século XIX.

Formulado pela voz oficial do Estado e garantido pela autoridade intelectual e institucional de Fausto Barreto, professor do Colégio Imperial Pedro II – um estabelecimento que “centraliza e reorganiza sentidos

---

de rétrospection, aux *horizons de projection* de la discipline. Cet aspect de l'histoire des idées linguistique ne mériterait-il pas à lui seul une étude spéciale? Si l'histoire "fait voir" c'est en plusieurs sens de "voir", dont l'un semble comme explicité par la fameuse formule de Michelet selon laquelle "chaque époque rêve la suivante". Quels ont été les formes et enjeux des *avenirs projetés* des sciences du langage? Quels sont-ils aujourd'hui? »

sobre escola, escolarização, currículo, ensino e ideias linguísticas” (Dezerto, 2023, p. 63) ao longo de quase todo o século XIX e parte do século XX no Brasil –, o Programa regulava os temas de avaliação para a entrada dos alunos na universidade: definição dos diferentes tipos de gramática; fonologia; acentuação e sistemas de ortografia; origem da língua portuguesa; metaplasmos; classificação, flexão e formação das palavras; sinonímia; etimologia portuguesa; constituição do léxico português; sintaxe; vícios de linguagem e anomalias gramaticais (os “brasileirismos”); e, por fim, questões do estilo.

Os pontos do Programa, de acordo com Guimarães (2014), mostram que ele formula uma mudança de posição caracterizada pela adoção da linguística histórica e pelo afastamento da gramática filosófica, bem como por aspectos particulares como o lugar reservado à morfologia, separada da etimologia, e à fonologia, além da inclusão de elementos importantes na caracterização das diferenças do português do Brasil e símbolos das disputas entre gramáticos portugueses e brasileiros naquele momento histórico, isto é, a questão da posição dos pronomes átonos, dos brasileirismos e dos dialetos. Na análise de Guimarães (idem), a publicação do Programa de Português funciona como uma memória prévia sobre o que é preciso conhecer sobre a língua e abre um novo futuro para a produção de novas gramáticas da língua portuguesa, publicadas no Brasil e separadas da história portuguesa, estabelecendo, assim, a própria função do autor brasileiro de gramática na medida em

que, ao produzir uma política de línguas, catalisa a produção de instrumentos linguísticos e, nesse sentido, faz número dos elementos decisivos para a constituição da língua nacional no fim do século XIX no Brasil.

Se olharmos a reação de Pacheco da Silva e Lameira de Andrade, vemos que o Programa de Português atingiu rápida e fortemente a maneira como as gramáticas passaram a ser escritas na época:

Tínhamos empreendido escrever uma gramática completa da língua portuguesa, rompendo em luta a tradição, e fazíamos fundamento de entregá-la em breve à publicidade. O novo programa para os exames gerais de preparatórios, porem, veio fazer-nos mudar do propósito. É que muitos dos pontos nele exigidos para os exames de português não se encontram nas gramáticas que por aí correm impressas, e os alumnos não tendo fontes onde possam haurir a instrução de que carecem, resolvemos vir ainda uma vez em auxilio da mocidade estudiosa.

[...]

Nem sempre o nosso parecer coincidiu com a indicação do programa oficial; seguimos todavia o roteiro apresentado pelo governo.

A única dificuldade, e não pequena, com que tivemos de pleitear, foi a dosagem.<sup>12</sup> (p. 3-4)

Embora digam não concordar inteiramente com o Programa de Português, os gramáticos o levam em consideração e modificam sua obra para se adequar a

---

<sup>12</sup> Mantemos em todos os casos a ortografia original dos trechos citados.

ele, o que é uma mostra da sua força no horizonte de projeção da gramatização brasileira. A observação de uma discordância reforça também o lugar de uma autoria, numa batalha que tende, contudo, para a prevalência do Programa.

A confissão de João Ribeiro é um exemplo da vitória do Programa sobre a posição autoral dos gramáticos: “Pessoalmente opino que os *determinativos* não devem ser considerados *pronomes*. Mas occupo-me delles neste lugar por não ser bastante explicito o programma” (p. 127, nota de rodapé). Reação também manifesta por Pacheco da Silva e Lameira de Andrade: “Para nós o artigo, como já dissemos, entra no rol dos adjectivos demonstrativos: não é parte distinta do discurso — A nossa divisão, explica-se pelo dever de não nos afastarmos do programma official” (p. 379, nota de rodapé).

A menção a questões que são postas de lado nas gramáticas por não fazerem parte do Programa é um índice da importância para os gramáticos daquilo que deixaram de trabalhar por força da mão do Estado. Nesse sentido, lamentos como o de João Ribeiro acabam por recuperar, ainda que de forma rudimentar, conteúdos apagados pelo Programa: “No *latim barbaro* occorrem alterações phoneticas, derivações, alterações morphicas, das quaes não nos occuparemos por não ser materia exigida pelo *programma*” (p. 210, nota de rodapé). Todo um programa de pesquisa é

vislumbrado por esses discursos das margens, inscritos frequentemente nas notas de rodapé<sup>13</sup>.

Publicada uma década antes do Programa, a gramática de Ernesto Carneiro Ribeiro traz um apontamento interessante sobre como a política educacional reverberava na produção gramatical brasileira no fim do século XIX, no que se nota um jogo complexo entre as ideias linguísticas dos gramáticos e aquelas fomentadas pelo Estado:

Este modo de considerar o adverbio, e a doutrina que aqui expomos parece não agradarão aos dois distintos membros do Conselho Superior de Instrução Publica, encarregados de apresentar seo parecer relativo á presente grammatica; entretanto a opinião que sustentamos e a substancia do que sobre o assumpto tem escripto grammaticos modernos de grande nomeada.

[...]

A theoria que sustentamos pertence a Sanches, Desmarais, Girard, Domergue, Boinvilliers e Harris. (p. 342-343)<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> É curioso notar um jogo entre as capas das gramáticas, que se colam ao Programa, e as notas de rodapé, que dele se afastam. Na capa da gramática de Maximino Maciel, logo após o título, vêm em destaque as seguintes inscrições: “Baseada nas doutrinas modernas” e “Satisfazendo as condições do atual programa”. Na gramática de Pacheco da Silva e Lameira de Andrade, também logo depois do título, vem o mesmo tipo de propaganda: “DE ACCORDO COM O PROGRAMA OFFICIAL para os exames gaeas de preparatorios do corrente anno”.

<sup>14</sup> Trata-se, na verdade, de uma citação de Ernesto Carneiro Ribeiro à “These de concurso á cadeira de grammatica philosophica do Lycêo”, de Guilherme Rebello.

Eis um exemplo de resistência da gramática geral no Brasil nas décadas finais do século XIX, representada como moderna por Ernesto Carneiro Ribeiro. Muito embora reivindicassem modernidade e cientificidade, as obras produzidas antes do Programa de Português foram lidas sob sua influência, sendo significadas com ultrapassadas. Em alguns casos, elas foram reeditadas para contemplar os pontos abonados pelo Programa, ficando, assim, reabilitadas. É o que se vê numa nota da décima edição da *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro, publicada 30 anos depois da primeira edição e 24 anos depois do Programa: “Estes additamentos se juntam aqui para satisfazer aos programmas do ensino official” (1911, p. 351). Nessa nota, os editores fazem referência a dois anexos inseridos no fim da obra, um sobre sinônimos, homônimos, parônimos e antônimos e outro sobre arcaísmo, neologismo e hibridismo. Dessa forma, muito embora o próprio Júlio Ribeiro tenha se colocado em anterioridade ao Programa de Português, argumentando que seu compêndio já havia antecipado tudo aquilo estabelecido por Fausto Barreto<sup>15</sup>, a verdade é que sua obra teve que passar por ajustes para responder às exigências trazidas pelo Programa. Uma forma de interpretar essa reação de Júlio Ribeiro é

---

<sup>15</sup> Conforme artigo de Júlio Ribeiro publicado em 17 de abril de 1887 no seu próprio jornal *A Procellaria*: “Si fomos vaidoso, era esta a hora de rejubilar: o programma de Portuguez, bem como os de todas as outras linguas que se ensinam officialmente no Brasil, está de accordo exacto, perfeito com os principios da grammatica scientifica, que, em 1881, tivemos a ousadia de arrojar á publicidade.” (p. 93)

considerar que o Programa de Português não necessariamente introduz conhecimentos novos, mas organiza e valida doutrinas que já estavam disponíveis para toda uma geração. O custo dessa operação, todavia, foi desviar os gramáticos de alguns caminhos que estavam trilhando e que ficaram, portanto, como rotas interditas ou inacabadas, mas sinalizadas para quando a ocasião se apresentar. O desejo adiado pela obrigação!

## **2.2 Aquilo que se exclui: as questões desimportantes e as batalhas perdidas**

Um horizonte de projeção se constrói na exclusão de pontos considerados de pouca ou nenhuma importância. Assim, os gramáticos brasileiros apontam questões tomadas como de pouco interesse, de pouco peso, podendo, então, ser deixadas de lado<sup>16</sup>.

Alfredo Gomes considera não ser do seu escopo a “historia da dominação arabe na Hespanha” (p. 122) e afirma que o “estudo da conjunção não tem syntacticamente importancia, si não encarada em referencia á coordenação ou á subordinação do período” (p. 353). Pacheco Silva e Lameira de Andrade sentenciam ser de “pouca importância o estudo das raízes e formas *thematicas*” nas “línguas modernas, *analyticas*” (p. 61) e argumentam que algumas “regras

---

<sup>16</sup> Apenas em Ernesto Carneiro Ribeiro não encontramos comentários desse tipo.

de concordância já são muito communs para que nellas nos demoremos” (p. 425).

João Ribeiro defende não “dar exaggerado peso á influencia do *clima* sobre o trabalho mental” (p. 9) nem julga ser essencial o “estudo das transformações” do árabe e do gótico para “as origens das letras portuguezas” (p. 30), defendendo ainda que o “processo de classificação [das sílabas] é puramente material e tem poucas applicações, fóra da orthographia e prosodia” (p. 79). Por essa última manifestação, nota-se que alguns tópicos não são enxergados como desimportantes em absoluto, mas pesados relativamente às obrigações de um determinado campo. É nesse sentido que se exprime Maximino Maciel: “Estabelecidas estas leis [de formação dos ditongos], julgamos dispensavel mostrar os casos em que não ha diphthongo synerco, como em *gentio*, *fastio*, *padaria*, *melodia*, *pronuncio*, etc., porquanto são questões do dominio da grammatica pratica ou expositiva” (p. 9-10).

Certas questões ficam de fora da agenda dos gramáticos brasileiros não necessariamente por uma alegada falta de importância, mas por serem encaradas como batalhas árduas ou simplesmente perdidas<sup>17</sup>, outros componentes caracterizadores de um horizonte de projeção.

Várias são as impossibilidades enunciadas. Para Júlio Ribeiro, definir o termo gramatical *pessoa* (p. 60) e

---

<sup>17</sup> Apenas em Maximino Maciel não encontramos comentários desse tipo.

estabelecer regras de colocação dos adjetivos descritivos (p. 215)<sup>18</sup>. Para Pacheco Silva e Lameira de Andrade, determinar todas as raízes no português (p. 61); remontar sempre à forma mais simples das raízes (p. 62); aplicar os princípios de classificação a palavras particulares (p. 76) e classificar as preposições segundo suas significações atuais ou originárias (p. 110). Para Alfredo Gomes, aplicar o processo de filiação quando um vocábulo é vítima de corrupção fonética (p. 115); reconhecer muitos dos elementos românicos de fonte espanhola (p. 134); classificar metodicamente alguns casos de desvio do acento predominantemente latino (p. 177); explicar foneticamente a derivação da palavra *cujo* (p. 219); assinalar a ordem analítica das orações (p. 286-287); entender a alternância arbitrária dos escritores na colocação dos pronomes (p. 292) e estudar as manifestações gerais da catacrese em cada vocábulo (p. 430-431).

Para João Ribeiro, não entra na ordem do possível analisar o que chama de raças e línguas primitivas como fatores dos fenômenos de decomposição (p. 7); classificar o fator físico da emoção nos processos prosódicos (p. 66); deduzir sempre o sentido das palavras dos elementos mórficos (p. 73); formular uma definição satisfatória de verbo (p. 99); agrupar famílias de termos com raiz comum sem conhecer várias

---

<sup>18</sup> Por economia de espaço e questões de estilo, recorreremos à citação indireta neste e nos próximos parágrafos, sem deixar de indicar, contudo, as páginas em que os gramáticos trazem os comentários por nós parafraseados.

línguas arianas (p. 105-106); fazer uso da semântica comparativa (p. 165) e operar uma classificação sensata dos estilos dos escritores (p. 322). Para Carneiro Ribeiro, dar conselho sobre a escolha da colocação do acento fonético (p. 56-57); aplicar a teoria de classificação das palavras de Pierre-Alexandre Lemare para explicar todos os advérbios, preposições e conjunções das línguas (p. 124); estabelecer regras universais e invariáveis sobre as formas duplas do particípio (p. 280) e dos dois infinitivos (p. 281); aplicar a classificação de James Harris das conjunções em duas classes (p. 330); determinar o princípio de formação de todos os advérbios (p. 352-353) e distinguir as duas espécies de orações incidentes (p. 379-380).

A seguinte declaração de Júlio Ribeiro sintetiza os elementos apontados como justificativa para as impossibilidades evocadas como barreiras para o trabalho dos gramáticos: “Os adjectivos descriptivos antepõem-se ou pospõem-se aos substantivos conforme o genio da lingua, o estylo da composição, e o gosto do escriptor: não se póde estabelecer regras positivas a este respeito” (p. 215).

Em mais de uma manifestação, os gramáticos brasileiros se ressentem da figura do escritor, cujos usos, na medida em que contradizem certas doutrinas gramaticais, são interpretados como empecilhos para a boa atuação dos gramáticos. O tom de irritação de Carneiro Ribeiro no trecho abaixo nos mostra que, se não há nada a fazer quanto ao chamado gênio da língua, a coerência dos escritores facilitaria bastante o serviço dos gramáticos, desobstruindo, diríamos,

algumas das vias do horizonte de projeção da gramatização brasileira:

As regras, porem, relativas ao emprego dos dois infinitivos de nossa lingua são sujeitas a muitas difficuldades, e pode-se considerar este um ponto de nossa grammatica, em cuja applicação a maioria de nossos escriptores ainda vacillão e duvidão; visto que os textos mais desenganados, os mais puros modelos de nossa linguagem, nos offerecem exemplos não raramente contradictorios, e oppostos á doutrina considerada mais corrente e assentada, constituindo-se esta questão de nosso idioma o baixo onde muitas naufragão. (p. 281)

### **2.3 Adiantos e problemas inadiáveis: questões abertas a interpretações e erros a evitar**

A classificação, sobretudo das classes de palavras e dos sons da língua, e mesmo da gramática, é examinada recorrentemente como uma questão aberta a interpretações, mais um elemento constituinte de um horizonte e projeção, na medida em que adia e, portanto, joga para frente decisões teórico-metodológicas. Também a própria definição dos termos gramaticais é mostrada como um ponto de interrogação. Boa parte das dúvidas, discordâncias e polêmicas dos gramáticos brasileiros envolve a origem de elementos da língua portuguesa a partir do latim.

Sem fechar posição, Alfredo Gomes considera que as palavras podem ser agrupadas em 7 ou 10 classes (p. 36-37) e assume várias possibilidades de divisões

para os advérbios (p. 341-342). Pacheco Silva e Lameira de Andrade admitem a divisão da gramática em duas (lexicologia e sintaxe) ou cinco partes (fonologia, lexicologia, morfologia, morfologia analítica, sintaxe) (p. 8) e inquiram a classificação dos adjectivos em determinativos e qualificativos (p. 86), além de não ousarem asseverar se existem vestígios de uma antiga declinação portuguesa (p. 180) e de apresentarem várias opiniões sobre a origem do artigo definido em português (p. 380), reconhecendo também as controvérsias em torno da sintaxe do verbo *haver* (p. 481). Júlio Ribeiro interroga a divisão das “vozes” (sons) em constrictas e explosivas (p. 8) e narra as disputas a respeito do carácter essencial e distintivo do verbo (p. 61-64), enquanto que Ernesto Carneiro Ribeiro sonda as divergências da classificação das consoantes (p. 25). Maximino Maciel questiona a distinção dos fenómenos de vocalização (p. 6) e interpela as discussões filosóficas do estudo da raiz (p. 48), bem como os debates sobre o verbo *haver* (p. 230-232). João Ribeiro sinaliza as complicações para esclarecer o lugar dos elementos árabes e góticos nas origens das letras portuguesas (p. 30).

Os gramáticos brasileiros expõem muitas dúvidas principalmente sobre as origens do artigo definido em português. Alfredo Gomes, por exemplo, compara teorias que defendem as fontes desse artigo no latim, no gótico e no árabe (p. 224-226); e Maximino Maciel, teorias que sustentam uma origem no grego e no latim (p. 91-92).

Há no discurso dos gramáticos a marcação erros a evitar e também de questões importantes a observar, de elementos que não poderiam ser deixados de lado nem adiados na análise gramatical, igualmente pontos de abertura (e fechamento) de um horizonte de projeção.

Entre os vários erros apontados como a evitar, para Pacheco Silva e Lameira de Andrade, está admitir a teoria da vocalização das consoantes (p. 29); confundir a terminação com o sufixo temático (p. 60); aceitar a hipótese da origem do artigo como categoria gramatical (p. 88); classificar as onomatopéias como interjeições (p. 116) e aceitar a regra do emprego do plural dos nomes próprios (p. 164-165).

Para Maximino Maciel, não se pode admitir a existência de tritongos em português (p. 10); afirmar a existência do pronome *que*, exclamativo ou interrogativo, como entidade gramatical distinta (p. 85); demonstrar sem provas que o artigo definido em português se originou de *hic, hoec, hoc* latinos (p. 91-92); aceitar a existência do pronome *se* como sujeito na voz passiva (p. 113-115) e confundir a proposição composta com a *contracta* (p. 277) e as construções esporádicas e o sincretismo sintático com as alterações de sintaxe (p. 278-279).

Para João Ribeiro, constitui um erro levar ao exagero o rigor do processo de derivação histórica dos vocábulos (p. 78); definir os verbos irregulares a partir da variação do radical ou do tema (p. 81); opinar que os nomes portugueses venham do ablativo latino (p. 115-116); dar importância excessiva às onomatopéias ou

palavras de formação imitativa na análise etimológica (p. 161); admitir a origem grega do artigo definido em português (p. 187) e continuar a seguir a opinião de Diez de que a palavra *cada* deriva de *quisque* (p. 190).

Para Júlio Ribeiro, o erro está em adotar a classificação dos elementos fonológicos em sons simples e em articulações, em vozes e consoâncias (p. 7); tomar Soares Barbosa como referência para tratar do acento tônico em português (p. 12); representar *kh* das palavras derivadas do grego por *ch* em português (p. 29-30) e escrever com *w* palavras que não têm essa letra na sua origem (p. 42-43); aceitar a explicação dos gramáticos portugueses de que *ex* valha *eiz* na grafia de palavras como *exacto* e *eximir* (p. 44) e a posição de alguns mestres da língua de que o ditongo *iu* seja ortografado *io* (p. 47); tomar o particípio como categoria à parte do verbo e a interjeição como uma parte do discurso (p. 52); aceitar uma classe de determinativos interrogativos (p. 58); assumir a definição de verbo dos gramáticos gregos e romanos, dos gramáticos orientais e da Gramática de Port-Royal (p. 61-64); acreditar na doutrina metafísica de explicar por meio de elipses algumas construções com o pronome *se* (p. 241) e concordar com a posição de que o verbo unipessoal *haver* tem a mesma significação do verbo *existir* (p. 256).

Para Alfredo Gomes, errará aquele que dividir os coletivos em gerais e partitivos (p. 42) e os adjetivos qualitativos em restritivos e explicativos (p. 47); agrupar os adjetivos demonstrativos, possessivos e indefinidos debaixo da denominação de adjetivos

pronominais (p. 50-51); considerar a divisão dos verbos em verbo substantivo e verbo adjetivo (p. 51-52); recorrer a neologismos desnecessários devido ao capricho dos escritores ou do pedantismo ou ignorância de certas classes sociais (p. 246); empregar a terminologia *predicado gramatical* (p. 253); assinar a ordem analítica das orações (p. 292) e aceitar as reformas ortográficas propostas por Gonçalves Viana e pela Academia Brasileira de Letras (p. 459-467).

Para Ernesto Carneiro Ribeiro, engana-se aquele que distiguir vogal e consoante pelo critério da modificação pelas partes móveis do aparelho vocal (p. 18); dividir as consoantes em duas classes (p. 25); confundir o acento de uma sílaba com sua quantidade (p. 43); aceitar a distinção das palavras em três classes (nomes, verbo e partículas) (p. 121); colocar palavras de natureza diferente na mesma classe (p. 122); encaixar os nomes gerais de pessoas ou de coisas, indefinidos ou sintéticos na classe dos pronomes ou adjetivos (p. 139); definir os pronomes como palavra que se coloca no lugar do nome (p. 172) e distingui-lo em possessivos, demonstrativos, relativos e indefinidos (p. 175); aceitar o emprego de certas variações no emprego de *se, si, consigo* (p. 183); assentir o modo interrogativo como modo verbal na língua portuguesa (p. 269); tomar o advérbio como a redução em uma só palavra de uma preposição com seu conseqüente (p. 341) e fazer uso de toda construção transpositiva (p. 426-427).

Entram no caldo dos erros a ser evitados ingredientes como a censura a certas questões de

estudo e procedimentos de análise, um discurso normativo que lança interdições para os falantes e conselhos e advertências aos estudantes, bem como críticas aos colegas de ofício e disputadas teóricas com compatriotas e estrangeiros. Mais uma vez, o chamado gênio da língua e o uso dos escritores aparecem como guias e/ou entraves para os compromissos dos gramáticos brasileiros.

“Por boa lógica desaceitamos a regra estabelecida, e temos em nosso apoio a tradição materna e os escriptos dos mestres”, dizem Pacheco Silva e Lameira de Andrade, colocando-se em desacordo com a posição dos “nossos grammaticos (mesmo os de mais alto valor)” (p. 164-165). “Os neologismos desnecessarios, devido ao capricho dos escriptores ou ao pedantismo ou ignorancia de certas classes sociaes, devem ser condemnados e rejeitados sem appellação”, defende contrariamente Carneiro Ribeiro (p. 246), posicionando-se em antagonismo aos escritores.

A autoridade dos falantes, gramáticos e escritores é, portanto, pelo que se vê acima, um critério frequentemente evocado e manipulado para validar ou não a pertinência de determinados estudos. Outro critério que aparece regularmente é o da utilidade e facilidade pedagógica. A esse respeito, Júlio Ribeiro, por exemplo, sentenciar que “representar, porém, *kh* por *ch* portuguez, que symbolysa uma modificação vernacula especialissima, é dislate etymologico que só serve para dificultar o tirocicio da lingua” (p. 29-30).

Na marcação de questões importantes a observar, portanto inadiáveis, os gramáticos apontam termi-

nologias a seguir, mostrando insatisfação com aquelas disponíveis. Dessa forma, para a realização do trabalho gramatical, Maximino Maciel propõe substituir *prosódia* por *ortoepia* ou *ortofonia* (p. 14) e contesta, no estudo do “metaplasmo prosódico” o nome de *antítese* (p. 21-22), ao passo que Júlio Ribeiro propõe empregar o termo *lexeogenia* no lugar de *etimologia* (p. 142) e *sentença* no lugar de *período* (p. 193). Já Alfredo Gomes prefere o nome *glotologia* em vez de *linguística* (p. 6-7), enquanto João Ribeiro mostra predileção por *taxinomia* em vez de *taxomia* e por *lexilogia* em vez de *lexeologia* (p. 3). Esse último defende também a classificação do substantivo em *subjetivo* e *objetivo* em vez de *abstratos* e *concretos* (p. 81) e a substituição da expressão *tipos sintáticos divergentes* por *equivalentes sintáticos* (p. 211).

Pacheco Silva e Lameira de Andrade defendem que a terminologia científica deve ser buscada antes no latim do que no grego (p. 320) e Ernesto Carneiro Ribeiro lamenta a generalidade da denominação *metaplasmo* (p. 34) e propõe chamar os *pronomes* de *substantivos personativos* (p. 172). Para Ernesto Carneiro Ribeiro, a terminologia deve se adequar aos princípios da gramática geral e filosófica. Para os demais gramáticos, ela deve seguir sobretudo as bases da gramática histórica e comparada.

Apesar das divergências, a consagração universal e a facilidade de entendimento são as razões defendidas repetidamente para justificar as preferências terminológicas.

## 2.4 Disputas no estabelecimento de referências teóricas: o estandarte da cientificidade

As tarefas e os protocolos ditados pelos gramáticos brasileiros são estabelecidos a partir da orientação de certas referências teóricas, no que se notam a indicação e o conflito de duas vias já citadas aqui: a gramática geral e a gramática histórica e comparada.

Nas palavras de Júlio Ribeiro, “Os factos de uma língua qualquer só podem ser cabalmente elucidados pelo estudo histórico comparativo da gramática dessa língua. As explicações metafísicas, mais ou menos subtis, mais ou menos engenhosas, nunca satisfazem” (p. 286). Metafísica é a sua forma de chamar pejorativamente a gramática geral, jogando-a para fora do campo do saber científico.

Fazendo um comentário sobre a orientação e os destinos do trabalho gramatical, João Ribeiro sustenta que “Actualmente o progresso da philologia proscreeu a sciencia da *grammatica geral*. Não ha *grammatica geral* senão para uma classe, familia ou grupo de linguas da mesma filiação”, defendendo que “tanto o estudo *historico* como o *comparativo*, são inseparaveis e constituem o *methodo historico-comparativo*, essencial á sciencia das linguas” (p. 1-2). Esse dizer associa a gramática histórica e comparada ao progresso nos estudos linguísticos, ao mesmo tempo em que rebaixa a cientificidade da gramática geral, classificando-a como ultrapassada.

Já na capa, Pacheco Silva e Lameira de Andrade estampam uma epígrafe para evocar a orientação da gramática histórica para o trabalho gramatical: “Ainda quando a gramática histórica só desse em resultado tornar as gramáticas ordinárias mais lógicas e mais simples, já não prestava pequeno serviço”. Esse discurso louva a gramática histórica pelo o seu suposto trabalho de racionalização do fazer gramatical.

Maximino Maciel advoga que a gramática deve “revestir-se de algumas das partes componentes do estudo das sciencias naturaes na sua extensão” por “ser a linguistica um ramo das sciencias naturaes” (p. i) e conclama a lançar “um olhar sintético sobre as leis da selecção que tanto regem as evoluções das espécies como a evolução dos fatos que se operam no terreno geral da glotologia ou linguística” (p. iv). Essas palavras operam a indistinção entre gramática (histórica) e linguística, numa associação estreita com as ciências naturais, sobretudo no que diz respeito aos estudos da evolução.

Na contramão de seus compatriotas de Rio de Janeiro e de São Paulo, é a filiação à gramática geral que Ernesto Carneiro Ribeiro, do estado da Bahia, reivindica como paradigma teórico, afirmando, por exemplo: “A maior parte dos grammaticos antigos e muitos modernos, desconhecendo a verdadeira natureza da preposição, sustentão no tocante a esta parte elementar do discurso, ideias que não estão de accordo com os principios da grammatica philosophica” (p. 318). No entanto, mesmo defendendo os princípios da gramática geral, ele não deixará de reconhecer que a gramática

comparada “é uma sciencia, que, neste seculo, geralmente cultivada pelos paizes civilisados, nomeadamente pela Allemanha, vae prestando assignalados serviços á sciencia e á humanidade” (p. 12), o que mostra o poderio do paradigma comparatista no século XIX no Brasil<sup>19</sup>.

### **3. Para concluir: aberturas e fechamentos do(s) horizonte(s) de projeção nos compromissos e desafios da gramatização brasileira no século XIX**

Três gramáticos formulam explicitamente compromissos a serem assumidos no horizonte de projeção da gramatização brasileira. Pacheco Silva e Lameira de Andrade projetam para o futuro a incumbência de estudar “mais a fundo a physiologia e génio da nossa lingua” (p. 415), o português. Já Maximino Maciel idealiza que “No grupo das linguas romanas ou neo-latinas a theoria da negação reclama um estudo serio e muito mais minucioso e aprofundado do que nas antigas linguas classicas, principalmente a negação intensiva” (p. 263). De sua parte, João Ribeiro indica que “A mais sensata

---

<sup>19</sup> Se a gramática geral e a gramática histórico-comparada concorrem como modelo de cientificidade na produção gramatical brasileira na virada para o século XX, com ampla vantagem para a segunda – sustentada pela força institucional dos gramáticos que habitam o centro político e econômico do Brasil, a então capital, Rio de Janeiro, e a locomotiva da industrialização, São Paulo –, é, contudo, variável o que os gramáticos entendem por ciência (cf. Aquino, 2020).

classificação dos *estyllos*, se fosse hoje em dia possível, seria puramente phrenologica; deveria consignar o ponto culminante do caracter ou da paixão individual do escriptor” (p. 322) e manifesta que “é já impossível desterrar o criterio philologico do estudo das linguas, realizado o triumpho, convém que uma temperada sensatez o consolide tanto quanto podem desacreditalo os desconcertos de varios devotos errados” (p. 324).

Fisiologia e gênio da língua portuguesa, classificação dos estilos, aplicação da teoria da negação nas línguas românicas e contenção dos excessos do critério filológico. Eis, em resumo, os desafios jogados para nós pelos gramáticos brasileiros do século XIX. Em termos mais gerais, eles delineiam ações que podemos interpretar como categorias estruturantes na construção de um horizonte de projeção: exclusão de pontos considerados de pouca ou nenhuma importância, renúncia de batalhas árduas ou simplesmente perdidas, reconhecimento de questões abertas a interpretações, marcação de erros a evitar e de questões importantes a observar, apontamento de terminologias a seguir e orientação das referências teóricas.

As tarefas conjecturadas nas gramáticas brasileiras do século XIX oscilam entre incumbências postergáveis, que empurram para frente decisões teórico-metodológicas, numa abertura indefinida para certas questões linguísticas, e deveres inadiáveis, sobre questões da língua que, em momento algum, poderiam ser deixadas de lado. Entram no primeiro grupo a classificação das palavras e dos sons da língua, as

divisões da gramática e as definições dos termos gramaticais, omissões que levam a todo tipo de discordâncias e polêmicas, especialmente sobre a origem de elementos da língua portuguesa a partir do latim e, mais especificamente, sobre as origens do artigo definido em português. Já o segundo grupo é muito mais extenso e pulverizado, segundo a visão de cada gramático, portanto difícil de sistematizar, com exceção da reforma da terminologia gramatical, uma preocupação reiterada coletivamente. Também reiterados, mas igualmente alvos de disputas, são os critérios manejados pelos gramáticos para legitimar ou desacreditar determinados saberes: a autoridade de falantes, gramáticos e de escritores e a utilidade e facilidade pedagógicas.

Ernesto Carneiro Ribeiro, Júlio Ribeiro, João Ribeiro, Pacheco Silva e Lameira de Andrade, Alfredo Gomes e Maximino Maciel, e quem sabe também seus colegas, trabalham tanto a expansão e a contração quanto a abertura e o fechamento do horizonte de projeção do processo de gramatização brasileira no século XIX, pois, além de determinarem o que precisa ser obrado agora ou mais tarde, estipulam também aquilo com o qual não é preciso perder tempo, seja porque teria pouca ou nenhuma importância, seja porque seria difícilimo ou mesmo impossível de ser tratado. E, se não há consenso a respeito dos elementos barrados por sua irrelevância, as posições são unânimes quanto às barreiras que impossibilitariam o bom trabalho dos gramáticos: o gênio da língua e os usos dos escritores.

De forma mais sùtil, num discurso que aparece geralmente nas notas de rodapé, as políticas educacionais do Estado também são significadas como bloqueios nas vias mapeadas pelos gramáticos brasileiros. Mal sabiam eles que, se na sua época, no final do século XIX, o Programa de Português para os Exames Preparatórios (1887) os desviava das rotas que haviam inicialmente traçado, em meados do século XX, a Norma Gramatical Brasileira (1959)<sup>20</sup> poria por terra o que poderia ser uma de suas maiores contribuições para a posteridade, a diversidade de posições teóricas e todo o esforço de reforma e racionalização da terminologia da área, pontos sensíveis na construção de uma posição autoral frente à antiga metrópole<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> A Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) é uma iniciativa oficial do Estado brasileiro, publicada pelo Ministério da Educação em 1959, para estabelecer uma terminologia única para as gramáticas. Na avaliação de Faraco, “Se a NGB alcançou o efeito de unificar uma terminologia de referência no sistema escolar, contribuiu, por outro lado, pelo congelamento de uma matriz de termos, para tornar ainda mais inertes e repetitivas as gramáticas escolares” (2016, p. 224). Na análise de Baldini, a “NGB institui no campo do saber sobre a língua uma modificação fundamental no modo em que o gramático pode afirmar-se enquanto autor. Ela fixa, de modo determinante, a normatividade enquanto padrão de ensino, e por isso mesmo divorcia-se da Lingüística que começava a caminhar naquele tempo.” (1999, p. 91).

<sup>21</sup> Como afirma Orlandi (2000), ser autor brasileiro de gramática no século XIX é assumir a posição de um saber lingüístico que não reflete simplesmente o saber português, enquanto que, no século XX, depois da NGB, a autoria do saber sobre a língua deixa de ser uma tarefa do gramático e será assumida pelo linguista. Relacionando Estado, gramática e autoria, Orlandi sustenta que, no

É preciso concordar com a afirmação de Auroux (2007, 2008) de que os conceitos de horizonte de retrospectão e horizonte de projeção permitem compreender que a reflexão linguística não é o simples resultado da acumulação de conhecimentos sedimentados ao longo do tempo nem a metonímia de um contexto social e político, muito menos o reflexo desistoricizado de um sujeito definido por um cérebro geneticamente programado para falar e fatalmente submetido às leis da evolução. Na teia da história, passado e futuro se entrecortam na produção do conhecimento, moldado sempre entre memória(s) e projeto(s).

Olhando especialmente para o lado dos projetos, o que a produção gramatical brasileira de finais do século XIX nos mostra é como os horizontes de projeção podem ser, em termos de duração e segundo

---

século XIX, “A unidade do Estado se materializa em várias instâncias institucionais. Entre essas, a construção da unidade da língua, de um saber sobre ela e os meios de seu ensino (a criação das escolas e seus programas) ocupa uma posição primordial. A gramática, enquanto um objeto histórico disponível para a sociedade brasileira, é assim lugar de construção e representação dessa unidade e dessa identidade (Língua/Nação/Estado)” (ibidem, p. 27). E ainda: “Tendo já a garantia de um nosso Estado, o exercício da produção de gramáticas tem outra forma e sentido no século XX. Com a NGB (1959) este estado de coisas muda sensivelmente, quando é uma comissão que, a partir de um decreto, estabelece a homogeneidade de uma terminologia que desautoriza as variadas posições (gramática geral, gramática histórica, gramática analítica, gramática descritiva etc) dos gramáticos que traziam para si a responsabilidade de um saber sobre a língua.” (ibidem, p. 30).

aqueles que os constroem, ao mesmo tempo, elásticos e inflexíveis, maleáveis e rígidos, curtos e extensos, orientados por ambições individuais, mas também agrupados por aspirações coletivas, aparados e mesmo obstruídos por elementos como a natureza da língua, o uso e autoridade dos falantes, as preocupações pedagógicas, as tensões territoriais e políticas, e, desde que ela passou a existir, a mão oficial e homogeneizadora do Estado.

## Referências

AQUINO, José Edicarlo de. Modelos de cientificidade da gramática em disputa no Brasil no fim do século XIX: A polémica entre Júlio Ribeiro e Augusto Freire da Silva. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 58, p. 135-168, 2020.

AQUINO, José Edicarlo de. Júlio Ribeiro no horizonte de retrospectiva da gramatização Brasileira. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 52, p. 147-179, 2017.

AQUINO, José Edicarlo de. *Júlio Ribeiro na história das ideias linguísticas no Brasil*. Tese – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, Paris, 2016.

AQUINO, José Edicarlo de. *O que há de materno na língua?: Considerações sobre os sentidos de língua materna no processo de gramatização brasileira nos séculos XIX e XX*. Dissertação – Instituto de Estudos da

Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

ASSIS, Machado. *O futuro*. Organização, introdução e notas de Rodrigo Camargo de Godoi. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

AUROUX, Sylvain. *Questão da origem das línguas. A historicidade das ciências*. Campinas: RG, 2008.

AUROUX, Sylvain. *La question de l'origine des langues, suivi de L'historicité des sciences*. Paris : PUF, 2007.

AUROUX, Sylvain. Les modes d'historisation. *Histoire Epistémologie Langage*, Paris, v. 28, n.1. p. 104-116, 2006.

AUROUX, Sylvain. L'histoire des sciences du langage et le paradoxe historiographique. *Le Gré des Langues*, Paris, n. 8. p. 40-62, 1995.

AUROUX, Sylvain. *La révolution technologique de la grammatisation*. Liège : Mardaga, 1994.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

AUROUX, Sylvain. Histoire des sciences et entropie des systèmes scientifiques : les horizons de rétrospection. In : SCHMITTER, P. (éd.). *Geschichte der Sprachtheorie*. Tübingen : G. Narr, 1987. p. 20-42.

BALDINI, Lauro José Siqueira. *A nomenclatura gramatical brasileira interpretada, definida, comentada e exemplificada*. Dissertação - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

BERTRAND, Régis; CRIVELLO, Maryline; GUILLON, Jean-Marie (éd.). *Les historiens et l'avenir : comment les hommes du passé imaginaient leur futur*. Aix-en-Provence : Presses universitaires de Provence, 2014.

COLOMBAT Bernard, 2006, « Les références aux anciens et aux modernes chez les grammairiens latins du 16<sup>e</sup> siècle (Linacre, Scaliger, Ramus, Sanctius) », *Histoire Épistémologie Langage*, v. 28, n.1. 25-50, 2006.

DEZERTO, Felipe Barbosa. Um acontecimento no império brasileiro: a criação do Colégio Pedro II e a circulação de ideias linguísticas escolarizadas. In: COLAÇA, Joyce Palha; FARIA, Michel Marques de; COSTA, Thaís de Araujo da (org.). *Educação linguística e(m) (dis)curso: arquivos de saberes linguísticos e pedagógicos*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. p. 51-68.

FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016.

GOMES, Alfredo. *Grammatica portugueza*. 15. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, 1913.

GUIMARÃES, Eduardo. Instruments linguistiques et la langue nationale : un événement au Brésil au XIX<sup>e</sup> siècle. In: ARCHAIMBAULT, Sylvie ; FOURNIER, Jean-Marie ; RABY, Valérie (éd.). *Penser l'histoire des savoirs linguistiques : hommage à Sylvain Auroux*. Lyon : ENS Éditions, 2014. p. 465-477.

GUIMARÃES, Eduardo. *História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. São Paulo: Pontes, 2004.

JUNIOR, Pacheco da Silva; ANDRADE, Lameira. *Noções de grammatica portugueza*. Rio de Janeiro: J. G. de Azevedo, 1887.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2006.

MACIEL, Maximino de Araujo. *Grammatica analytica*. Rio de Janeiro: Typ. Central, 1887.

MERLIN-KAJMAN, Hélène. La «perpétuité» de la langue française : horizon de rétrospection et horizon de projection. In: ARCHAIMBAULT, Sylvie ; FOURNIER, Jean-Marie ; RABY, Valérie (éd.). *Penser l'histoire des savoirs linguistiques : Hommage à Sylvain Auroux*. Lyon : ENS Éditions, 2014. p. 193-208.

MICHELET, Jules. Avenir! Avenir! *Europe*, Paris, n. 73, p. 6-9, [1839] 1929.

ORLANDI, Eni P. O Estado, a gramática, a autoria: língua e conhecimento linguístico. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, n. 4/5, p. 19-34, 2000.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, E. P. (org.) *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001.

RABY, Valérie ; FOURNIER, Jean-Marie. « Pour une histoire des avènements : note sur les horizons de projection dans l'histoire de la linguistique », Hommage à Christian Puech, Presses de la Sorbonne nouvelle. In : BISCONTI,

Valentina ; CUREA, Anamaria ; DE ANGELIS, Rossana (dir.). *Héritages, réceptions, écoles en sciences du langage* : avant et après Saussure. Paris : Presses Sorbonne nouvelle, 2020. p. 39-48.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *Grammatica portugueza philosophica*. Bahia: Imprensa Econômica, 1881.

RIBEIRO, João. *Grammatica portugueza*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Classica de ALVES & C., 1889.

RIBEIRO, Júlio. *Grammatica portugueza*. São Paulo: Jorge Seckler, 1881.

RIBEIRO, Júlio. *Cartas sertanejas. Procellarias*. São Paulo, SP: Imprensa Oficial: FUNDAP, [1887] 2007.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. 27. ed. São Paulo, Cultrix, [1916] 2006.

**Diferentes formas de ser intelectual negro  
nos estudos da linguagem entre os  
séculos XIX e XX: contrapontos entre  
Antenor de Veras Nascentes e Hemetério  
José dos Santos<sup>1</sup>**

Rogério Modesto

**Forjando uma intelectualidade negra no Brasil:  
um breve retorno ao século XIX**

Michel Pêcheux nos ensina que “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao *todo complexo com dominante* das formações discursivas” (Pêcheux, 2009, p. 149, grifos do autor). Retomo essa formulação porque, ao iniciar este texto, interessa-me

---

<sup>1</sup> As reflexões materializadas neste texto foram primeiramente mencionadas no III Seminário de História das Ideias Linguísticas, organizado por José Edicarlos de Aquino, nos dias 23 e 24 de novembro de 2023 na Universidade Federal do Tocantins/UFT, e, posteriormente, um pouco melhor recortadas em apresentação que realizei na mesa *Nascentes: um intelectual negro (inter) nacional*, do II Seminário do Arquivos de Saberes Linguísticos, organizado, em 13 de março de 2024, por Thaís de Araújo da Costa, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ. Agradeço a Edicarlos e a Thaís pelo interesse em minhas reflexões e pelos espaços proporcionados sem os quais essas ideias não teriam tomado corpo.

ponderar que, malgrado a complexidade e contraditoriedade das formações discursivas, há uma dominância, exercida via interdiscurso, que tenta estabilizar sentidos relativamente estabelecidos pelo funcionamento das “condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção” (Pêcheux, 2009, p. 129). Em outras palavras, ainda que o dizer possa sempre ser outro, há um sentido dominante que, não sem falhas, impõe consolidações na produção do *sensu comum* que tenta vencer as contradições que decorrem do batimento das formações discursivas no interdiscurso.

Nesse espaço de produção de um *sensu comum* às formações discursivas, entendo ser possível dizer que o sentido/saber estabilizado que se tem em torno da ideia de *intelectual* reproduz a imagem dominante e tradicional do homem, branco, de meia-idade ou mais, de formação europeia, heterossexual, cisgênero. Esse é, para o *sensu comum*, o verdadeiro intelectual digno de confiança, escuta e crédito. Essa imagem bem estabelecida, porém, não se reproduz sem resistência e, por isso mesmo, falha. Não há dominação sem resistência, nos diz Pêcheux, e “as ideologias dominadas se formam *sob* a dominação ideológica e *contra* elas” (Pêcheux, 1990, p. 16, grifos do autor).

Assim, na contradição, isto é, numa espécie de *sob-e-contra*, estabelecida entre questionar e/mas manter certa política de hierarquização de saberes, outros gestos de reconhecimento de intelectualidade se produzem. Não ao acaso assistimos nesse momento, no seio do espaço acadêmico, lugar tradicional e

legitimado institucionalmente para manter, gerir e (re)produzir o *intelectual*, uma eclosão de discursos teóricos em prol da luta contra a “pilhagem epistêmica” (Pinheiro, 2021)<sup>2</sup>, sofrida por uma “intelectualidade subalternizada”, e pelo reconhecimento dos saberes tradicionais<sup>3</sup> e práticas políticas que tentam dar conta da desconstrução do padrão do senso comum mencionado acima<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Para Pinheiro (2021), o conceito de pilhagem epistêmica dá conta do uso de conceitos e reflexões de intelectuais negros circulando com o apagamento dessa negritude intelectual e chegando até a comparecer a partir de outras autorias alinhadas ao projeto colonizador brancocentrado.

<sup>3</sup> Importante, por exemplo, destacar o aparecimento, divulgação e aceitação, no âmbito acadêmico, de teorias que reivindicam para si uma perspectiva *decolonial* ou *contracolonial*. No estabelecimento dessas epistemologias, considera-se como fundamental resistir e desconstruir padrões, conceitos e perspectivas impostos aos povos ditos subalternizados, sendo importante estabelecer uma crítica direta à modernidade e ao capitalismo moderno.

<sup>4</sup> Um bom exemplo disso é a profusão da concessão de títulos de *Doutor Honoris Causa* a diferentes personalidades que representam minorias sociais e seus respectivos saberes comumente negligenciados pela academia. Nessa esteira, cito como exemplos os títulos recebidos: pelo rapper Mano Brown (UFSB) e pelos cinco integrantes dos Racionais MC's (Unicamp), por dona Vilma Santos de Oliveira, Yá Mukumby (UEL), pelo Babalorixá Ruy Póvoas, o músico Adalmiro Leôncio da Silva (Sabará), o fotógrafo e memorialista José Nazal Pacheco Soub e o vocalista e líder da banda Lordão, Clóvis de Figueiredo Leite (Kocó) (UESC), pela Egbomi Vovó Cici de Oxalá (UFBA), pela cirandeira Lia de Itamaracá (UFPE), pelo líder indígena Aílton Krenak (UnB) e por Keila Simpson, primeira travesti brasileira a receber tal título (UERJ).

Se podemos dizer que está atualmente em curso um projeto epistemológico que busca, no jogo entre o dentro e o fora da academia, estabelecer e reconhecer outras formas de saber(es) na contramão da imagem do intelectual do senso comum, é também importante considerar que esse não é o único ou o primeiro gesto de disputa da intelectualidade no Brasil. E mais: se hoje tais gestos de disputa da intelectualidade conseguem fazer reconhecer saberes não constituídos na tradição acadêmica, saberes quilombolas, afro-indígenas e outros oriundos, por exemplo, de religiões de matrizes africanas, cabe-nos lembrar dos gestos que disputaram a intelectualidade também no e a partir do próprio saber *acadêmico*, em suas diferentes formas históricas.

Essa com certeza foi a estratégia utilizada por intelectuais negros que viveram na passagem entre os séculos XIX e XX. Uma estratégia que, de sua parte, demandava diferentes processos de identificação, tendo em vista a formação social oitocentista fortemente marcada por um antiafricanismo (Barbosa Filho, 2018) e consequente racismo de base escravocrata. Pinto (2015) argumenta que o surgimento de negros (especialmente homens) que pudessem ser (re)conhecidos como intelectuais foi pautado por diferentes esforços empreendidos em diversas esferas de prestígio e poder vigentes. As redes de sociabilidades eram muitas: das lojas maçônicas aos partidos políticos, passando pelas fundações das associações e irmandades negras. Nesses espaços, fosse como fosse, seja pelo apadrinhamento de medalhões protetores e conexões com os brancos (aliados ou não às pautas

negras) detentores de poder, seja pelo estabelecimento de conexões horizontais a partir das quais aqueles que acessavam redes de sociabilidade abriam caminhos para outros, essa intelectualidade negra passou a disputar o lugar e o reconhecimento do ser intelectual no Brasil.

É claro que, pela diferença que constituía as muitas estratégias em pauta, não deixaria de ser natural também as críticas, os descontentamentos e as polêmicas em torno dos modos pelos quais se poderia forjar um intelectual negro. É Pinto (2015) ainda que nos diz que os intelectuais “apadrinhados” eram alvos de duras críticas, sendo, por vezes, acusados de adotarem certa postura reformista, conciliadora e alinhada aos interesses dos senhores detentores do poder, em detrimento de atitudes mais críticas e sintonizadas com os subalternizados, inclusive a própria negritude. Por outro lado, é possível ponderar que esses intelectuais negros eram levados a se dirigirem a uma diversidade política de público, desde senhores reformistas a militantes mais radicais, o que os levava ao abrandamento de posições e adequações sociais, para que pudessem mesmo circular e serem ouvidos.

Sem muito suspense, acredito ser possível dizer que talvez os intelectuais negros de que me ocupo neste texto tenham estado em lugares diferentes na forjadura de suas intelectualidades, podendo mesmo terem constituído lados contraditórios (para não dizer opostos), como os sinalizados anteriormente. Ainda que ambos tenham, com pequenas diferenças temporais, ocupado os mesmos espaços e posições, é notável

a diferença entre aquele de quem pouco se ouviu falar de sua negritude e aquele sobre quem a negritude talvez tenha sido um dos primeiros pontos de sua identificação; aquele cujo nome se estabilizou como nome de autor nos estudos linguísticos brasileiros e aquele que, procurado nos repositórios institucionais, aparece em trabalhos de áreas como Pedagogia e História, mas nunca nos estudos da linguagem. Refiro-me, respectivamente, a Antenor de Veras Nascentes (1886-1972) e Hemetério José dos Santos (1858-1939). Antes de elaborar sobre as diferenças e proximidades que os relacionam, penso ser interessante pôr em tensão a própria formulação *intelectual negro*, para, em seguida, discutir seus diferentes efeitos de sentido.

### **“Intelectual negro”: um sintagma *estranho*?**

Nas formulações de Ernst-Pereira (2009) sobre os conceitos de falta, excesso e estranhamento, o *estranhamento* diz respeito, dentre outros aspectos, a uma espécie de desordem material que se inscreve no intradiscurso marcando o aparecimento (linguístico) de um significante numa cadeia diferente da esperada. Em suas palavras:

o estranhamento – estratégia discursiva que expõe o conflito entre formações discursivas e consiste na apresentação de elementos intradiscursivos – palavras, expressões e/ou orações – e interdiscursivos, da ordem do ex-cêntrico, isto é, daquilo que se situa fora do que está sendo dito, mas que incide na cadeia significante,

marcando uma desordem no enunciado. Aqui se dá o efeito de pré-construído através do qual “um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado antes, em outro lugar, independentemente”, rompendo (ou não) a estrutura linear do enunciado. Possui como características a imprevisibilidade, a inadequação e o distanciamento daquilo que é esperado (Ernst-Pereira, 2009, p. 05).

Se pensarmos o significante *intelectual* como pertencente a uma “rede de formulações” (Courtine, 2016, p. 23)<sup>5</sup> em que a repetibilidade do sentido do senso comum já discutido anteriormente se reinscreve incessantemente, é possível compreender como, para a dominação ideológica, parece ser estranha uma predicação racializada compondo o sintagma *intelectual negro*. Na verdade, porém, já há uma predicação racializada, que comparece por sua ausência, uma vez que, sendo sempre pensada em relação ao saber, a mente e a razão, a branquitude colonizadora projeta para si mesma uma posição universal, para qual basta dizer *intelectual* para poder dizer *intelectual branco*. Esse lugar projeta a diferença como o *outro*, demandando

---

<sup>5</sup> Consoante Courtine (2016, p. 23) e considerando [E] como referente a “enunciado”: “uma rede de formulações consiste em um conjunto estratificado ou desnivelado de formulações, que constituem a mesma quantidade de reformulações possíveis de [E]. O que chamamos de estratificação ou desnivelamento de formulações refere-se à dimensão vertical (ou interdiscursiva) de um [E] como rede de formulações. É nestas redes que se estabiliza a referência dos elementos do saber: os objetos do discurso são formados ali como pré-construídos, os [E] os articulam”.

que esse outro, o *específico* não universal, compareça por adjetivação. É essa adjetivação que, em certas condições, “se situa fora do que está sendo dito, mas que incide na cadeia significante, marcando uma desordem no enunciado” (Ernst-Pereira, 2009, p. 05), fazendo-nos perguntar o porquê dessa formulação e não outra em seu lugar.

Ao tematizar a questão dos intelectuais negros nos estudos da linguagem, quero dar vazão a diferentes perguntas que, por sua vez, passam pelo estranhamento citado acima. Começando por esse ponto, essa pergunta (pelo sintagma *intelectual negro (nos estudos da linguagem)*) põe em questão a imbricação material de uma sintaxe que, a meu ver, não pode ser compreendida como transparente e que, por isso mesmo, é necessário recuperar sua opacidade. Ao me referir à sintaxe, enquanto gesto de imbricar palavras, e à formulação de perguntas, enquanto gesto necessário para a produção de conhecimento, lembro-me de Althusser, para quem:

basta uma nova palavra para desembaraçar o espaço duma pergunta, aquela que não tinha sido posta. A nova palavra abala as antigas, e faz o vazio para a nova pergunta. A nova questão põe em questão as antigas respostas, e as velhas questões adormecidas debaixo delas. Ganha-se aí uma nova visão da coisa. (Althusser, 1979, p. 34).

Reverbero mais uma vez as palavras do filósofo argelino: *basta uma nova palavra para desembaraçar o espaço duma pergunta*. A pergunta principal sobre a qual

me debruço é *desembaraçada* pela palavra *intelectual* que, no sintagma *intelectual negro* é, neste texto, a nova palavra que joga com a “velha” palavra, tão familiar às condições de produção de uma sociedade racializada: *negro*. Pergunto então: como *intelectual negro* significa na discursividade dos estudos da linguagem no Brasil, especialmente na passagem do século XIX para o XX? E, mais especificamente, é possível falar na constituição e inscrição de uma posição-sujeito “intelectual negro” que, de algum modo, possa se diferenciar de uma posição-sujeito intelectual outra na qual línguas e sujeitos racializados não sejam predicados de modo racista nos estudos da linguagem brasileiros?

Não me atrevo agora, aqui, a responder tais perguntas. Quero, na verdade, trabalhá-las e, do lugar em que me inscrevo teoricamente, isto é, como analista de discurso e pesquisador da história das ideias linguísticas, entendo que trabalhar tais questões me leva a dois gestos fundamentais: o primeiro, a reflexão em torno dos sentidos de *intelectual negro* nas condições de produção de nossa formação social brasileira, tomando como interesse particular de análise a produção dos estudos linguísticos; e, em segundo lugar, a circunscrição do que poderia ser essa, ainda hipotética, posição-sujeito *intelectual negro* dos/nos estudos da linguagem a partir do exame, muito preliminar, dos pensadores Hemetério José dos Santos e Antenor Nascentes.

Começo, então, pela primeira demanda apresentada mapeando os sentidos de *intelectual negro* a partir de três intelectuais negros brasileiros: Milton

Santos, Nilma Lino Gomes e Livia Natália. De saída, destaco que, embora sejam três intelectuais pensando a intelectualidade negra numa temporalidade relativamente distante da dos estudiosos da linguagem com os quais quero estabelecer interlocução neste texto, me parece fundamental compreender o que está em jogo nessa temporalidade para tensionar o que talvez não fosse possível em outra.

### **“Intelectual negro”: não coincidência de sentidos para a negritude**

Em 1989, Milton Santos proferiu a palestra *O intelectual negro no Brasil* no 1º Encontro de Docentes, Pesquisadores e Pós-Graduandos Negros das Universidades Paulistas, realizado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Unesp. Talvez não haja em sua fala um conceito em si de intelectual negro, mas algumas questões relacionadas a seu fazer e a sua postura para o funcionamento desse papel social. Num primeiro momento de seu discurso, Milton Santos deixa vir à tona uma questão que, particularmente, me chama bastante atenção, por eu mesmo ter me visto espelhado nela durante bastante tempo: o fato de ele, sem dever se penitenciar por isso, se enunciar como não sendo um pesquisador orientado aos problemas específicos do negro no Brasil.

A questão que se coloca nesse sentido é a de que o intelectual negro não deve, não precisa ser o intelectual *dos negros* ou *da* causa negra. Ou seja, ele pode ser, mas

não *precisa* ser. Santos alerta para a importância do estudo da causa negra no Brasil reforçando que:

não há uma questão negra fora da formação social brasileira. Estudando o Brasil nas suas relações externas, nas relações internas, ontem e hoje, vamos localizar a questão do negro no Brasil. Não há uma questão do negro isolada da questão nacional. Não há uma análise do negro que se possa fazer de forma válida e com possível eficácia política que não aquela que veja o negro dentro da sociedade brasileira (Santos, 2002, p. 09).

Nesse contexto, em seu entendimento, ser intelectual é estar guiado por uma prática teórica sem se subordinar ao apreço de seus vizinhos e contemporâneos pelo temor de ficar só, é recusar toda forma de serialização, e admitir estar junto para estar só, “livre para pensar, mantendo a independência que é prova da individualidade forte, sem a qual não há pensamento frutífero, há apenas pensamento associado” (Santos, 2002, p. 08). Considerando então que o intelectual deve ter um pensamento livre e não um pensamento associado, Milton Santos traz à tona a questão da militância.

Ainda nas palavras deste pensador, “a militância é com frequência a grande inimiga do intelectual porque supõe palavras de ordem. O intelectual que se submete a palavras de ordem está se recusando a ser intelectual e, por conseguinte, não aceita seu papel fundamental, isto é, o de ser permanentemente livre” (Santos, 2002, p. 8). Desse modo, se um intelectual

negro dispõe de sua intelectualidade para as diferentes causas negras, Milton Santos considera que ele deve aproveitar do fato de tais demandas, dentro das Universidades, serem desprovidas das alavancas de que os setores hegemônicos dispõem para controlar a pesquisa. Em sua perspectiva, é importante construir teses com total liberdade, sem subordinação a qualquer que seja o mandamento externo, para evitar a ameaça de praticar o erro, em vez da verdade.

Em síntese: o intelectual negro, em Milton Santos, tendo como agenda a causa negra ou não, não deve ser militante. E, se tomar a causa negra como tema, deve aproveitar o fato de que tal causa não atrai as alavancas dos setores hegemônicos tradicionais, para pesquisar com total liberdade.

A brevidade deste texto não me permite apontar agora outras ponderações, análise de funcionamento discursivo e as possíveis críticas às propostas de Milton Santos. Passo, então, a mapear os sentidos de intelectual negro em Nilma Lino Gomes, seguindo depois para Livia Natália, com o objetivo de, após isso, estabelecer sumariamente um quadro comparativo entre eles, situando possibilidades de análise para Hemetério José dos Santos e Antenor Nascentes.

De Nilma Lino Gomes, faço menção ao seu texto *Intelectuais negros e a produção de conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira*, publicado em 2009. De saída, Gomes situa a questão da intelectualidade negra com algo que concerne ao contexto acadêmico brasileiro, isto é, a Universidade, mas que tem “sua origem na tensa dinâmica social e racial da própria

sociedade e não no interior da academia” (Gomes, 2009, p. 419). Partindo da ecologia dos saberes proposta por Boaventura de Souza Santos como um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra-hegemônicas e pretendem contribuir para credibilizá-las e fortalecê-las, Gomes reflete sobre a inserção ainda lenta, mas gradativa, na universidade, de pesquisadores e pesquisadoras oriundos de diferentes grupos sociais e étnico-raciais e/ou comprometidos com esses setores sociais, desencadeando, assim, o que a autora vai chamar de “um outro tipo de produção de conhecimento”. Trata-se, então, de “um conhecimento realizado ‘por’ esses sujeitos que, ao desenvolverem suas pesquisas, privilegiam a parceria ‘com’ os movimentos sociais e extrapolam a tendência ainda hegemônica no campo das ciências humanas e sociais de produzir conhecimento ‘sobre’ os movimentos e esses sujeitos” (Gomes, 2009, p. 421).

Sobre esses sujeitos, assim sumariza Gomes (2009, p. 421):

são intelectuais, mas outro tipo de intelectual, pois produzem um outro tipo de conhecimento que tem como objetivo dar visibilidade a subjetividades, desigualdades, silenciamentos, omissões em relação a determinados grupos sócio-raciais e suas vivências. Para tal, configuram-se como um coletivo, organizam-se e criam associações científicas a fim de mapear, problematizar, analisar e produzir conhecimento. É aqui que se localizam os intelectuais negros. [...] O papel dos intelectuais negros tem sido, nesse contexto,

indagar a produção do conhecimento acadêmico e o lugar ocupado pelo 'outro' pelo diferente e pelas diferenças.

A coletividade e o pensamento derivado da vida do negro em sociedade marcam a constituição e o compromisso do intelectual negro. Nessa esteira, o intelectual negro é aquele que empreende um esforço teórico-crítico para desafiar estruturas colonizadoras, instituir outras narrativas para as quais os negros não sejam objetos, mas sujeitos, bem como sustentar os saberes construídos na e a partir dos movimentos negros como fundamentais para compreensão da sociedade e das lutas sociais negras.

Penso poder ter trazido da reflexão de Gomes pontos importantes sobre os quais retornarei logo mais. Finalizo esse momento de mapeamento indo a Lívia Natália, a única intelectual escolhida aqui que se insere no campo dos estudos da linguagem, a partir de seu atravessamento pelos estudos literários. Natália concentra seu olhar, em texto publicado em 2018 sob o título *Intelectuais negras e racismo institucional: um corpo fora do lugar*, nas intelectuais negras, fazendo então um recorte de gênero fundamental. São as mulheres negras, na condição de intelectual, que estão em tela na produção de conhecimento, guiadas por gestos de resistência de diversas ordens. Em suas palavras:

ocupar o lugar de uma intelectual negra num sistema e numa Instituição hegemonicamente branca e constantemente racista como a Universidade,

contrariamente ao que se possa pensar, não foi o resultado de um ‘esforço pessoal’, nem tampouco de uma excepcionalidade. O caminho foi e é pedregoso. Uma mulher negra que trabalha com a produção e disseminação de conhecimentos é pensada como uma ave rara. Dentro da academia enfrenta-se a constante luta pela afirmação da validade e importância do nosso conhecimento, assim, não há lugar confortável nem dentro das salas de aula, onde somos constantemente testadas, nem nos corredores, nem nas reuniões. Somos, constantemente, um corpo fora de lugar (Natália, 2018, p. 757).

O que particularmente me interessa aqui, para além da necessária denúncia que o texto apresenta, é a predicação que produz uma relação entre intelectual negra e corpo fora do lugar. Cercando-se de uma epistemologia feminista negra, Natália explora a condição da intelectual negra como um corpo estranho, um corpo fora do lugar ou um corpo *outsider within*, para retomar as palavras que a autora mobiliza de Patrícia Hill Collins. A intelectualidade negra é então marcada pela contradição que se dá pela presença de um corpo fora do lugar no lugar que o tenta por para fora. Ainda assim, é esse corpo fora do lugar aquele capaz de defasar a “noção tradicional de intelectual – homem, branco, heterossexual” (Natália, 2018, p. 748).

Tento construir, com esse mapeamento, uma sumarização acerca dos sentidos de intelectual negro para intelectuais negros contemporâneos. Parece-me nesse sentido que estamos diante de uma construção

discursiva seguramente pouco homogênea e, talvez, mesmo dividida fortemente por diferentes formações discursivas.

Por um lado, então, tem-se a figura do intelectual que não precisa estar comprometido com a causa negra e que, se estiver, não deve ser militante; deve ter um pensamento livre, o que suporia um pensamento não associado; o pensamento do intelectual negro deve aproveitar que as causas que concernem a sua “identidade” são desprovidas de alavancas dos setores hegemônicos para construir teses com total liberdade. Por outro lado, e é bom que se diga que esse outro lado se apresenta textualmente vinte anos depois de o primeiro, em condições sócio-históricas e políticas bem diferentes em relação contexto de produção do conhecimento no Brasil, o intelectual negro é forjado na tensão entre a sociedade fora da academia e a academia em si. É a sua vivência enquanto sujeito marcado socialmente pela racialidade que vai fazê-lo encarar a intelectualidade a ser performada. Há aqui também a questão da oposição ao pensamento hegemônico ou aos setores hegemônicos, mas, numa direção oposta a Milton Santos, não para a produção de um pensamento não associado, mas a produção de um pensamento comprometido com determinado grupo sem haver aqui um *medo* da militância. Por fim, em Natália, discute-se uma condição de produção material contemporânea para intelectualidade negra em que o intelectual (ou melhor, a intelectual) é um corpo não esperado, fora do lugar, apesar de sua capacidade de produção, reflexão e política. O

intelectual negro é, no lugar institucionalizado para a figura do intelectual, um corpo *outsider*.

Finalmente, feito esse mapeamento dos possíveis sentidos de intelectual negro, chego à questão do campo de estudos da linguagem, observando a passagem do século XIX para o século XX, o que me levou às figuras dos intelectuais negros, e aqui emprego essa designação sem qualquer temor ou vacilação, Hemetério José dos Santos e Antenor Nascentes. Figuras tão próximas e tão distantes sobre as quais, enfim, refletirei.

### **Antenor de Veras Nascentes, Hemetério José dos Santos: duas posições intelectuais negras**

Antenor de Veras Nascentes e Hemetério José dos Santos foram intelectuais negros cujas histórias, com rumos diferentes, materializam formas distintas de vivenciar a intelectualidade negra no Brasil. Ambos foram gramáticos, filólogos, fundadores da Academia Brasileira de Filologia e professores do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Mas, mais do que isso, ambos foram homens negros produzindo no campo das Letras na passagem do século XIX para o século XX, e cujas biografias fazem parte do catálogo de biografias afro-brasileiras encontradas em Gomes, Lauriano e Schwarcz (2021).

Antenor Nascentes é reconhecidamente um dos mais importantes estudiosos da Língua Portuguesa do Brasil no século XX. Com uma vasta produção, muito

de sua obra é já conhecida entres os pesquisadores da área, sendo altamente referenciada em diferentes temas dos estudos da língua portuguesa. É curioso, no entanto, notar o completo apagamento de sua negritude em outras de suas biografias de circulação na área (Hampejs, 1961; Penha, 2002; Barbadinho Neto, 2011). A reboque desse apagamento, chama atenção a ausência de trabalhos que tenham tido a preocupação em mapear e analisar possíveis atravessamentos do debate racial em sua obra.

Tal perspectiva constitui algo já bem pesquisado em outros autores cuja identificação racial pareceu ter sido ignorada, como é o caso de Machado de Assis, autor que, diga-se de passagem, foi muito criticado por Hemetério dos Santos, por não escrever *como* um negro, reforçando, pelo contrário, na visão de Santos, estereótipos contra os negros. Duarte (2020) mostra que parece ter sido possível sustentar visões críticas segundo as quais Machado era indiferente, tanto em sua vida quanto em sua obra, ao processo de escravização de negros no Brasil, justamente porque a negritude de Machado esteve silenciada. Contudo, conforme Duarte, a “revelação” da afrodescendência e negritude de Machado de Assis não apenas permitiu refutar essa visão – na contramão mesmo de críticos como Hemetério – como também possibilitou análises mais profundas da obra machadiana, as quais revelaram um Machado avesso à escravidão, à elite brancocentrada e às diversas injustiças que acometiam seu tempo.

Quanto a Hemetério dos Santos, ocorreu-lhe o extremo oposto ao que aconteceu com Nascentes (e

com Machado de Assis). Se qualquer busca por esse intelectual destaca o fato desse ter sido um professor negro engajado na luta contra o racismo (Muller, 2006), é espantoso que seu nome tenha sido quase apagado da memória da linguística do Brasil. Seu nome é praticamente desconhecido nos estudos da linguagem, malgrado sua produção gramatical, filológica e crítica, o que, como já dito anteriormente, pode ser comprovado com buscas em repositórios digitais institucionais: no catálogo de teses e dissertações da Capes apenas se encontra um trabalho sobre ele, da área da Pedagogia (Silva, 2015); em outros repositórios, encontram-se trabalhos na Pedagogia e na História, mas nenhum na Linguística/Estudos da Linguagem.

Parece-me importante, diante dessas duas diferentes trajetórias, evocar o conceito de “epistemicídio”, consoante Carneiro (2005, p. 97), para quem:

o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indignância cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Por isso, o epistemicídio fere de morte a racionalidade do

subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender.

Considero que o epistemicídio está presente na trajetória de diversos intelectuais negros, inclusive nas de Nascentes e Santos. Em Antenor Nascentes, a ampla circulação de seu nome e de sua obra veio acompanhada do apagamento de sua negritude, constituindo aquilo que Fanon (2008) e Souza (2020) concluem em relação ao fato de que o negro que se empenha na conquista da ascensão social paga o preço do massacre de sua identidade. Já para Hemetério José dos Santos, sua militância negra explícita, muitas vezes considerada inconveniente (Silva, 2015), o levou à periferia do saber (Carneiro, 2005) na historiografia linguística<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Aqui faço menção ao trabalho de Cavaliere (2022) sobre a história da gramática no Brasil entre o século XVI e XIX. Trata-se de único trabalho mapeado por mim no campo dos estudos da linguagem que se dedicou a fazer mais do que uma breve menção ao nome de Hemetério dos Santos. Em seu texto, que é também sustentado em bibliografia da Pedagogia e da História, fato que materializa o desinteresse da área por Santos, Cavaliere, apesar de concordar com o argumento de Muller (2006) de que Hemetério, mesmo sendo muito erudito, passou por entraves em sua vida profissional por ser negro, refuta os argumentos de Silva (2015) sobre Hemetério ter sido desprestigiado por seus contemporâneos e esquecido na historiografia linguística. Sua contra-argumentação baseia-se no fato de que Santos recebeu elogios de outros gramáticos e integrou o corpo docente de prestigiados colégios do Rio de Janeiro, o que, em sua opinião, reforçaria que Hemetério não teria sido desprestigiado por seus contemporâneos. E, para responder sobre a não circulação do nome de Hemetério na

## Antenor Nascentes tornou-se referência não somente no ensino de língua portuguesa – e de outros

---

historiografia linguística, diz que “sua figura decerto está em plano secundário até mesmo nos círculos linguísticos-historiográficos, mas semelhante preterição também ocorre com nomes como José Ventura Bôscoli (1855-1919), Antônio de Castro Lopes (1827-1901), Franco de Sá (1807-1851), Alfredo Gomes (1859-1924) e tantos outros filólogos de seu tempo que não sofriam as injúrias da discriminação racial. Portanto, atribuir ao preconceito a posição secundária a Hemetério no cenário linguístico dos Oitocentos não vai além de mera conjectura” (Cavaliere, 2022, p. 513-514). Parece-me fundamental destacar que o argumento de Cavaliere minimiza, para dizer o mínimo, o racismo brasileiro especialmente nas condições de produção do século XIX, especificamente ao afirmar que os efeitos do racismo intelectual sofrido por Hemetério seriam meras conjecturas. Desconsidera-se, em sua argumentação, o fato de que as pesquisas de Hemetério, que frequentemente relacionava a temática racial à linguística, com toda a certeza, produziam incômodos a uma sociedade que sempre tentou a todo o custo escamotear o debate racial. Ademais, a comparação feita entre Hemetério e outros filólogos “que não sofriam as injúrias da discriminação” ressoa o típico argumento de base racista para o qual “se até os brancos – naturalmente propensos à inteligência e ao conseqüente sucesso – não conseguiram, imaginem os negros – naturalmente propensos à não inteligência e ao fracasso”. Somado a isso, é importante questionar o porquê de a produção de Hemetério ter recebido atenção dos campos da Pedagogia e da História, mas não dos Estudos da Linguagem: terá sido Hemetério uma figura de plano secundário ou a tradição linguística brasileira é que tem se estabelecido com base no escamoteamento de pessoas negras e suas pautas? Neste trabalho, levo a sério os efeitos do racismo na subjetividade e na história das pessoas negras deste país, cuja sociedade se sustenta por seu histórico colonial, patriarcal, racista e classista, e, por isso mesmo, alinho-me e reverbero o conceito de epistemicídio tal como discutido por Sueli Carneiro e apresentado anteriormente.

idiomas –, mas, principalmente, na pesquisa e descrição de aspectos lexicais, etimológicos, filológicos, dialetais etc. do português no Brasil. Com uma vasta produção, muito de sua obra é já conhecida entres os pesquisadores da área, sendo altamente referenciada em diferentes temas dos estudos da língua portuguesa: do léxico à gramática, da filologia à história da língua, interessando também a pesquisas realizadas no âmbito da história das ideias linguísticas. Nascido dois anos antes da abolição da escravatura, Gomes, Lauriano e Schwarcz (2021, p. 57) argumentam que “se Antenor não vivenciou a escravidão de perto, tal realidade, provavelmente, figurou entre as percepções de seus avós, pais, irmãos, primos e tios”, de tal modo que “[...] educação, letramento e formação intelectual representaram uma estratégia para sua família” (Gomes, Lauriano, Schwarcz, 2021, p. 57).

Recuperando algumas das reflexões empreendidas em Carvalho e Modesto (no prelo)<sup>7</sup>, quero destacar o texto célebre *O Idioma Nacional* (1926-1929; 1935-1937; 1944), de Nascentes, que corresponde a um momento importante para o ensino da língua nacional no século XX por abranger um conjunto de manuais didáticos gramaticais que não prescrevem a língua escrita seguindo parâmetros portugueses, mas a explicam na relação com a oralidade. Esses manuais

---

<sup>7</sup> Trata-se do texto “(des)Encontros entre língua e raça em O Idioma Nacional de Antenor Nascentes” a ser publicado na obra *Para uma história das ideias linguísticas de Antenor Nascentes*, organizada por Claudia Pfeiffer, Vanise Medeiros e Thaís de Araújo da Costa.

didáticos eram fundamentados para mostrar e reforçar a diferença entre o português do Brasil e a variante europeia, fazendo eco às produções da época, conforme periodização feita por Guimarães (1996, p. 134), “que funda os estudos brasileiros sobre o Português [...] por uma atitude de considerar certas características gramaticais e léxicas do Português brasileiro como diferenças relativamente ao Português de Portugal”.

Em Carvalho e Modesto (no prelo), argumentamos que, no que diz respeito à língua, Nascentes pode ser interpretado como bastante progressista (em contraponto à tradição gramatical clássica) face ao reconhecimento e valorização das especificidades da variante brasileira da língua. Contudo, ressaltamos que é tímida em sua obra um posicionamento que vá de encontro ao pensamento colonial ainda persistente na passagem do século XIX para o XX para o qual negros e indígenas eram dotados de linguagem adulterada, por exemplo.

É certo que seu posicionamento está muito longe do racismo escancarado como o de Serafim da Silva Neto<sup>8</sup>. Em nossa análise, porém, detectamos e destacamos que, tomando o contexto de *O Idioma nacional*, materializando uma opinião pessoal ou apenas um pensamento comum de sua época, Nascentes dá corpo,

---

<sup>8</sup> São conhecidas as posições de Silva Neto acerca da extrema valorização do português em detrimento das línguas indígenas e africanas, incultas tais como seus falantes racializados. Sugiro a leitura de Modesto (2024) na qual, realizando uma breve reflexão entre língua e racialidade negra brasileira, critico a posição sustentada por este autor.

por exemplo, a formulações cuja constituição têm íntima relação com um pensamento antinegro e antiafricano do século XIX, para o qual a cidadania não estava reservada aos negros, sendo, assim, urgente e necessária a vinda para o Brasil de populações brancas imigrantes<sup>9</sup>. Na escrita de Nascentes, ao passo que localizamos uma fina reflexão linguística que foi parâmetro teórico-histórico para tantas outras e que ainda hoje permite, por exemplo, a reflexão sobre áreas dialetais brasileiras, não encontramos um posicionamento contundente sobre outros pontos que permitiriam uma discussão racializada da língua.

No caso de Hemetério dos Santos, podemos, seguramente, dizer o oposto: há um posicionamento explícito e contundente na sustentação de uma discussão que relaciona a língua à racialidade negra brasileira. A segurança dessa afirmação baseia-se no exame de sua produção, a partir do qual se pode

---

<sup>9</sup> Em Carvalho e Modesto (no prelo), realizamos uma análise dos exemplos empregados por Nascentes para exemplificar as construções linguísticas por ele tematizadas. Numa explicação sobre as orações subordinadas, Nascentes usa o seguinte exemplo: “Ex.: *O Brasil, que é um país de pouca população, precisa receber imigrantes. Que é um país de pouca população* oração subordinada adjetiva explicativa.” (Nascentes, 1961, p.136). Na análise que realizamos, mostramos que a oração subordinada explicativa exemplificada, na qual se diz que o país precisa de imigrantes porque “é um país de pouca população”, retoma dizeres de uma memória para a qual o país precisaria de mais trabalhadores não só para suprir uma demanda antes ocupada por escravos, mas também para um projeto nacional de mestiçagem e embranquecimento da população (Munanga, 2020).

verificar que Santos produziu diversos ensaios e textos trabalhando diferentes e possíveis relações entre a língua e a racialidade. Dentre esses textos, destaco o ensaio *Etymologias 'preto'*<sup>10</sup>, escrito por Hemetério e publicado no terceiro ano do importante Almanaque Garnier<sup>11</sup>, em 1905. Nele, Santos se contrapõe a uma hipótese linguística para a etimologia do significante em tela.

Em suas palavras, “aqui ha quatro annos passados, um estudioso grammatico brasileiro suppoz enxergar na palavra *preto*, o vocabulo latino – *spretum*, de *sperno*, desprezar” (Santos, 1905, p. 237). Denunciando o racismo em funcionamento na hipótese contraposta e mostrando que ela toma como base muito mais uma ideia subalterna para o negro do que um estudo epistemológico sério, Hemetério dos Santos elenca uma série de argumentos pautados no uso da palavra na tradição literária, chegando à conclusão de que “era já

---

<sup>10</sup> Na esteira do projeto de suprir lacunas sobre estudos da obra de Hemetério, faço menção ao TCC em andamento, sob minha orientação, de autoria da estudante Ketie Emilly Santos Neves, cujo título provisório é *Racialização e língua na história linguística brasileira: uma análise discursiva de 'Etymologias – Preto' de Hemetério José dos Santos*.

<sup>11</sup> Curioso notar que a publicação do texto de Hemetério ocorre em um empreendimento da Livraria Garnier, de Baptiste Louis Garnier, que impunha fortíssima concorrência a editores negros como Francisco de Paula Brito, o qual deveu parte de seu sucesso a ligações com políticos liberais e com conservadores. Talvez isso possa indicar o antagonismo que Hemetério fazia a pensadores e estudiosos negros que, por tais alianças, negligenciavam sua negritude, algo que ele mesmo denunciava em Machado de Assis.

corrente nas composições genuinamente populares, no século de quinhentos, e que o contemplativo Luiz de Camões não a excomungou do seu épico e lyrico vocabulário” (Santos, 1905, p. 239).

Hemetério, que, assim como Nascentes, também produziu suas reflexões no contexto de valorização de características gramaticais e léxicas do Português brasileiro, consoante periodização proposta por Guimarães (1996), não se furtou dessa reflexão. Ao contrário, se aproveitou dela para propagar uma espécie de *mestiçagem positiva*<sup>12</sup>, para a qual a mestiçagem, ao contrário do que se dizia no discurso dominante vigente, era mais positiva do que negativa<sup>13</sup>, não devendo, portanto, ser imputado ao negro a corrupção na mestiçagem.

Silva (2015) chama a atenção para a presença de Hemetério na cena pública de sua época. A autora ressalta a participação de Santos nos debates públicos, principalmente por meio de afiadas críticas e opiniões publicadas dos jornais do período. Essa forma de atuação materializa a atuação intelectual empreendida, não limitada a um debate apenas entres os

---

<sup>12</sup> Segundo Silva (2015), Hemetério propunha, pela ventilação de seus escritos e ideias, uma (re)construção dos sentidos e percepções sobre a negritude, tentando promover uma visão mais positiva e inclusiva da identidade negra. A promoção dessa visão está na base do conceito de mestiçagem positiva ou negritude positiva.

<sup>13</sup> Indico a leitura de Modesto (2022) para uma reflexão amparada discursivamente e na história das ideias linguísticas sobre os modos de compreensão da mestiçagem no Brasil entre o século XIX e o XX.

pares professores, mas envolvida na busca por influenciar a opinião pública e promover uma visão mais positiva e complexa da identidade negra.

As biografias que nos permitem acesso à história de Hemetério José dos Santos indicam ter sido ele um homem nordestino, maranhense, filho de mulher escravizada e que lutou arduamente para se fazer reconhecer intelectual no Rio de Janeiro, cidade em que chegou com apenas 17 anos. Contestou contundentemente as visões negativas e estereotipadas que eram ventiladas contra os negros e sempre que podia propagava a ideia da já mencionada mestiçagem positiva, conceito que merece absolutamente investimento investigativo na história das ideias linguísticas.

### **Investir nos intelectuais negros nos estudos da linguagem: uma necessária agenda de pesquisa para a HIL**

Se chego até aqui tendo escrito um aceitável número de páginas para um artigo ou capítulo de livro, sem ter conseguido realizar de modo mais pontual análises de fragmentos e sequências discursivas retiradas de um possível *arquivo da intelectualidade linguística negra* em que constem as obras de Antenor Nascentes e Hemetério dos Santos, penso ser esse um indicativo de que há muito a se dizer sobre o tema aqui tratado. Nesse aspecto, acredito que são profícuas e necessárias iniciativas de pesquisas que se preocupem em mapear e analisar possíveis

atravessamentos do debate racial na constituição do saber metalinguístico brasileiro, apontando o que, de minha parte, tenho chamado de *discursos racializados sobre a língua* (Modesto, 2021).

Se esse é um campo aberto à exploração, merece ainda mais destaque a análise de obras de autores negros como Antenor Nascentes e Hemetério José dos Santos. Enquanto o primeiro ocupa um lugar em que sua negritude esteve (e ainda está) bastante silenciada, bem como aparenta ter uma produção intelectual mais alinhada ao discurso dominante no que concerne à compreensão da mestiçagem e da negritude (e é bom que se diga que essa pode ter sido sua única estratégia para se manter ouvido e em circulação até os dias de hoje – fato que diz muito mais do nosso racismo estrutural do que de uma suposta não militância ou não identificação de Nascentes com a causa negra); o segundo, falando declaradamente da posição de homem negro, teve sua obra, tão relevante quanto a de Antenor Nascentes, apagada da história dos estudos sobre a língua do e no Brasil, ao passo que investiu profundamente nas relações entre língua e racialidade.

Trabalhando com esses intelectuais de posições-sujeito diferentes, vejo a potência e profundidade de dois intelectuais negros incontornáveis, forjados de modos diferentes e operantes de estratégias diferentes, convivendo, porém, numa proximidade temporal importante. Se se pode dizer, com base na leitura de suas obras, que um evitou a militância, como que dando o tom do que posteriormente Milton Santos falaria, enquanto o outro pautou sua teorização da

língua sem apagar sua negritude, como preveria Nilma Lino Gomes, talvez também se possa dizer que ainda assim ambos foram corpos fora do lugar, como sugere Livia Natália, em um ambiente pulsante de empistemicídio. Perguntar pela construção *intelectual negro nos estudos da linguagem* é, a meu ver, uma necessária agenda de pesquisa para História das Ideias Linguísticas e, desse lugar, busco levar alguma luz sobre isso.

## Referências

ALTHUSSER, Louis. Contradição e sobredeterminação. In: ALTHUSSER, Louis. *A favor de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 75-113.

BARBADINHO NETO, Raimundo. *Antenor Nascentes - Estudos filológicos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2011.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. *O discurso antiafricano na Bahia do século XIX*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2018.

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARVALHO, Pedro Arão das Mercês; MODESTO, Rogério. (des)Encontros entre língua e raça em O Idioma Nacional de Antenor Nascentes. In: PFEIFFER,

Claudia; MEDEIROS, Vanise; COSTA, Thaís de Araújo da (org.). *Para uma história das ideias linguísticas de Antenor Nascentes* (no prelo).

CAVALIERE, Ricardo. *História da gramática no Brasil: séculos XVI a XIX*. Petrópolis: Vozes, 2022.

COURTINE, Jean-Jacques. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise de Discurso. In: *Policromias*. n. 1, v. 1, 2016, p. 14-35.

DUARTE, Eduardo. *Machado de Assis afrodescendente: antologia e crítica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2020.

ERNST-PEREIRA, Aracy. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição do corpus discursivo. In: *Anais do SEAD*, Porto Alegre: UFRGS, 2009, p. 01-06.

FANON, Frantz. *Peles negras, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOMES, Flávio; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lilia. *Enciclopédia negra: biografias afro-brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e a produção de conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 419-442.

GUIMARÃES, Eduardo. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: ORLANDI, Eni; GUIMARÃES, Eduardo (org.). *Língua*

*e cidadania: o português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1996, p. 127-138.

HAMPEJS, Zdenek. Três aspectos da obra de Antenor Nascentes. In: *Revista do Curso de Letras da Universidade do Paraná*. n. 12, 1961, p. 1-12.

MODESTO, Rogério. Língua e racialidade negra brasileira. In: MEDEIROS, Vanise; SILVA ESTEVES, Phellipe (org.). *Na movência dos conceitos...* Rio de Janeiro: Autografia, 2024, p. 203-210.

MODESTO, Rogério. Mulato nos dicionários de português ou sobre o que uma palavra pode contar da mestiçagem no Brasil. In: *Revista Interfaces*, v. 13, 2022, p. 1-15.

MODESTO, Rogério. Os discursos racializados. In: *Revista da Abralin*, 2021, p. 01-15

MULLER, Mária Lúcia R. Pretidão de amor. In: OLIVEIRA, Iolanda (org.). *Cor e magistério*. Rio de Janeiro: Quartet; Niterói: EDUFF, 2006, p. 151-164.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NASCENTES, Antenor. *O Idioma Nacional*, ed. 4. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.

NATÁLIA, Livia. Intelectuais negras e racismo institucional: um corpo fora de lugar. In: *Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)*, v. 10, Ed. Especial, 2018, p.748-764.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 19. Campinas: IEL/Unicamp, 1990, 08-24.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PENHA, João A. P. *Filólogos Brasileiros*. Franca: Editora Ribeirão Gráfica, 2002, p. 67-72.

PINHEIRO, Bárbara Carine. *História preta das coisas: 50 invenções científico-tecnológicas de pessoas negras*. São Paulo: Livraria da Física, 2021.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. 2014. 326 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1624586>. Acesso em: 11 jun. 2024.

SANTOS, Hemetério José dos. Etymologias – preto. In: *ALMANAQUE BRASILEIRO GARNIER: para o anno de 1905* Rio de Janeiro: B. F. Ramiz Galvao, 1903-. Anual. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348449>. Acesso em: 11 jun. 2024.

SANTOS, Milton. O intelectual negro no Brasil. In: *Ethos Brasil*. n. 1, v. 1. NUPE: Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão, 2002, p. 7-10.

SILVA, Luara dos Santos. *'Etymologias preto': Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888-1920)*. Dissertação (Mestrado em Relações

Etnicorraciais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Etnicorraciais, CEFET-RJ, 2015.

SOUZA, Neusa. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. São Paulo: Edições Kisimbi, 2020.



# Historiografia literária e política de línguas

Gabriel Leopoldino dos Santos

## Introdução

Este texto objetiva colocar em relação a literatura e a linguística. Para levar a cabo tal objetivo, levaremos em consideração duas subáreas desses dois grandes campos do conhecimento sobre a linguagem: de um lado, a historiografia literária; de outro, a história das ideias linguísticas (HIL), tal como esta é praticada no Brasil. Ainda sobre a HIL, este trabalho mobilizará um domínio de estudos e pesquisas muito particular dessa subárea da linguística, qual seja, o da política linguística ou política de línguas<sup>1</sup>.

Diante do objetivo geral mostrado no parágrafo anterior, objetivamos, de modo mais preciso, tratar a historiografia literária como um instrumento de política de línguas. Adiante, explicitaremos a compreensão que procuramos produzir dessa formulação “instrumento de política de línguas”.

---

<sup>1</sup> Diferentemente de outros momentos deste texto, neste momento produziremos uma sinonímia entre “política linguística” e “política de línguas”. Em momento oportuno, produziremos uma diferenciação que julgamos importante entre essas duas nomeações, visto que elas produzem efeitos distintos sobre o modo como se aborda a questão política das relações entre as línguas e entre as línguas e os (seus) falantes.

Antes, porém, é preciso estabelecer, a título de introdução, qual será nosso objeto de análise. Tendo a semântica do acontecimento como nosso dispositivo teórico-metodológico, estabelecemos como objeto de análise a obra *Historia da litteratura brasileira*, escrita por Sylvio Romero na segunda metade do século XIX. A partir dessa obra, recortaremos enunciados que serão, efetivamente, objeto de nossa análise.

Para levar a cabo tanto o objetivo geral quanto o específico, organizamos o presente capítulo do seguinte modo: na primeira seção, discorreremos sobre a historiografia literária, seus modos de funcionamento simbólico e suas condições de produção no século XIX, de forma que seja possível compreender por que tomamos essa subárea da literatura como nosso objeto de atenção nesta publicação; na segunda seção, discorreremos sobre o dispositivo teórico-metodológico da semântica do acontecimento, destacando os conceitos dessa disciplina com os quais trabalharemos nas análises dos recortes produzidos da obra apresentada mais acima, bem como apresentando nossa compreensão da formulação “instrumento de política de línguas”; finalmente, antes de nossas considerações finais, apresentaremos as nossas análises propriamente ditas.

Passemos, então, à primeira seção de nossa argumentação.

## **1. A historiografia literária: funcionamento simbólico e condições de produção**

A historiografia literária tornou-se um campo específico de estudos literários no século XIX, com o objetivo de identificar a evolução e os padrões da literatura ao longo dos tempos. A época foi marcada por uma abordagem mais sistemática e científica das obras literárias e pelo aparecimento de grandes pensadores no cenário intelectual, como Georg Gottfried Gervinus, na Alemanha, e Hippolyte Taine, na França, cujas obras colocaram as bases para análises literárias mais profundas e abrangentes. Esses historiadores da literatura não apenas compilaram obras importantes e descreveram movimentos literários, mas também se dedicaram a estudar os contextos sociais, históricos e culturais que influenciaram o desenvolvimento da literatura.

Considerando o que nos diz o filósofo da linguagem Sylvain Auroux, o de que

[t]odo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber. Porque é limitado, o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospectção (Auroux, 1987), assim como um horizonte de projeção. O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o

imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói [...] (Auroux, 2009, p. 12)

É importante mencionar que a historiografia literária, longe de ser uma prática neutra e desinteressada, está profundamente ligada às condições sócio-históricas que a produzem. Essa não neutralidade mostra-se de maneiras variadas, desde a seleção de obras e autores que são incluídos-excluídos do cânone literário até a adoção das perspectivas teórico-metodológicas às quais se inscrevem os historiadores da literatura para produzirem suas interpretações acerca da história da literatura. Nesse sentido, as obras dos historiadores da literatura organizam, escolhem, esquecem, imaginam, idealizam uma história da literatura, para falarmos juntamente com Auroux (2009, p. 12), fazendo com que certos sentidos se imponham diante de outros que são relegados ao não-dito.

No Brasil, a história da literatura, enquanto área de conhecimento e gênero textual, emerge como uma demanda simbólico-política do romantismo do século XIX. Anteriormente a esse período, especialmente no século XVIII, as academias literárias podem ser consideradas como a “gênese da crítica literária no Brasil” (Fiori, 2008, p. 27). De acordo com a autora, seguindo o ponto de vista de José Aderaldo Castello, essas academias foram fundamentais para a formação de uma consciência crítica da cultura brasileira e se constituíam — a autora segue a perspectiva de José

Veríssimo — em espaços de apreciação literária onde se emitiam juízos de valor de grande erudição, embora frequentemente acompanhados de exortações exageradas.

O crescimento dos estudos literários e a subsequente necessidade de sistematização e objetividade desses estudos se intensificaram após dois acontecimentos cruciais para a história brasileira: a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808 e a proclamação da independência do Brasil em 1822. Esses acontecimentos convocaram esforços dos intelectuais, como os escritores, para consolidar uma identidade própria para o Brasil no contexto internacional, visando posicionar a nação no “concerto das nações civilizadas” (Souza; Jobim, 2020, p. 1). Tal empenho resultou em um projeto estético-político, fundamentado em princípios românticos, dedicado à construção de uma literatura autenticamente brasileira, que buscava representar a natureza, a história e a sociedade do país de maneira integral (Souza; Jobim, 2020, p. 1).

A centralidade da história da literatura<sup>2</sup> brasileira no século XIX deveu-se também aos esforços de consolidação dos estados nacionais, tanto na América

---

<sup>2</sup> Devido ao fato de que ambas abordam o estudo da literatura ao longo do tempo, tomaremos “historiografia literária” e “história da literatura” numa relação de sinonímia. Embora possa haver, dependendo dos objetivos perseguidos e da metodologia adotada, certas nuances semânticas entre essas duas nomeações, em nosso trabalho, consideramos que a historiografia literária consiste num modo, mesmo que particular, de se estudar a história da literatura.

quanto na Europa. Esses estados necessitavam de um discurso que legitimasse e confirmasse sua singularidade (Baumgarten, 2014, p. 8). A legitimação dessa singularidade encontrou sustentação num discurso hegemonicamente marcado pela ideologia burguesa e pelo atravessamento desta pela ideologia positivista característica do século XIX. Graças a essa relação de atravessamento, as discussões em torno das identidades deslocam-se do universalismo iluminista para o particularismo romântico, que atrela a constituição das identidades ao pertencimento a um Estado-Nação, conforme nos ensina a historiadora e psicanalista francesa Elisabeth Roudinesco (2016):

Ao princípio instituído pelo Iluminismo francês segundo o qual o Homem devia ser definido como um sujeito livre, e ao ideal alemão da cultura identitária, sucedeu uma doutrina fundada na obrigação de todos os seres humanos de pertencerem a uma comunidade ou raça: o homem em si não existe, diziam, mas apenas homens vinculados a um território, a um Estado-Nação. Antes de ser um sujeito de direito, alheio a todo pertencimento, cada um deveria ser francês, italiano, alemão... (Roudinesco, 2016, p. 16)

A historiografia literária ganhou ainda mais relevância no cenário cultural e intelectual brasileiro a partir de sua consolidação como área de conhecimento escolar a partir dos anos 1870, como uma alternativa ao sistema escolar colonial, que era baseado na retórica e na poética clássicas para o ensino de literatura (Souza; Jobim, 2020, p. 1). Esse desenvolvimento levou à

necessidade de criar manuais e compêndios que funcionassem como representações metonímicas da história da literatura brasileira. Predominou, então, uma concepção positivista da história literária, que considerava a História como “a ciência capaz de resgatar o passado, recuperando os eventos tal como haviam verdadeiramente ocorrido” (Baumgarten, 2014, p. 8).

Apesar de hegemônico, o discurso positivista-burguês teve uma relação contraditória com a história da literatura brasileira do século XIX. Embora tenha integrado as condições de produção e de sustentação da historiografia literária — contribuindo, assim, para a sistematização e cientificidade dos estudos literários —, também foi um dos principais causadores de sua (da historiografia literária) crise. Esse paradoxo manifestou-se na abertura para questionamentos, por parte de intelectuais e estudiosos da literatura, acerca da rigidez metodológica positivista, acerca da falha na compreensão da complexidade literária, acerca do nacionalismo simplista, o qual buscava definir a literatura nacional em termos de identidade e progresso social, acerca do tratamento demasiadamente “objetivo” dos dados históricos e acerca do foco excessivo na “estética da produção” (Baumgarten, 2014, p. 9). A partir dessas críticas, a historiografia literária brasileira passou a refletir sobre suas metodologias e objetivos, buscando uma compreensão mais complexa e multifacetada da literatura nacional.

É nessas condições sócio-históricas que é produzida a *História da Literatura Brasileira*, em 1888,

por Sylvio Romero. Essa obra, de acordo com Elizabeth Fiori (2008),

[...] representa um marco na história literária brasileira, pois é resultado da tentativa de aplicar à história da literatura os métodos científicos vigentes, através de uma abordagem antropológica e social e critérios, em grande medida, evolucionistas e deterministas. (Fiori, 2008, p. 34)

Como se pode observar, o trabalho de Sylvio Romero apresenta a fundação de um discurso, no sentido que Orlandi (1993) dá ao *discurso fundador*. Para essa autora, o discurso fundador é

[...] o que instala as condições de formação de outros, filiando-se à sua própria possibilidade, instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas, uma região de sentidos, um sítio de significância que configura um processo de identificação para uma cultura, uma raça, uma nacionalidade. (Orlandi, 1993, p. 24)

A *Historia da Litteratura Brasileira*<sup>3</sup> é, dessa forma, um discurso fundador porque instaurou uma discursividade, base para a consolidação dos estudos literários no Brasil, influenciando não apenas seus contemporâneos, mas também gerações futuras de estudiosos e críticos literários.

---

<sup>3</sup> Neste trabalho, a título de interesse histórico, estamos mobilizando tanto a ortografia utilizada na primeira impressão da obra quanto a sua versão mais atualizada.

Tendo em vista o asserido nos parágrafos anteriores, acreditamos que se encontra justificada a nossa opção por tomar essa obra de Romero como objeto de análise neste texto.

## **2. A semântica do acontecimento: um dispositivo de análise para uma história das ideias linguísticas**

Neste trabalho, mobilizaremos a semântica do acontecimento como dispositivo teórico-metodológico para realizar as análises dos recortes selecionados de nosso *corpus*. A semântica do acontecimento é uma disciplina das ciências da linguagem que tem por objetivo compreender o funcionamento semântico da linguagem, a partir de análises de enunciados, os quais, por sua vez, integram textos (*cf.* Guimarães, 2018). Esse campo de estudos semânticos constituiu-se a partir de uma *leitura sintomática* ou *autoral* (Santos, 2017) de textos clássicos que trabalharam a enunciação como um fato de linguagem, como aqueles escritos por A. Meillet, E. Benveniste, O. Ducrot<sup>4</sup>, entre outros, bem como de textos do campo da análise de discurso, como os escritos por M. Pêcheux, na França, e por pesquisadores brasileiros, como E. Orlandi e sua equipe<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> No momento da escrita deste texto, soubemos da notícia sobre o falecimento desse grande mestre que muito nos ensinou. Rendemos-lhe, muito humildemente, homenagem com este texto.

<sup>5</sup> Aos leitores que desejam conhecer mais sobre a história dessa leitura autoral que fundou a semântica do acontecimento,

Uma outra área das ciências da linguagem com que dialoga a semântica do acontecimento é a da história das ideias linguísticas. Esse domínio de conhecimento tem por objetivo estudar as condições sócio-históricas de produção de ideias linguísticas ao longo da história de relações entre a linguagem e seus falantes. Entre os estudiosos da HIL, há muitas perspectivas teórico-metodológicas que são adotadas para se restituir as condições materiais e simbólicas dessa história<sup>6</sup>. A semântica do acontecimento é uma delas. Por meio de seus conceitos e de suas práticas metodológicas constrói-se uma história das ideias linguísticas.

Neste texto, o encontro entre a semântica do acontecimento e a história das ideias linguísticas dar-se-á por meio de questão muito cara a ambas as disciplinas, qual seja, a da política linguística. Há inúmeros estudos — seja na semântica, seja na HIL — que tratam especificamente da relação política entre as línguas e entre as línguas e seus falantes. Em nosso caso, desejamos recolocar em cena a ideia de “instrumento de política de línguas”, a qual trabalhamos num artigo coautorial (Santos; Sarracino, 2023), de forma que possamos mostrar que a historiografia literária, para além de produzir análises e críticas

---

sugerimos a leitura de nossa tese de doutoramento (Santos, 2017), referenciada ao final deste texto.

<sup>6</sup> Aos leitores que desejam conhecer mais sobre a área de estudos da história das ideias linguísticas, sugerimos a leitura de Ferreira (2020) e de Aquino (2016), referenciados ao final deste texto.

acerca da história da literatura, funciona também como um instrumento de política de línguas.

Essa ideia de “instrumento de política de línguas” impôs-se a nós a partir do conceito de “instrumento linguístico”, tal como o trabalha Sylvain Auroux. O referido conceito é explicado do seguinte modo pelo autor francês:

A gramática não é uma simples descrição da linguagem natural; é preciso concebê-la também como um *instrumento linguístico*: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram juntas na competência de um mesmo locutor. Isso é ainda mais verdadeiro acerca dos dicionários: qualquer que seja minha competência linguística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que figuram nos grandes dicionários monolíngues que serão produzidos a partir do final do Renascimento (o contrário tornaria esses dicionários inúteis a qualquer outro fim que não fosse a aprendizagem de línguas estrangeiras). Isso significa que o aparecimento dos instrumentos linguísticos não deixa intactas as práticas linguísticas humanas. (Auroux, 2009, p. 70)

Observa-se que a gramática e o dicionário figuram, no excerto acima, como exemplos de “instrumentos linguísticos” porque não apenas têm a função de descrever uma língua, mas também a de *instrumentá-la*, isto é, de servirem de suporte para o “prolongamento da fala natural” para além daquilo

que a competência linguística individual de um falante sabe acerca de uma dada língua.

Na prática investigativa de inúmeros pesquisadores que se desbrucha(ra)m sobre a questão dos instrumentos linguísticos, outros objetos linguísticos foram tomados como instrumentos, por exemplo, livros didáticos, programas de ensino de disciplinas escolares e universitárias, textos legislativos, entre outros. É nessa perspectiva de pesquisa que tomaremos aqui a historiografia literária como uma forma de instrumento linguístico muito particular, um instrumento que nomeamos de “instrumento de política de línguas”.

Falaremos em “instrumento de política de línguas” porque estamos investindo num deslocamento conceitual que afeta não só a compreensão de “instrumento linguístico” propriamente dito, mas também a de outro conceito, o de “política linguística”. Graças à distinção entre “política linguística” e “política de línguas” operada por Eni Orlandi (2007), dizemos que nosso foco é produzir análises que levem à compreensão de que a historiografia literária encerra, em seu funcionamento simbólico, uma política de línguas e não uma política linguística. A seguir, apresentamos uma tabela que organiza a diferença entre “política linguística” e “política de línguas” para Orlandi, no livro, organizado por ela, intitulado *Políticas linguísticas no Brasil*:

**Tabela 1 – Distinção entre “política linguística” e “política de línguas”**

POLÍTICA LINGUÍSTICA	POLÍTICA DE LÍNGUAS
“Já se dão como pressupostas as teorias e as línguas”	“damos à língua um sentido político necessário”
“pensa-se na relação entre elas, as línguas, e os sentidos [...] como se fossem inerentes, próprios à essência das línguas”	“não há possibilidade de se ter língua que não esteja já afetada desde sempre pelo político”
“fica implícito que podemos ‘manipular’ as línguas como queremos”	“uma língua é um corpo simbólico-político que faz parte das relações entre sujeitos na sua vida social e histórica”
sinônimo de “planejamento linguístico”	“formas sociais sendo significadas por e para sujeitos históricos, no espaço político dos sentidos”

Fonte: Orlandi (2007)

A tabela mostra-nos que, em geral, quando se fala em “política linguística”, fala-se em “planejamento linguístico”, em “manipulação de línguas”, o que apontaria para um conjunto de práticas e decisões governamentais, por exemplo, que afetam o uso, a forma, a estrutura, o *status* de uma ou várias línguas, abrangendo normatização, padronização, educação linguística, preservação e planejamento de *status* linguístico. Enquanto isso, o conceito de “política de línguas” coloca em cena uma abordagem política da língua, de seu funcionamento, de suas relações com outras línguas, de suas relações com seus falantes e com os falantes de outras línguas. Além do político, esse

último conceito permite restituir o histórico, o social e o ideológico ao estudo das relações entre línguas.

Assim, por “instrumento de política de línguas” devemos compreender o objeto linguístico que não só descreve uma língua ou que trata de uma questão de linguagem, mas que, pelo seu funcionamento, organiza, distribui, redistribui politicamente as línguas no espaço de enunciação. Considerando que não há línguas sem falantes (Guimarães, 2018), é possível dizer que um instrumento de política de língua também organiza, distribui, redistribui os falantes no espaço de enunciação.

Como já dito em outro momento, a *História da Literatura Brasileira*, de Sylvio Romero, é para nós um instrumento de política de línguas, pelas razões que serão mostradas a seguir. Antes disso, queremos dizer que não nos deteremos na explicitação de conceitos da semântica do acontecimento que mobilizaremos nas análises. Para isso, convidamos o leitor a consultar Guimarães (2018) e Santos (2017).

### **3. A política de línguas na *História da Literatura Brasileira***

A obra *História da Literatura Brasileira*, publicada em 1888, é composta por dois tomos, o primeiro contendo três livros: livro I — “Factores da Litteratura Brasileira”, livro II — “Primeira época, ou período de formação (1500-1750)”, livro III — “Segunda época, ou período de desenvolvimento autonomico (1750-

1830)”; o segundo, contendo dois livros: livro IV — “Terceira época, ou período de transformação romântica (1830-1870)”, “livro V — “Período de reação crítica e naturalista (1870 em diante)”. Trata-se, portanto, de uma obra complexa e muito extensa, e isso nos insta a dizer que não é nosso intento propor uma análise de cada um dos cinco livros.

O *corpus* que constituímos para a escrita deste texto compôs-se de alguns enunciados extraídos do primeiro tomo, os quais apontavam, no trabalho de análise, a questão que procuramos delinear aqui, qual seja, a de que uma obra de historiografia literária como a de Sylvio Romero funciona, na história da literatura e na história das ideias linguísticas, como um instrumento de política de línguas. Desse *corpus*, decidimos trabalhar com os recortes que se mostram abaixo. Vejamos o primeiro:

## Recorte 1

LIVRO I	
Factores da Litteratura Brasileira	
Capitulo I. — Trabalhos estrangeiros e nacionaes sobre a litteratura brasileira. Dixisão d'esta. Espirito geral d'este livro.....	1
Capitulo II. — Theorias da historia do Brasil.....	10
Capitulo III. — A philosophia da historia de Bueklo e o atrazo do povo brasileiro.....	22
Capitulo IV. — O meio. Physiologia do brasileiro.....	42
Capitulo V. — A nação brasileira como grupo ethnographico e producto historico.....	51
Capitulo VI. — Raças que constituíram o povo brasileiro. — O mestiço.	57
Capitulo VII. — Tradições populares. Cantos e Contos anonymos. Alterações da lingua portugueza no Brasil..	77
Capitulo VIII. — Relações economicas. As instituições politicas e sociaes da Colonia, do Imperio e da Republica.....	94
Capitulo IX. — Psychologia nacional. Prejuizos de educação. Initação do estrangeiro.....	101

O primeiro recorte é composto por enunciados que, no seu conjunto, conformam o índice da obra. Para os outros livros, a dinâmica de apresentação dos capítulos é a mesma. De antemão, é possível observar que, nesse acontecimento enunciativo, a concepção de “literatura brasileira” é atravessada por uma enunciação positivista-naturalista, que se marca linguisticamente por termos como “O meio”, “Physiologia do brasileiro”, “Raças que constituíram o povo brasileiro”, “O mestiço”, “o atrazo do povo brasileiro”, “Psychologia nacional”. A materialidade linguística desses termos recorta, como memorável, uma enunciação determinista-biologizante, que orienta o sentido de “história” numa obra que se propõe a apresentar uma história da literatura brasileira.

Além disso, a enunciação naturalista-determinista que se deixa observar na materialidade linguística dos termos apontados permite observar uma preocupação com uma abordagem pretensamente objetiva do fato literário. Essa objetividade é construída convocando-se enunciações científicas que pudessem explicar a constituição da literatura brasileira, como a economia, a psicologia, a etnografia, a filosofia, a história. Isso se corrobora nos enunciados que compõem o índice do segundo recorte abaixo.

## Recorte 2

LIVRO III	
Segunda época, ou periodo de desenvolvimento autonomico (1750-1830)	
Capitulo I. — Escola mineira : poesia epica.....	179
Capitulo II. — Escola mineira : poesia comico-satyrica .....	203
Capitulo III. — Escola mineira : poesia lyrica.....	222
Capitulo IV. — Oradores sagrados : poesia religiosa e patriotica.....	269
Capitulo V. — Bellas-Artes.....	317
Capitulo VI. — Sciencias naturaes.....	321
Capitulo VII. — Historiadores.....	362
Capitulo VIII. — Eeonomistas, Juriseconsultos, Publicistas, Oradores, Linguistas, Moralistas, Biographos, Theologos e Litteratos.....	423
Capitulo IX. — Últimos Poetas classicos.....	501
Capitulo X. — Poetas de transição entre classicos e romanticos.....	516

Este recorte mostra-nos, entre outras questões, como uma enunciação científica comparece nesse acontecimento enunciativo como seu memorável. Isso se deixa observar por termos como “Sciencias naturaes”, “Historiadores”, “Economistas”, “Jurisconsultos”, “Publicitas”, “Oradores”, “Linguistas”, “Moralistas”, “Biographos”, “Theologos”, “Litteratos”. Se, no primeiro recorte, predomina a convocação de teorias para explicar a história da literatura nacional, neste segundo predomina a convocação de intelectuais de áreas diversas para compor a literatura nacional. Economistas, moralistas, teólogos integram a literatura brasileira juntamente com os literatos (com destaque para os poetas), e as teorias econômicas, psicológicas, naturais integram a literatura brasileira juntamente com as belas artes (com destaque para a poesia).

A enunciação determinista-naturalista também incide sobre a compreensão acerca do funcionamento da língua nacional. Esta é mencionada no recorte 1 por

meio do termo “língua portuguesa no Brasil”. Tomando apenas o enunciado desse primeiro recorte, vemos que “portuguesa” ainda caracteriza a língua aqui falada, recortando um memorável colonizador, que situa o pertencimento da língua ao colonizador europeu. Há aí a marcação de uma primeira divisão da língua. Tal divisão se mostra, ainda, pela utilização da preposição “em” (“no Brasil”) em detrimento da preposição “de” (“do Brasil”), o que nos poderia parecer interessante do ponto de vista semântico, porque seria um ponto de desestabilidade à imaginária objetividade com que a enunciação naturalista-determinista aborda a história da literatura brasileira. Isso porque aí se mostra uma tomada de posição do Locutor diante da divisão da língua no espaço de enunciação brasileiro (a língua é de Portugal!).

Se adentramos o capítulo VII do livro I, observamos como essa questão da língua aqui falada vai desenvolvendo-se. Consideremos o recorte 3:

### Recorte 3

De tudo que fica dito é facil tirar a conclusão. Dos tres povos que constituiram a actual população brasileira, o que um rastro mais profundo deixou foi por certo o portuguez ; segue-se-lhe o negro e depois o indigena. A' medidá, porém, que acção directa das duas ultimas tende a diminuir, com a internação do selvagem e a extinção do trafico dos pretos, a influencia européa tende a crescer com a immigração e pela natural propensão para prevalecer o mais forte e o mais habil. O mestiço é a condição dessa victoria do branco, fortificando-lhe o sangue para habilital-o aos rigoros de nosso clima.

Acima, temos um recorte composto por vários enunciados. Nele, vemos a divisão do espaço de enunciação brasileiro em três grupos de falantes — e, por conseguinte, de línguas —, qual seja, o “portuguez”, o “negro” e o “indígena”. A enunciação determinista-naturalista recorta memoráveis da seleção natural, na esteira do que propôs C. Darwin, para explicar a “victoria do branco” diante da “internação do selvagem” e da “extinção do trafico dos pretos”. Nessa enunciação, a figura do “mestiço” aparece não para homogeneizar os três grupos, mas para corroborar a divisão desigual entre eles, com o branco sendo “naturalmente” vitorioso, “fortificando-lhe o sangue para habital-o aos rigores de nosso clima”.

Observa-se, ainda, como a cor da pele funciona, nessa argumentação, como reforço da divisão. Nas sinonímias produzidas entre “portuguez” e “branco”, “negro” e “pretos” e “indígena” e “selvagem”, o terceiro grupo é apresentado como ainda mais frágil, visto que, no contraste branco e preto, sua cor não é sequer argumento para uma possível explicação da superioridade de um grupo sobre o outro. É o recorte de um memorável cultural-colonizador que é convocado para justificar a inferioridade dos indígenas e não mais um memorável biologizante, que se expressa por termos que referem fenotipicamente a pele.

No interior do capítulo, os argumentos delineados acima são mobilizados para explicar por que a compilação de contos populares e anônimos, africanos e indígenas, numa obra que se propõe a ser a história da literatura brasileira, configura-se uma difícil

empreitada. A síntese explicativa dessa dificuldade pode ser vista no recorte a seguir.

#### Recorte 4

Ahí os autores directos são os portuguezes ou seus descendentes brancos e mestiços ; não porque os indios e os negros não tivessem tambem uma poesia rudimentar ; mas porque, predominando a lingua portugueza, as canções tupys e africanas tinham de passar para esta lingua, a fim de derramarem-se entre as populações novas.

Só improvisavam na lingua portugueza, como sua, os europeus e seus descendentes. Os negros e indios, reduzidos á escravidão, ficavam porém bilingues ; falavam seu idioma nativo e o portuguez. Este phenomeno ainda hoje é vulgarissimo.

Neste recorte, aparece com mais clareza as divisões do espaço de enunciação brasileiro. Os falantes aparecem divididos entre “portugueses ou seus descendentes brancos e mestiços”, “indios” e “negros”, e as línguas divididas entre “lingua portuguesa”, “canções tupys e africanas”. A hegemonia da língua portuguesa, por conta da superioridade de seus falantes portugueses e de seus descendentes, incluindo-se aí seus descendentes mestiços, apresenta-se como a razão pela qual a poesia rudimentar de indígenas e negros resulta de difícil de ser compilada.

Ainda no recorte, a divisão (desigual) das línguas mostra-se pela oposição “lingua portugueza” ou “portuguez” e “seu idioma nativo”. Mais uma vez, o acontecimento enunciativo recorta um memorável colonizador que situa o pertencimento da língua de hegemonia aos brancos portugueses ou a seus descendentes, e o bilinguismo, em vez de significar

uma forma de apropriação da língua, é significado como “vulgaríssimo”. Por meio do superlativo absoluto sintético, o efeito de objetividade que se busca pela enunciação oitocentista naturalista é colocado em suspensão, pois aí o acontecimento enunciativo expõe, com relativa ênfase, o Locutor em sua enunciação.

A divisão das línguas ganhará mais um contorno no recorte seguinte:

### **Recorte 5**

Os negros e índios bilingues sabiam naturalmente as canções originaes de sua raça e podiam communical-as aos seus descendentes na lingua adoptiva. Assim se explicam os phenomenos da justaposição de duas linguas n'um mesmo canto, e da existencia de certos cantos espalhados em nosso idioma, os quaes são de feição evidentemente tupy ou africana.

Aqui, vemos uma relação entre “língua adoptiva” e “nosso idioma”. Essas duas nomeações significam “língua portugueza” ou “portuguez” diferentemente, distribuindo-a desigualmente no espaço de enunciado brasileiro. Para os negros e indígenas, a língua portuguesa é uma língua adotiva, enquanto, para os descendentes brancos de portugueses e para os mestiços, a língua portuguesa é “nosso idioma”. Trata-se, como se observa, de um “nós” exclusivo (cf. Zoppi-Fontana, 1997), haja vista a exclusão que se opera, por meio da forma linguística “nosso” (em “nosso idioma”), tanto dos negros quanto dos indígenas, do pertencimento à língua portuguesa.

## Recorte 6

Como as linguas são organismos que se desenvolvem e transformam, esse facto foi-se dando no Brasil e em Portugal ao mesmo tempo, isto é, tanto aqui como lá a lingua se foi desenvolvendo, ou alterando, como quizerem.

Desde que a corrente se tinha bifurcado, cada um dos veios novos começou a modificar-se á parte, independente um do outro. A lingua não é, hoje em Portugal a mesmissima de 1500 ; não é tambem no Brasil.

Acresce que, não sendo as modificações feitas de acôrdo entre os dois paizes, o que seria por natureza impossivel, o portuguez do Brasil differe hoje muito do de Portugal. E' isto um facto organico do desenvolvimento linguistico e não ha ahí motivo para magoas ou zombarias.

O sexto recorte coloca-nos diante de uma divisão da língua que se mostra de uma outra maneira. A partir de uma enunciação determinista-naturalista — marcada, nesse caso, por expressões como “as linguas são organismos que se desenvolvem e transformam” —, a língua, nomeada de “portuguez”, divide-se em “portuguez do Brasil” e “portuguez de Portugal”. Relativamente aos outros recortes analisados, podemos dizer que temos aqui uma redivisão da língua portuguesa, a qual “se bifurca”, por causa de “um facto organico do desenvolvimento linguistico”. O memorável naturalista recortado pelo acontecimento enunciativo apaga a história das relações entre as línguas no espaço de enunciação brasileiro, bem como o político que divide desigualmente a língua e a distribui, também de forma desigual, a seus falantes. Assim, o que explicaria o “desenvolvimento linguístico” do português seria um “fato orgânico”, isto é, um dado natural que se impõe à língua anterior e

independentemente de relação que ela estabeleça com outras línguas e com os falantes.

## Recorte 7

Exemplos para esclarecer : Gonçalves Dias é mais brasileiro quando deixa ver o seu sentimento directo, sem affectação, como na poesia *Os seus olhos*, do que quando se faz erudito e escreve o *Y-Juca-Pirama*. Tobias Barretto é o mais quando mostra todo o seu calor, toda a turbulencia de sua imaginação nos *Vóos e Quedas* ou no *Genio da Humanidade* ou nos *Voluntarios Pernambucanos* do que nos *Tabaréos*.

N'um caso o nacionalismo é mais subjectivo, está mais nas idéas ; no outro é mais exterior, está mais nos factos.

Veja-se bem : não é que os assumptos indianos, africanos, sertanejos, matutos, tabaréos, regatões, etc., devam ser banidos de nossa poesia. Não ; na poesia ha lugar para em sistemas e duzentos estylos.

O que desejo é que o nacionalismo esteja mais no fundo d'alma do que na escolha do assumpto.

O recorte acima foi retirado do capítulo I do terceiro livro. Podemos afirmar que ele é a materialização de um acontecimento enunciativo que recorta o memorável da nacionalidade para sustentar uma argumentação que orienta à conclusão de que uma história da literatura brasileira deve conter textos que demonstrem que “o nacionalismo esteja mais no fundo d’alma do que na escolha do assumpto”. Aqui, diferentemente do que analisamos antes, a argumentação não coloca em cena um debate sobre a língua nacional de um modo explícito, uma vez que aborda as obras literárias. No entanto, a questão da língua nacional não deixa de se fazer presente, tendo em vista que os objetos literários são sempre objetos linguísticos. Nessa perspectiva, os objetos literários

encerram uma relação entre línguas, porque eles materializam-se numa dada língua, e uma relação entre falantes dessas línguas, porque, como já dissemos, não há línguas sem falantes.

É importante dizer ainda que, levando-se em consideração a textualidade, a qual consiste no efeito de unidade que o funcionamento textual produz, toda a discussão semântica que apresentamos, na ocasião das análises dos recortes anteriores, comparece, sob a forma de não-dito, no presente do acontecimento enunciativo mostrado no recorte sétimo. Com isso, estamos dizendo que, como a língua portuguesa não pertence a todos os falantes do espaço de enunciação brasileiro do mesmo modo — isto é, a língua portuguesa é distribuída desigualmente no espaço de enunciação brasileiro —, nem todos os falantes poderão “cantar a nacionalidade”, visto que os nacionais falam português, e, por conseguinte, muitos poetas que não o falam ou que o falam na condição de bilíngues poderão não figurar numa história da literatura brasileira.

A divisão dos falantes — e estamos falando dos falantes poetas — pode ser visualizada, também, no enunciado que diz “não é que os assumptos indianos, africanos, sertanejos, matutos, tabaréos, regatões, etc., devam ser banidos de nossa poesia. Não, na poesia ha lugar para cem systemas e duzendos estylos”. A forma “nossa” (“nossa poesia”) funciona aí na opacidade, uma vez que não se pode precisar quem está incluído na “nossa poesia” e quem não está — ou, para falar novamente com Zoppi-Fontana (1997), não se pode

precisar se há, nesse enunciado, um nós inclusivo ou um nós exclusivo. O que nossas análises apontam, contudo, é que seu funcionamento no texto delinea um “nós/nosso exclusivo”.

Creemos que o que apresentamos até aqui seja suficiente para sustentar o que discorreremos à guisa de conclusão. Apesar disso, ainda sobre a questão da textualidade de que tratamos acima, é possível dizer que muitos outros sentidos que não foram colocados em cena por este texto atravessam, na condição de memorável, toda a materialidade linguística do acontecimento enunciativo da obra em análise. Esperamos haver deixado pistas importantes para a compreensão da *História da Literatura Brasileira*, de Sylvio Romero.

## **Considerações finais**

A partir das análises que propusemos, foi possível observar que um texto de historiografia literária, como é a *História da Literatura Brasileira* de Sylvio Romero, não contém uma história neutra e desinteressada da literatura. Alguns diriam que um texto de historiografia literária não é um objeto puramente técnico — como se os textos técnicos também não fossem sempre já objetos simbólico-ideológicos. Nessa perspectiva, podemos dizer que os textos que se inscrevem no discurso da historiografia literária funcionam como instrumentos linguísticos. Além disso, funcionam como instrumentos de política de línguas, pelos motivos que mencionaremos no que se segue abaixo.

Em nosso caso, vimos que a obra analisada traz uma discussão explícita acerca dos contornos da língua nacional no espaço de enunciação brasileiro. Apesar de ser uma discussão não prescritivista, como os textos legislativos, a argumentação empreendida não deixa de ser menos incisiva e orientativa dos sentidos. Pelo funcionamento semântico dos recortes analisados, há o delineamento de um sentido hegemônico para a língua portuguesa no espaço de enunciação brasileiro (por ser a língua de uma “raça superior”, ela é “mais forte” que as demais). Os falantes dessa língua são significados diferentemente dos falantes de outras línguas, a exemplo dos falantes de línguas africanas e indígenas (os falantes brancos e mestiços — com predomínio da “raça branca” nestes últimos — são legitimados como falantes de um “nível superior”). Há uma significação para os falantes bilíngues que não funciona para os falantes nativos do português (o bilinguismo é “vulgaríssimo”).

Mesmo quando o que está em cena não é uma questão sobre a língua nacional, o texto continuou funcionando como um instrumento de política de línguas. Quando se estabelece que, para figurar numa história da literatura brasileira, os textos devem versar sobre um nacionalismo que “esteja mais no fundo d’alma do que na escolha do assumpto”, o acontecimento enunciativo produz uma divisão entre quem pode e quem não pode comparecer nessa história da literatura brasileira. Tendo em vista que os nacionais são aqueles que falam a língua portuguesa — com toda a significação que esse nome encerra —, muitos textos

de falantes de outras línguas ou falantes bilíngues do português, ainda que produzidos no Brasil, ficam de fora da história da literatura brasileira, seja pelo fato de esses falantes “não falarem” o português, seja pelo fato de não abordarem o nacionalismo brasileiro que “esteja no fundo d’alma”. O assunto do nacionalismo é, assim, uma nova maneira de produzir divisões entre os falantes e entre as línguas que circulam no espaço de enunciação brasileiro.

Considerando que a *História da Literatura Brasileira*, de Sylvio Romero, “pelo prestígio que logo granjearia, representa um marco no processo de consolidação da literatura brasileira — e de sua história — como disciplinas acadêmicas e instituições nacionais” (Souza; Jobim, 2020, p. 272), o texto funciona como um instrumento de política de línguas porque tem impacto na área da historiografia literária, uma vez que representaria um lugar de passagem obrigatório pelos estudiosos, mesmo por aqueles que procuram distanciar-se de sua metodologia, reforçando ou tornando presentes sempre os sentidos para a língua portuguesa que ali são delineados.

Finalmente, ao constituir-se numa história da literatura brasileira, funciona como um instrumento de política de línguas porque orienta a elaboração de currículos escolares, com incidência sobre o imaginário de língua e de identidade nacionais.

## Referências

AQUINO, José Edicarlo de. *Júlio Ribeiro na história das ideias linguísticas no Brasil*. Campinas: [s.n.], 2016. (tese de doutorado)

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. *Uma história da linguística: entre os nomes dos estudos da linguagem*. Campinas: Pontes, 2020.

FIORI, Elizabeth. A historiografia literária brasileira. *Letras & Letras*, Uberlândia, 24(1), p. 27-48, jan./jun. 2008.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas: Pontes, 2018.

ORLANDI, Eni. (Org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.

ROUDINESCO, Elisabeth. *Sigmund Freud na sua época e em nosso tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

SANTOS, Gabriel Leopoldino dos. *As divisões da língua portuguesa no espaço de enunciação uruguaio*. Campinas: [s.n.], 2017. (tese de doutorado)

SOUZA, Roberto Acízelo de.; JOBIM, José Luís. Crítica e historiografia literária brasileiras. *Revista de Letras Juçara*, Caxias/MA, v. 04, n. 01, p. 268-280, jul. 2020.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. *Cidadãos modernos: discurso e representação política*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.



# **A língua nacional e o funcionamento do discurso literário textualizado em Iracema**

Élcio Aloisio Fragoso

## **Introdução**

Que língua (nacional) é esta que está sendo representada imaginariamente no discurso literário textualizado em Iracema? Que língua é esta que é colocada em funcionamento por este discurso? Para refletirmos sobre estas questões, precisamos compreender também os efeitos de sentido que este discurso produz tendo em vista o seu modo de funcionar articuladamente à língua. E esta articulação, entre língua e literatura (discurso), na segunda metade do século XIX, quando observamos a materialidade linguístico-histórica do discurso textualizado em Iracema, é muito produtiva para refletirmos a política de línguas e o jogo político entre unidade e diversidade linguística. O Estado formaliza uma política de línguas a partir da unicidade. Nesse sentido, a língua nacional é a língua portuguesa, que tem de nacional a expressividade. E como veremos, o discurso literário formula esta expressividade como sendo a individualidade própria desta língua. Uma língua que “expressa” a alma nacional.

Falando enquanto literato, autor de *Iracema*, Alencar (2017), assume uma posição discursiva frente a poesia/língua nacional. O que esta posição autor (literato) representa nesse discurso? Não se trata, simplesmente, de quem escreveu a obra, mas, sim, do que essa autoria significa politicamente, quando pensamos na divisão social do trabalho de leitura. Nesse discurso, o literário, a autoria se impõe, sendo que este sujeito autor é individuado pelo Estado, na segunda metade do século XIX, enquanto aquele que interpreta, isto é, que promove “a interpretação”, que está autorizado a escrever. Como se vê, nessa relação entre autor e leitor está posta uma relação de dominação política invisível para muitas teorias positivistas (interacionista, cognitivista) que tratam da leitura. Desse modo, materializa-se institucionalmente o apagamento do leitor em detrimento da figura de um autor consagrado, individualista. O literário e o científico, e a separação existente entre eles ao longo da história, não são lidos em suas evidências, por Pêcheux (1994), mas a partir de um método que expõe “o trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele-mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma” (Pêcheux, 1994, p. 57).

Mas essa posição nacionalista de Alencar (Idem) implica em retomar elementos de uma certa região da memória colonialista. O discurso (lendário) textualizado em *Iracema* é um excelente exemplar para observarmos que falar sobre o Brasil na segunda metade do século XIX, impõe-se que alguma coisa já

tenha sido dita antes. Como construir esse referente para o Brasil? O que já é legitimado (e o que não é) como a “história” do Brasil e que retorna como um passado (o mito da origem) que deve ser exaltado e não criticado? Como os indígenas e suas línguas são interpretados por esse discurso? A história de países colonizados como o Brasil se dá nessa clivagem. Como encontrar um lugar de uma memória própria sem sermos falados por essa memória (outra) europeia? Como inaugurar um outro dizer sem ser dito por essa outra memória (a europeia/colonizadora)? As palavras não são nossas. Nossas palavras para terem sentido é preciso que elas já tenham sentido, pois não estamos nas palavras para falar delas, ou de seus “conteúdos”, mas para falar com elas, diz-nos Orlandi (1995). O que o discurso lendário representa imaginariamente na textualidade de *Iracema*? O que essa memória diz sobre o Brasil? O indígena, sua cultura e suas línguas entram na textualidade de *Iracema* sob o efeito de sentido do místico, do exótico, que é o modo como o colonizador via o indígena e suas práticas simbólicas.

Esse sentido nacionalista constituído, no Brasil, no século XIX, é historicamente determinado, não sendo, portanto, uma questão de essência nacional, simplesmente. Este nacionalismo se sobrepõe ao real da história, ao real da língua, instituindo-se como nossa identidade (essência) nacional, nossas origens em termos de um povo miscigenado. Estamos querendo dizer que esse sentido nacionalista é constituído por uma certa região da memória colonialista.

## **1. A língua nacional e a construção discursiva de seu referente na textualidade de Iracema: uma língua trabalhada “artisticamente”**

Em relação à língua (nacional), o discurso textualizado em Iracema constrói um referente (Fragoso, 2013) para ela sob o imaginário do trabalho literário (artístico) com a palavra. Desse modo, se formula a chamada língua literária como uma atividade do trabalho do escritor. Para Alencar (2017), (re) cria-se a imagem poética do indígena e de suas línguas. Deste trabalho do escritor resulta a “criação” desta língua. O discurso textualizado em Iracema, quando analisado sem que se leve em conta o gesto de interpretação literário (artístico) da língua, como ideologicamente marcado, tende a ficar nesta interpretação que considera a língua literária em sua evidência ideológica. Por outro lado, de nossa perspectiva teórica, o discurso se materializa na língua, não se tratando, assim, simplesmente, de considerá-la como um instrumento de trabalho artístico. Estamos, portanto, mais interessados em observar, e em compreender, o funcionamento do discurso literário na textualidade de Iracema e os sentidos que são produzidos por ele, em relação ao processo de constituição da língua nacional. Nesta direção, entendemos que a língua tem uma materialidade própria que é a condição (base) para a realização de processos discursivos, sendo que, no caso específico que estamos analisando, o literário é o processo que

vemos ser constituído no discurso textualizado em Iracema. Para esta análise, foi fundamental elaborar, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso, a tensão entre a descrição e a interpretação da língua nacional no discurso textualizado em Iracema.

Para nós, não se trata de criar as imagens poéticas dos indígenas. Mas, antes, da representação imaginária que é constitutiva do discurso e do sentido produzido por Alencar (2017), da posição sujeito de literato.

Neste sentido, o discurso lendário significa o literário, tendo como referente este imaginário fantástico que é formulado como ficção nessa textualidade. Esse imaginário fantástico, a nosso ver, reproduz essa “visão” colonizadora que aparece reformulada no discurso textualizado em Iracema enquanto ficção. Há uma diferença que precisa ser feita entre o que a memória europeia institui como imaginário fantástico e o que na formação social indígena é prática social e simbólica constitutiva das relações de sentido e do próprio modo como o sujeito indígena é interpelado por estas práticas em sua individuação (sua existência real).

A literatura nacional acomoda o sentido de lenda enquanto a memória dos indígenas, representação imaginária do real da história brasileira. Por isso que a literatura pela literatura não possibilita que compreendamos o seu funcionamento político e ideológico, a sua memória, na história de sua institucionalização no Brasil. O espaço do dizer da literatura abre para outros dizeres no confronto de sua memória em que vemos

ficção e realidade imaginariamente representadas sob o enfoque da arte e da criação.

O literário é histórico. O que é chamado de língua literária, por Alencar (2017), da posição de literato, no discurso textualizado em *Iracema*, na verdade, é a historicidade da língua nacional que se faz no contato com outras línguas do Brasil, fato este que é interpretado por Alencar (Idem), na textualidade de *Iracema*, como o poético, materializado em figuras de linguagem. Essa seria, para este autor, a língua literária. De nossa perspectiva teórica, o sentido figurado de que fala Alencar (Idem) é a historicidade da língua nacional, como já dissemos, cuja materialidade se dá nesse contato com as línguas indígenas.

O objeto literário está ligado ao próprio modo como se fala dele, longe de ser um objeto estável. E o que isso significa? A impossibilidade de se estabelecer um objeto que será dado a conhecer por meio de um método científico. O objeto literário se constitui nesta relação de negação do objeto científico. O literário em sua constituição exclui o científico no discurso textualizado em *Iracema*. No entanto, notas que explicitam o conhecimento sobre as línguas indígenas são colocadas à margem de *Iracema*.

Do ponto de vista discursivo, a ficção é um modo de dizer que movimenta sentidos, ela não é meramente um dizer “inventado”. E o que significa um saber que tem por objeto esse dizer, na segunda metade do século XIX? Em relação à construção do Estado nacional, os saberes trabalham a construção da unidade do Estado e

da língua. Então, o saber literário é também parte da construção da unidade imaginária da língua.

A língua literária é formulada no discurso textualizado em *Iracema* como um trabalho artístico realizado pelo literato. Portanto, ela resulta de uma necessidade de cumprir uma alta missão social da parte do escritor. Este, imbuído em sua profissão, faz da língua seu instrumento de trabalho. Entretanto, analisando essa formulação (literária) da língua, discursivamente, podemos deslocar sentidos compreendendo a língua (literária), não enquanto uma relação entre escritor e instrumento de trabalho, mas, sim, conforme realçamos mais acima, na tensão entre descrição e interpretação, conforme nos diz Pêcheux (1990). Desta perspectiva teórica, entendemos que Alencar (2017) enquanto escritor não está meramente cumprindo uma “alta missão” social exercendo esta profissão, mas, está, da posição sujeito-autor, apropriando-se da língua nacional, isto é, interpretando-a de uma certa maneira. Ao descrevê-la, ele está interpretando esta língua, produzindo sentidos para ela. É esta relação entre autoria e linguagem que nos interessa descrever nesse ensaio e não a relação entre escritor e obra. Barthes (2004), de outra perspectiva teórica, já sinalizava para um estudo que confrontasse certas categorias da língua com a situação do escritor com relação à escritura.

O que de nacional tem a língua portuguesa praticada no Brasil pelos literatos da segunda metade do século XIX (os românticos), no caso, aqui, especificamente, José de Alencar, na formulação do

discurso textualizado em *Iracema*? Do ponto de vista literário, é preciso “criar” uma poesia verdadeiramente nacional que “expressasse” a identidade dessa língua/literatura. Esta poesia não deveria obedecer o rigor formal, quer dizer, a preocupação com a forma como vemos na elaboração do poema (textualidade) clássico, mas deveria “exprimir” a naturalidade e a espontaneidade que realça a índole dos primeiros habitantes do Brasil, os indígenas. Até aqui, estamos na evidência dos sentidos. Por outro lado, observamos que a poesia, nestes dois discursos, é formulada como uma categoria superior, especial, que oscila ora entre o racional, ora entre o individual (nacional), que reflete as ideologias dominantes (o complexo ideológico com uma dominante) da formação social à época, numa continuidade à ideologia liberal burguesa.

Desse modo, a poesia não é simplesmente forma e conteúdo (racional ou emotivo/individual/liberal), ela é uma materialidade que significa e que funciona, histórica e ideologicamente. A poesia tem alguma forma? Essa pergunta é melhor respondida quando observamos o processo de significação literário em que vemos o modo como a poesia é concebida e formulada, isto é, em que vemos o modo como se dá a construção discursiva deste referente. No caso da textualidade de *Iracema*, a poesia é construída enquanto um referente nacional, então, como ela deveria ser formulada? A forma literária em que Alencar (2017) está escrevendo/inscrevendo *Iracema* não é simplesmente a forma de um conteúdo literário expressivo, mas a institucionalização de uma forma discursiva que constrói discursivamente

um referente para a língua/literatura/poesia nacional. E aqui chegamos ao que realmente importa para a Análise de Discurso. A poesia no discurso textualizado em Iracema tem um funcionamento ideológico, e não um conteúdo emotivo ou expressivo/liberal. Ela explicita a relação entre língua e história, ela não é ocultação da ideologia (burguesa). Pelo contrário, a nossa questão é explicitar o funcionamento ideológico da materialidade política (no discurso textualizado em Iracema) para compreendermos o efeito de sentido dominante (evidente). Ela não “expressa” a identidade nacional, ela deve ser pensada em relação ao processo de constituição da língua nacional e de sua identidade, na textualidade de Iracema. Preferimos dizer que nessa textualidade, esta língua está identificada ao que é natural, à essência e à alma nacional. O sentido de nacional aparece como sendo natural (o que é próprio do modo de expressão do indígena), mas ele é histórico.

Do ponto de vista literário, a poesia é uma forma literária, ou seja, é uma questão de forma e conteúdo. Esse dizer é regido pelo próprio modo como se fala de seu objeto, por isso, ele não tem uma forma fixa ou estável. Em Iracema, a poesia é textualizada em forma de prosa (a forma literária). Seria, então, a poesia um discurso que não tem regularidade, mas que é regido por uma “liberdade” ou por uma licença que não é encontrada em nenhum outro discurso? De nossa perspectiva teórica, teríamos que seu modo de existência é esse. Esses são os efeitos que a constituem. É como se ela fosse regida por algo superior e nobre. Para nós, essa questão é melhor explicitada quando

entendemos, conforme Gadet e Pêcheux (2004), que a poesia é inerente à língua. A poesia é uma propriedade da língua. Isso corrobora com a tese de que a falta é constitutiva da estrutura da língua. A ordem da língua é capaz de falha.

O discurso textualizado em *Iracema* significa a língua portuguesa diferentemente, porque entendemos que a língua funciona ideologicamente, isto é, este discurso desloca (e produz) sentidos para a língua nacional. Sabemos que, como nos diz Orlandi (1999), a materialidade específica da ideologia é o discurso, e a materialidade específica do discurso é a língua. É a ideologia nacionalista/burguesa (o efeito de sentido único e dominante determinado pela formação discursiva liberal e sua configuração na formação discursiva romântica brasileira) sustentando e atualizando a região da memória colonialista que naturaliza o sentido de língua nacional relacionado à alma/ao espírito dos primeiros habitantes deste país. As ideologias em relação de contradição na textualidade de *Iracema* determinam sentidos para a língua portuguesa, por meio do processo metafórico que se dá pela transferência de sentidos.

O sentido nacionalista no discurso textualizado em *Iracema*, de nossa perspectiva teórica, não deve ser considerado contrastivamente ao clássico. Vemos, sim, por outro lado, uma contradição posta no processo discursivo romântico e que é constitutiva do sentido de nacional. A posição nacionalista e a posição clássica não necessariamente se contraidentificam. Do ponto de vista discursivo, essa é uma questão ideológica que

Pêcheux (1995) elabora e desdobra em suas reflexões teóricas acerca da forma-sujeito, introduzindo diferentes modalidades discursivas com o propósito de analisar o funcionamento subjetivo. Neste sentido, perguntamo-nos, tendo em vista estes pressupostos teóricos de Pêcheux (Idem) concernentes às diferentes modalidades discursivas: Em *Iracema*, o sujeito autor do discurso se identifica plenamente, se contraidentifica ou se desidentifica com a formação discursiva dominante? A posição clássica e a posição nacionalista são realmente posições que se distanciam, que se opõem? Empiricamente, está posto que sim, entretanto, quando observamos essa questão discursivamente, ela não é tão evidente assim. Analisar essa questão é considerar o modo de produção dominante na formação social brasileira e as condições de produção do discurso textualizado em *Iracema*. E é considerando a nação enquanto um modo de existência da sociedade historicamente determinado que compreendemos a forma-sujeito na segunda metade do século XIX. Esta forma-sujeito está ligada ao Estado nacional.

Entendemos nesse trabalho que a literatura no século XIX deve ser compreendida em relação à política de línguas do Estado nacional. É enquanto uma política nacional de unidade da língua portuguesa que refletimos sobre *Iracema* no processo de constituição do literário e de construção da unidade da língua nacional. Ainda em relação à questão da língua nacional no Brasil, no século XIX, não interessa a diversidade da língua, mas, sim, o fato de ela ser única.

Em Iracema, a autoria é uma questão que vai muito além de ser o criador de uma obra. Ela (a autoria) não deve ser pensada somente em relação à obra, mas deve ser compreendida como um fato discursivo. A autoria, para nós, é um fato de linguagem. Que dizer é esse que se legitima e em que condições isso se dá? Na verdade, o que se legitima enquanto um dizer literário e qual o estatuto da autoria nesse gesto de interpretação literário da linguagem? Tem muita coisa envolvida aí. A construção do Estado nacional e o modo de produção capitalista como dominante na formação social brasileira fazem parte das condições específicas de produção do discurso textualizado em Iracema.

Neste sentido, analisamos a textualidade de Iracema considerando as suas condições reais de produção. Para nós, não é meramente uma questão de estilo em que teríamos o estilo romântico em oposição ao estilo clássico. Devemos olhar para esta questão, à luz da Análise de Discurso, considerando as condições reais de produção desses discursos. Iracema, dessa forma, materializa os efeitos de sentido contraditórios que refletem as lutas de classe e a dominância de uma certa formação discursiva no complexo ideológico (com uma dominante) daquele dado momento.

De fato, no Brasil, no século XIX, as condições de produção possibilitaram o surgimento de discursos que textualizassem sentidos considerados como nacionais. Um desses discursos é o literário que enquanto prática discursiva produz sentidos, isto é, significa a própria sociedade. Esse discurso, então, é

efeito dessas condições de produção e compreendê-lo requer que analisemos o complexo de formações ideológicas com a dominante e a formação discursiva que determina contraditoriamente os sentidos que são produzidos por ele, porque entendemos que nenhuma formação discursiva é homogênea. A heterogeneidade está na origem da constituição de qualquer formação discursiva.

No século XIX, a política linguística do Estado nacional não incluía as outras línguas como línguas faladas no Brasil. Esta política instituía a unidade da língua portuguesa como unidade nacional. As outras línguas faladas no Brasil são excluídas dessa política de unidade linguística.

Hoje, o complexo das formações ideológicas e a disputa entre elas para figurar como a dominante precisa ser considerado, dada a história de nossa formação social, para uma análise das línguas e das políticas que são implementadas. Ou seja, são outras as condições de produção. Qual a relação entre Estado, Ciência e Sociedade, quando se pensa nessas políticas, atualmente?

Dessa forma, se nos determos na análise do funcionamento subjetivo e discursivo da posição sujeito e da forma-sujeito histórica – levando-se em conta o discurso textualizado em Iracema – da segunda metade do século XIX, precisamos compreendê-las, conforme dissemos, na conjuntura própria deste determinado momento da história. Citando Pêcheux (1995): “Sabemos que toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobre-

determinado das *formações discursivas* que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas” (Pêcheux, 1995, p. 213).

É nesta direção que estamos refletindo sobre a forma-sujeito histórica e a posição sujeito assumida por Alencar (2017) na textualidade de Iracema. Esta posição sujeito está em conformidade com a forma-sujeito histórica idealista (e capitalista) na segunda metade do século XIX. O Estado nacional é determinante para pensarmos a posição sujeito assumida por Alencar (Idem) na textualidade de Iracema. A instância literária (ideológica) legitimava esta posição de autor da língua nacional visível com a escritura (literária) de Iracema, principalmente.

Desse modo, tem um funcionamento subjetivo e discursivo, ideologicamente marcado, que explicita a inscrição do sujeito, em suas tomadas de posição, em uma determinada formação discursiva. Desta posição, ou seja, desta formação discursiva, podemos ver a filiação de Alencar (2017) aos sentidos de nacionalidade, de naturalidade e de liberdade em relação à expressão literária e isso não estava posto, pelo menos diretamente, na posição clássica. O que podemos concluir disso? Que há uma posição nacionalista que se identifica com a posição clássica, que se contraidentifica ou que se desidentifica? Diríamos que há uma certa região da memória colonialista (interdiscursiva) que produz sentidos nas duas posições de modos diferentes, mas que elas se alinham ao se “esquecerem” completamente dos efeitos da prática ideológica do colonizador sobre o colonizado.

Isso está silenciado nas duas posições discursivas (a clássica e a nacionalista). Portanto, elas não se opõem, do ponto de vista ideológico, elas se inscrevem em formações discursivas contraditórias entre si. O indivíduo interpelado em sujeito pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas em condições históricas dadas, pratica, discursivamente falando, efeitos de sentidos que significam e o significam de uma certa maneira. Por outro lado, a formação discursiva dominante produz no sujeito a ilusão da unidade do sentido, de uma identificação plena, equívoco que é constitutivo do sujeito, da ilusão de si mesmo, quando, na verdade, a interpelação ideológica também falha. Nenhuma interpelação ideológica é completa. A posição clássica pode não estar explicitada, mas ela, em seus efeitos, continua a produzir sentidos na posição nacionalista, de modo que, mesmo defendendo uma língua nacional, esta é concebida como a língua portuguesa, numa clara referência à língua portuguesa clássica (escrita) de origem latina.

Em *Iracema*, a língua portuguesa é a referência, a linguagem poética é uma linguagem excêntrica, especial. Portanto, a língua nacional não se legitimava, é a portuguesa a língua de referência.

Como se vê, essa não é uma questão meramente de seguir rigidamente as regras formais como está posto no estilo clássico nem de desobedecer tais regras em detrimento de um modo mais livre e espontâneo de se expressar, naturalizado pelo estilo romântico/nacional. Essa, para nós, é uma questão ideológica e

não formal. Estamos tratando, de nossa perspectiva teórica, de um sujeito que, de uma certa posição, formula a língua (e o seu discurso) em determinadas condições de produção.

Há um imaginário de poesia que é representado no discurso clássico, não sendo propriamente uma poesia que obedece regras racionalmente, considerada(s) de modo empírico. Formular uma poesia versificada com métrica e/ou uma poesia mais solta, livre, flexível aparentemente seriam poesias que se distinguem quanto à forma e ao conteúdo. Entretanto, para não ficarmos em uma compreensão fechada de formação discursiva, estas poesias não simplesmente se opõem quanto à forma e conteúdo, elas, por outro lado, explicitam a equivocidade da língua, isto é, a língua se inscreve na história para se significar. A poesia clássica/o estilo clássico, a poesia nacional/o estilo nacional. Podemos ler, nestas formulações, uma paráfrase no sentido em que tomamos esse conceito na Análise de Discurso, em que os sentidos de poesia e estilo se mesclam, se equivalem, se repetem. Para a noção de estilo vai entrar uma preocupação com o modo de escrever a língua (na coordenação e disposição das palavras e frases). Já a poesia é definida por elementos literários propriamente dito, como rima, métrica, estrofe, poema, no caso da poesia clássica, e, prosa, poética, no caso da poesia nacional. Mas estas noções se misturam, se recobrem. Os sentidos racionalista e nacionalista naturalizam a poesia que se apresenta nesses discursos como inerente a eles, quando, na verdade, ela é historicamente determinada.

No domínio da literatura, o clássico e o nacional são/estão separados estilística e artisticamente, entretanto, discursivamente, esta separação, por estilos ou escolas literárias, não se sustenta, ou seja, não pode ser vista assim de forma estanque. Também, por outro lado, não podemos ingenuamente supor que a noção de formação discursiva dê conta desta tipologização literária e dessa divisão em estilos e/ou escolas literárias. É a institucionalização e o funcionamento deste discurso que devemos analisar, na base da língua.

Portanto, a liberdade criadora e o nacionalismo na formação discursiva romântica brasileira não devem ser tomados como ideias, na ilusão de uma homogeneidade própria do pensamento de uma certa época. Esse idealismo que mascara a constituição histórica dessas ideias românticas produz a ilusão desta homogeneidade apagando a tensão, a contradição, que são inerentes a qualquer formação discursiva. O discurso textualizado em *Iracema* tem seus sentidos constituídos pelas formações discursivas liberal e romântica que garantem a unidade ideológica burguesa em um completo silenciamento do que o discurso da colonização acarreta.

O sentido nacionalista, idealista é o sentido dominante que se apresenta como único, no discurso textualizado em *Iracema*, na segunda metade do século XIX. Efeito de uma formação discursiva dominante cuja relação com outras formações discursivas explicita uma contradição entre elas e não meramente uma oposição.

Em *Iracema*, a formulação do discurso enquanto processo discursivo literário, que se realiza sobre a

língua portuguesa, vai produzir o efeito de sentido de uma língua outra. Não estamos falando de uma linguagem poética, mas, sim, da poesia enquanto uma propriedade da língua. A instância do literário expõe a língua ao seu real, a sua poesia.

A língua para Alencar, segundo Bechara (2001), é um instrumento do espírito, é a nacionalidade do pensamento. Isso já nos dá pistas acerca da posição assumida por esse autor na textualidade de Iracema, frente à língua nacional. A nosso ver, Alencar (2017) defende que no Brasil há uma outra maneira de “expressar” a língua portuguesa, o que a torna diferente do português de Portugal. E esta outra maneira de expressar a língua portuguesa é literariamente significada como um modo especial, excêntrico. Esse é o funcionamento do literário que buscamos descrever nesse ensaio. O autor busca, na textualidade de Iracema, “escrever” nessa língua. Uma língua que se escreve como se fala no Brasil (esse é o efeito de sentido produzido pelo discurso textualizado em Iracema). Então, o que distingue, para Alencar (Idem), a língua portuguesa da língua nacional é o modo de expressá-la no Brasil. O discurso textualizado em Iracema vai formular esse lugar da expressividade própria da língua nacional como a poesia nacional o que, se não tivermos enganado, passa a significar a própria literatura nacional. Da posição sujeito autor (literato), a língua já é vista diferentemente e receberá um outro tratamento, se pensarmos na relação com a posição sujeito do gramático. Estamos dizendo isso para trazer que o discurso literário tem suas

regularidades e aquilo que se apresenta como “liberdade de criação” neste discurso, na segunda metade do século XIX, já aponta para o dizer de um certo modo e não de outro que, em nosso entendimento, tem a ver com as normas que são institucionais e inerentes ao funcionamento da linguagem. Esse trabalho com a língua portuguesa, que, como dissemos, tem sua regularidade discursiva, vai significá-la como a língua nacional.

A língua nacional para Alencar (2017), conforme temos enfatizado nesse trabalho não é uma outra língua diferente da língua portuguesa, ela é o modo expressivo, isto é, ela é expressão do pensamento/espírito nacional. Neste sentido, Alencar (Idem) entende que a língua portuguesa se difere aqui no Brasil por considerar que o brasileiro expressa sua alma/seu espírito nacional nesta língua, o que resulta em falar de uma língua expressiva, isto é, de uma língua que representa a subjetividade do brasileiro. De nossa perspectiva teórica, observamos que esse é o imaginário de língua nacional representado por Alencar (Idem) na textualidade de Iracema. Este nacionalismo, por um lado, apaga a historicidade própria da diversidade linguística e, por outro, sustenta a unidade imaginária da língua portuguesa no Brasil. Quanto ao expressivismo desta língua, entendemos que o discurso literário, dado o seu funcionamento institucional, constitui esse lugar do expressivo, da expressividade para a língua no Brasil. Esse é o funcionamento político quando pensamos o discurso literário em sua materialidade e não em sua

essência, como expressão da alma/espírito, no caso do discurso literário romântico. É interessante observar, conforme pontua Fragoso (2006), como vai se constituir uma estilística da/sobre a língua nacional no Brasil, a partir daí, enquanto um conhecimento linguístico específico. Esta estilística constituirá um domínio disciplinar próprio no século XX, quando ele será formulado independentemente e como tendo o seu objeto de estudo próprio.

O literário é textualizado de outra forma em Iracema, que vai se confundir com a forma literária da prosa poética ou poema em prosa. Ou seja, a literatura passa a englobar a noção de poesia tal como está posta na textualidade de Iracema. Esta poesia, formulada pela forma literária na textualidade de Iracema, é que vai definir (e distinguir) a literatura nacional.

Sabemos que numa dada formação social, em um momento determinado de sua história, com suas formações ideológicas, estas não existem de forma homogênea, elas estão em constante disputa (confronto), não havendo, pois, uma relação natural entre elas, mas, sim, uma relação que é historicamente determinada. A dominância de uma certa ideologia e não de outras produz a naturalização de um certo sentido e não de outros e a ilusão de sua homogeneidade. Entretanto, os outros sentidos não deixam de existir, eles ficam suspensos na história, invisíveis à sociedade, mas possíveis de serem recolocados.

Dessa forma, o discurso romântico brasileiro, pensado articuladamente ao processo de construção da unidade (imaginária) linguística da nação

brasileira, na segunda metade do século XIX, constitui-se na tensão e na contradição entre unidade x diversidade, o colonial x o nacional, o português x as línguas indígenas etc. É esta a contradição que persiste. Impossível de se homogeneizar, de se apagar.

## **2. A evidência idealista/naturalista que recobre o sentido figurado da palavra: a historicidade da língua nacional**

Notamos que há uma transferência (da historicidade) do sentido de “naturalidade” sobre a língua dos indígenas para a língua portuguesa que deve “expressar” a “natureza do selvagem”, “a singeleza primitiva da língua bárbara” (Alencar, 2017, p. 81). Este naturalismo é o sentido que vemos ser formulado sob o argumento da identidade da nação brasileira e da língua nacional. De nosso ponto de vista, essa transferência que Alencar (Idem), da posição de literato, chama de tradução – segundo este autor, “o poeta brasileiro tem de traduzir em sua língua as ideias, embora rudes e grosseiras, dos índios” (Alencar, 2017, p. 81) –, não é tão direta assim, nem é uma questão de estilo, como tradicionalmente este termo é conceituado; não é simplesmente uma tradução ou um esforço em fazer com que a língua portuguesa se molde à “singeleza primitiva da língua bárbara”. Alencar (Idem) realça que nesse moldar reside a nacionalidade da literatura – o verdadeiro estilo e as imagens poéticas do selvagem. Trata-se de

uma transferência de sentidos, isto é, de um efeito metafórico constitutivo do efeito da língua nacional. As sequências que recortamos abaixo explicitam esse processo de significação: “ — O dia vai ficar triste, disse Caubi. A sombra caminha para a noite. É tempo de partir” (Alencar, 2017, p. 20). Em nota de rodapé, Alencar (Idem) explica a base etimológica desta expressão:

O dia vai ficar triste — Os tupis chamavam a tarde caruca, segundo o dicionário. Segundo Lery, che carucacy significa “estou triste”. Qual destes era o sentido figurado da palavra? Tiraram a imagem da tristeza, da sombra da tarde, ou imagem do crepúsculo, do torvamento do espírito? (Alencar, 2017, p. 76).

Em outras passagens, encontramos:

— A tarde é a tristeza do Sol. Os dias de Iracema vão ser longas tardes sem manhã, até que venha para ela a grande noite. (...)

Quando as sombras da tarde entristeciam o dia, o cristão parou no meio da mata. Poti acendeu o fogo da hospitalidade. A virgem desdobrou a alva rede de algodão franjada de penas de tucano, e suspendeu-a aos ramos da árvore (Alencar, 2017, p. 20 e 39).

Como se somente empregando o modo do indígena falar a sua língua fosse suficiente para “traduzir” em língua portuguesa as imagens poéticas. Para nós, isto é bem mais complexo, se pensarmos esta questão do ponto de vista discursivo. No discurso

literário produzido por Alencar (2017), como já dissemos aqui inúmeras vezes, essa questão é posta como sendo da ordem da estilística, do poético. Nessa textualidade, o discurso literário é materializado na língua e a coloca em funcionamento produzindo certos efeitos de sentido como o de uma língua que “expressa” a individualidade nacional, mas que continua sendo a língua portuguesa. É pelo expressivismo que podemos dizer que essa língua portuguesa é nacional, no discurso literário textualizado em Iracema. Portanto, essa textualidade dá visibilidade a uma trama de sentidos que a materialidade linguístico-histórica de Iracema traz como dito (e não dito) possível de ser descrito, sem que não perdemos de vista que a poesia é uma propriedade da língua.

Não é de sentido figurado que estamos tratando aqui. A metáfora tem outro estatuto quando a estudamos do ponto de vista da Análise de Discurso materialista. Ela é um processo de significação que, no caso da textualidade de Iracema, vemos deslizar sentidos para a língua nacional.

Como podemos ver, a metáfora não constitui um mero recurso usado por Alencar (2017) na “criação de sua obra”, para nós, ela produz sentidos na formulação do discurso textualizado em Iracema, por meio da transferência, uma palavra por outra (Pêcheux, 1995). A metáfora é um processo de significação nesse discurso relativo à constituição da língua nacional.

A metáfora, de nosso ponto de vista teórico, dá visibilidade ao caráter equívoco da língua. No caso da textualidade de Iracema, acontecimento que temos

procurado descrever/interpretar nesse trabalho, a metáfora explicita a transferência/produção de sentidos para a língua nacional. Portanto, não é uma análise retórica que estamos fazendo da metáfora nesse estudo. É enquanto um efeito metafórico que queremos analisar essas passagens recortadas da textualidade de *Iracema*. Nesta direção, a metáfora abre para uma interpretação não estabilizada do sentido, não sendo apenas um desvio do sentido próprio da palavra como se pode ler na concepção da metáfora vinda pela tradição retórica. Neste sentido, as interpretações dadas para *tarde* como imagem de tristeza, da sombra da tarde, ou imagem do crepúsculo, não funcionam como proposições estabilizadas. Para nós, elas transferem sentidos para a língua nacional. A metáfora desestabiliza sentidos.

Queremos olhar para o discurso romântico em sua materialidade (é a materialidade específica do discurso textualizado em *Iracema* que constitui o *corpus* analisado nessa pesquisa), para compreender os efeitos materiais dos sentidos inscritos nessa materialidade, fazendo parte já do modo como este discurso se significa e significa o que diz.

Não é somente uma questão de se perguntar de qual imagem tiraram o sentido figurado da palavra. Vemos na metáfora o deslizamento de sentidos para a língua nacional. Não se trata de falarmos do sentido figurado da palavra, mas, sim, da determinação histórica do sentido. O sentido, para nós, não figura uma imagem, ele é efeito, ele é produzido historicamente.

O modo mesmo de funcionamento desse discurso, por meio dessa materialidade na qual se dá o gesto de significar, desliza/desloca sentidos, faz (ir)romper sentidos. Estamos propondo uma análise da materialidade significativa da língua (nacional) estruturante de um dizer e de sentidos (e de sujeitos) que podem ser observados na materialidade do discurso textualizado em Iracema. A materialidade específica do discurso lendário textualizado em Iracema é sua identificação (im) possível com a língua (nacional). O sujeito autor do texto/discurso de Iracema se posiciona em relação à materialidade significativa da língua (nacional). Ele é interpelado por esta língua (a nacional), na formulação de seu discurso textualizado em Iracema. O discurso lendário (textualizado em Iracema) tem como materialidade específica a língua (nacional) que é significada e significa a identidade (im) possível e individual em relação à diferença da língua portuguesa. Esta língua (nacional) é significada como uma língua outra, se por poesia entendermos uma propriedade da língua, aquilo que não é estranho à língua. Esta língua tem uma ordem própria, quando observamos a ordem do discurso literário, isto é, ela tem uma materialidade. Não é a organização da língua (pensada na linguística sob o modo da oposição ou da regra), mas a sua ordem: ordem simbólica, ordem do discurso (Orlandi, 1996).

Neste sentido, entendemos que o discurso textualizado em Iracema irrompe no trajeto de memórias como um acontecimento discursivo, pois ele produz o efeito de deslocamento em relação a essa

memória, reestruturando-a, reformulando-a. Este acontecimento se constitui no batimento entre uma memória e a atualidade. Se ficássemos na interpretação literária dada à *Iracema*, não compreenderíamos o fato de linguagem e discursivo que ela expõe, a equivocidade inerente à língua e a poesia enquanto uma propriedade da língua. Desse modo, o discurso textualizado em *Iracema* dá visibilidade à relação entre língua e história; essa materialidade linguístico-histórica está investida de uma interpretação, não sendo, portanto, uma mera relação entre forma e conteúdo. Não se trata também de considerar a materialidade discursiva de *Iracema* como tendo um conteúdo poético (literário) ou como imagens poéticas. Nesta materialidade discursiva, a língua é exposta a sua equivocidade pelo jogo metafórico.

O problema da significação/do sentido na perspectiva da Análise de Discurso é trazido por Pêcheux (1995), em seu livro “Semântica e Discurso – uma crítica à afirmação do óbvio”<sup>1</sup>, com o propósito de questionar as *evidências fundadoras* da “Semântica”, para elaborar as bases de uma teoria materialista. Nesta direção, o autor afirma que:

A Semântica constitui, de fato, para a *Linguística*, o ponto nodal das contradições que a atravessam e a organizam sob a forma de tendências, direções de pesquisa, “escolas linguísticas”, etc., as quais, em um

---

<sup>1</sup> Esta obra foi publicada em Francês (Les Vérités de La Palice) em 1975 e faz parte da edição brasileira “Semântica e Discurso – uma crítica à afirmação do óbvio” traduzida por Eni Orlandi e equipe.

mesmo movimento, *manifestam* e *encobrem* (tentam enterrar) essas contradições (Pêcheux, 1995, p. 20).

Isso posto, a significação na teoria materialista do discurso tem outro estatuto, ela é historicamente determinada. Ela é teorizada desviando-se de teorias idealistas no domínio da linguística. A perspectiva teórica e a concepção de linguagem subjacente aos pressupostos que ela formula são determinantes também para o que se vai entender por significação. Com isso, estamos querendo dizer que a concepção teórica de linguagem já determina também o que se vai aí conceber como significado.

A questão levantada por esse trabalho é uma questão de linguagem, de sentido, de discurso. E por isso, considerando a nossa filiação teórica, ele se distingue de trabalhos realizados nas áreas de literatura e linguística acerca desse mesmo objeto.

A questão da língua, para nós, não é meramente uma questão geográfica ou do povo que a fala, ela é, sim, uma questão ideológica, política, pois produz a questão da unidade. A questão da língua e do povo não coincide, não corresponde, basta observar a geografia do Brasil.

A língua nacional não é a língua nacional por ter um conteúdo nacional, natural, expressivo, quer dizer, por ter um conteúdo “representado” em suas formas (linguístico-literárias). Mas ela encontra seu valor por ser o que a língua portuguesa não é. É nessa relação negativa que devemos buscar compreender o efeito de

sentido da língua nacional. Há uma ausência que é estruturante da língua.

A língua portuguesa se assegura em cima de metáforas relativas à natureza. Assim, se produz uma naturalização da fala brasileira. Esta fala não se legitima como tendo uma historicidade própria, mas, sim, associada a uma certa região da memória colonialista. No discurso textualizado em *Iracema*, é assim que a fala está historicizada, como estando ligada à naturalidade (da fala) do indígena.

Por meio de comparações e de metáforas se produzem (efeitos de) sentidos para a identidade nacional associada aos elementos naturais. Há uma transferência de sentidos para a identidade nacional. As comparações e as metáforas, do ponto de vista literário, figuram sentidos tirados da imagem da natureza, em *Iracema*. Elas significam a língua portuguesa por meio da transferência de sentidos, que, para nós, não é meramente uma figuração da imagem da natureza. Da perspectiva teórica em que nos inscrevemos, as comparações e as metáforas não são simplesmente figuras de linguagem, elas produzem sentidos para a língua nacional, evidenciada como uma língua literária que se oporia à língua objetivada e científica. Desse modo, esta língua literária não é resultado de um mero trabalho artístico e estilístico daquele que escreve com essa alta missão social, como defende Alencar (1856). A língua literária deve ser pensada em relação a sua exterioridade, ou seja, língua e história devem ser analisadas constitutivamente. O brasileiro é identificado com o indígena pela sua

coragem, bravura e destreza exaltadas na textualidade de Iracema: “Guerreiro branco, espera que Caubi volte da caça. O irmão de Iracema tem o ouvido sutil que pressente a boicininga entre os rumores da mata, e o olhar do oitibó que vê melhor nas trevas” (Alencar, 2017, p. 10). Essas não são simplesmente características do brasileiro, são sentidos que lhe são atribuídos historicamente. As metáforas e as comparações explicitam que o signo não significa por ele mesmo (e nem representa uma coisa), mas se significa na relação que ele estabelece com outro significante de onde ele tira o seu valor. A descrição/interpretação do Brasil como um local repleto de belezas naturais, exuberantes, com uma cor local e pintado naturalmente refletirá no modo como se configura o caráter do habitante desse local, isto é, na produção de sentido para esse sujeito e para a língua falada por ele: um selvagem destemido e livre, cuja fala é natural.

Nessa textualidade, narra-se uma certa região da memória colonialista como já mencionamos anteriormente: Martim não é visto, em nenhum momento dessa narração, como o colonizador, mas como quem foi seduzido por Iracema e por essa terra; de acordo com essa região da memória, apaga-se qualquer sentido de explorador/conquistador/invasor. Disso, concluímos que não podemos ficar no que diz o locutor empírico literato em sua evidência, porque sua posição discursiva retoma elementos da região da memória do colonizador (colonialista) ao defender um discurso nacionalista que reformula essa memória, mas não a desloca. Ainda conforme essa região da

memória, o Brasil não é visto como um lugar diferente, mas sim como um lugar exótico, selvagem e que precisa ser civilizado por meio da ordem superior que eles, os europeus, trazem para essa terra selvagem. Desse modo, a colonização aparece como a “salvação” que os europeus trazem ao implantar sua religião, língua e costumes a esses “povos selvagens”. O sujeito nacional (e a língua nacional) é significado em relação à peculiaridade, originalidade brasileira, no discurso textualizado em Iracema, sem que se desloque dessa região da memória colonialista, ainda que essa interpretação (ideologia) seja negada no discurso de Alencar (2017), em detrimento de uma defesa do nacionalismo/naturalismo que, segundo o que pensamos, não supera essa região da memória colonialista que acaba nela reformulada de uma maneira positiva. Contradição esta que podemos sinalizar no discurso textualizado em Iracema, de Alencar (Idem).

Daí a noção de arquivo, de nossa perspectiva teórica, ser fundamental para refletirmos sobre a interpretação (o gesto de interpretação) que está investido nesta textualidade, em sua materialidade. Não se trata simplesmente de um conjunto de obras, mas da construção de um arquivo literário que, conforme nos diz Pêcheux (1994), seria do maior interesse reconstruir a história deste sistema diferencial dos gestos de leitura subjacentes na sua construção. A análise que temos proposto a fazer nesse capítulo, acerca da textualidade de Iracema (em sua materialidade), visa justamente isto, constituir um

espaço polêmico de maneiras de ler, explicitando as maneiras diferentes ou mesmo contraditórias de ler o arquivo.

As comparações representam no discurso textualizado em *Iracema* o imaginário que o sujeito desse discurso faz dos indígenas, ou seja, não se trata meramente de uma comparação (um recurso estilístico da linguagem), mas da representação desse imaginário natural sobre o indígena que é explicitado por meio dessas construções que são linguístico-históricas, como podemos ver nesta sequência: “*Iracema dobrou a cabeça sobre a espádua, como a tenra palma da carnaúba, quando a chuva peneira na várzea*” (Alencar, 2017, p. 13). O “como”, para nós, não é simplesmente uma forma linguística que contém um significado lógico de comparação, tampouco um recurso estilístico de linguagem largamente empregado por Alencar (*Idem*) na textualidade de *Iracema*. Ele (o “como”) funciona ideologicamente nesse discurso como a articulação entre o “pensamento selvagem” e a língua nacional. Não se trata de uma figura de linguagem, mas da descrição/interpretação da língua nacional enquanto a “expressão natural do pensamento” do indígena. Portanto, não estamos preocupados em saber se Alencar (*Idem*) “traduziu” perfeitamente as ideias e o modo de dizer “primitivo” dos indígenas no discurso textualizado em *Iracema*. Queremos frisar que este é o efeito de sentido da língua nacional, o seu funcionamento ideológico, que procuramos descrever nesse texto.

Essa relação de sentidos com a natureza não deve ser vista como direta (relação pensamento/linguagem e mundo), transparente, pois ela é histórica e ideologicamente determinada. É a relação da linguagem com a exterioridade, que é constitutiva dela, que devemos observar com a produção do sentido nacional pela textualidade de Iracema no processo de significação engendrado por ela. Esse processo de significação torna visível a relação entre significante e significado, enquanto o lugar de uma identidade (im-)possível determinada historicamente. Temos, assim, um sistema significativo em relação a outro, isto é, a língua (nacional) em relação a outra (portuguesa). Desse modo, entendemos Iracema enquanto um processo de significação do literário em relação à língua nacional. Para se constituir enquanto nação, qual é a memória da nação brasileira? De onde se parte para se dizer o que se disse no discurso literário brasileiro, que é textualizado em Iracema, na segunda metade do século XIX? Enfim, a memória colonialista não constitui o único lado da história brasileira, mas ela é a região da memória discursiva mobilizada no discurso literário romântico brasileiro, textualizado em Iracema. Não é do natural empírico que estamos tratando aqui, como ele se encontra formulado teoricamente na filosofia e na filologia à época. Essas formulações, na textualidade de Iracema, para além de figuras retóricas (e de recursos estilísticos), materializam sentidos para a nação, para a língua nacional etc. Elas produzem sentidos por meio de relações estabelecidas com a natureza

empiricamente dada. As comparações evidenciam um referente natural para o sujeito nacional, há uma plena identificação entre um e outro. Há, na verdade, uma transferência de sentido quando se fala em metáfora da perspectiva discursiva, uma palavra por outra. A natureza é vista com base em um saber discursivo (uma região da memória discursiva), portanto, ela é função do imaginário. Ou seja, a natureza “fornece” os sentidos para a constituição do brasileiro, identificado, nesse discurso, com o primitivo, a tranquilidade, a pureza, a docilidade e a naturalidade, próprias da terra e de suas riquezas naturais, como podemos ler nas passagens seguintes, que se referem à Iracema e que a tornam quase uma extensão da natureza. O sujeito brasileiro nacional é significado por esse discurso considerando suas “virtudes” advindas da natureza. A nossa questão é observar como esse naturalismo está formulado nesse discurso em relação à constituição do sentido nacional (do sujeito e da língua):

ela reclinou lânguida sobre o peito do guerreiro, como o tenro pâmpano da baunilha que enlaça o rijo galho do angico. (...)

A luz da manhã já a encontrava suspensa ao ombro do esposo e sorrindo, como a enredilha, que entrelaça o tronco e todas as manhãs o coroa de nova grinalda (Alencar, 2017, p. 17 e 52).

Em outra passagem, no prefácio de Iracema em que Alencar (2017) narra imaginariamente como seu livro será recebido e lido em sua terra natal, ele anota:

“Que lhe falte hospitalidade, não há temer. As auras de nossos campos parecem tão impregnadas dessa virtude primitiva que quantas raças habitem aí a inspiram com o hálito vital” (Alencar, 2017, p. 2).

Em *Análise de Discurso*, o efeito metafórico liga-se à deriva, ao deslizamento de sentido. Nesta direção, a metáfora e a comparação constituem o efeito de sentido de uma língua natural e não simplesmente o emprego de um recurso estilístico, conforme já realçamos. Elas não são meramente figuras de linguagem como estão postas sob a evidência do sentido literário/estilístico, na tipologia literária, ou seja, elas têm uma espessura histórica, elas constroem uma referência nacional para esta língua, por meio da deriva e do deslizamento de sentido. Do ponto de vista dos estudos formalistas da linguagem, estas metáforas e comparações teriam um conteúdo expressivo, isto é, as formas linguísticas expressariam um conteúdo relacionado à naturalidade (a essência) como sendo próprio do que é o nacional. Estas figuras reforçariam essa expressividade nacional. No entanto, discursivamente, sabemos que essa expressividade é o sentido que se naturaliza, mas que é historicamente determinado.

O discurso literário formula essa identificação mútua entre língua e nação. Negar a língua nacional é negar a nacionalidade.

As formulações metafóricas, no discurso textualizado em *Iracema*, compreendidas como o lugar do equívoco, constituem o ponto em que a língua atinge a história, ou seja, aparecem como o ponto em

que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição histórica no discurso de Alencar (2017), explicitando-nos que o sentido não se reduz à univocidade psicológica das escolhas e das intenções seletivas no interior do paradigma. A metáfora desestabiliza o sentido formulado para a língua portuguesa no discurso do estilo clássico e abre para a interpretação de uma língua nacional e de sua formulação.

Essa reflexão, em nossos pressupostos teóricos acerca do objeto literário representado imaginariamente no discurso textualizado em *Iracema*, possibilita-nos compreender um pouco melhor esta passagem em que Pêcheux (1990) fala:

Objetos discursivos de talhe estável, detendo o aparente privilégio de serem, até certo ponto, largamente independentes dos enunciados que produzimos a seu respeito, vêm trocar seus trajetos com outros tipos de objetos, cujo modo de existência parece regido pela própria maneira com que falamos deles:

- uns devem ser declarados mais reais que outros?
- há um espaço subjacente comum ao desdobramento de objetos tão dessemelhantes? (Pêcheux, 1990, p. 28).

Estamos refletindo sobre o discurso romântico considerando o eixo da formulação, do intradiscurso, e o eixo da constituição, do interdiscurso. A partir de Courtine (1981), Orlandi (2001) elabora a distinção entre constituição e formulação, em que considera a constituição como a dimensão vertical e a formulação

se representando em um eixo horizontal. E a autora pontua:

Teoricamente, como dissemos, todo dizer se reproduz na relação entre dois eixos, por assim dizer; o eixo *vertical*, o da constituição dos sentidos, o do interdiscurso, e o eixo *horizontal*, o da formulação do sentido, o do intradiscurso. O da *formulação*, como já tivemos ocasião de dizer, embora nem sempre aparente, está determinado pelo vertical, o da constituição do sentido em sua historicidade, o que mostra que nosso dizer sempre tem relações com outros dizeres em outras circunstâncias (Orlandi, 2001, p. 181).

A metáfora formula esse outro sentido possível nesse jogo entre o dizível e o indizível, entre o dizer e o silenciar, no discurso lendário textualizado em Iracema. Portanto, ela constitui a historicidade do sentido da língua nacional. Ela não é uma mera figura de linguagem que estaria sendo usada por Alencar (2017) para expressar poeticamente o modo natural do indígena falar. Ela não é a mera representação das imagens e pensamentos indígenas. Essa é a evidência do sentido, o equívoco, que queremos analisar no discurso desse sujeito autor. A metáfora significa muito mais nesse processo discursivo de significação do qual a textualidade de Iracema faz parte, na segunda metade do século XIX. Ela diz muito mais sobre a língua do que simplesmente servir como um recurso estilístico para o uso expressivo dessa língua. Neste sentido, a metáfora tem um funcionamento ideológico, não sendo, portanto, um mero recurso de

linguagem. A linguagem figurada apaga o efeito de sentido de uma outra língua, quer dizer, da transferência de sentido da língua falada pelos indígenas para a língua portuguesa, na textualidade de *Iracema*. É naturalizado aquilo que, na verdade, de nossa perspectiva teórica, constitui a historicidade da língua nacional.

Esse discurso (textualizado em *Iracema*), em suas formulações, constrói uma referência para o Brasil, para o brasileiro. A própria materialidade desse discurso significa essa naturalidade por meio de uma formulação com “termos e frases que pareçam naturais na boca do selvagem” (Alencar, p. 81), o emprego de termos da língua indígena, que evocam a “singeleza primitiva da língua bárbara” (Alencar, 2017, p. 81). A materialidade linguístico-histórica do discurso textualizado em *Iracema* constitui a referência para a língua nacional, isto é, a construção discursiva deste referente: a língua nacional.

Para observarmos esse efeito de sentido da expressão natural/primitiva dos indígenas, no discurso textualizado em *Iracema*, daremos como exemplo a ausência do pronome pessoal no caso do sujeito, como o modo próprio do indígena falar. Martim se refere a si mesmo como “eu”, mas os indígenas sempre falam de si mesmos em terceira pessoa, como podemos verificar no recorte que segue:

— Que fez *Iracema*, para que o guerreiro branco desvie seus olhos dela, como se fora o verme da terra? (...)

— Poti está contente porque vê seu irmão, que o mau espírito da floresta arrebatou de seus olhos (Alencar, 2017, p. 25 e 36).

Vemos a formulação do sentido da língua nacional que funciona nesse discurso sob a evidência da naturalidade inerente à fala dos indígenas. Entretanto, a língua nacional escrita não é a “tradução” da oralidade da língua dos indígenas, este é o efeito de sentido que se produz. A sobreposição da escrita da língua portuguesa relativamente à oralidade das línguas indígenas é historicamente determinada. Ao formular o sentido da oralidade em seu discurso, Alencar (2017), na verdade, instaura uma escrita/escritura da língua nacional nessa contradição. Podemos ver nessa oralidade o efeito de sentido produzido em uma certa região da memória colonialista na textualidade de Iracema em que se desqualifica a oralidade das línguas indígenas em detrimento da escrita da língua portuguesa. É a relação de alteridade presente no processo de gramatização da língua portuguesa no Brasil.

A língua nacional se constitui, então, no Brasil, nessa contradição entre uma escrita da língua portuguesa gramatizada e a oralidade das línguas dos indígenas em sua “naturalidade”. Estes dois imaginários atravessam o discurso textualizado em Iracema e instalam a contradição própria da língua nacional, efeito, este, que pode ser analisado levando-se em conta a evidência do sentido artístico-ficcional. O artístico ficcional é o lugar do equívoco que se

apresenta sob a ilusão do duplo sentido. Nesta perspectiva, o artístico-ficcional naturaliza o literário que significa poeticamente a oralidade das línguas dos indígenas, estas, no discurso textualizado em *Iracema*, não são consideradas em relação às reais condições de sua existência, mas na naturalidade empírica que está dada/evidenciada, efeito de sentido dominante determinado pela formação discursiva naturalista.

### **3. Iracema: o acontecimento na tensão entre descrição e interpretação da língua nacional**

A poesia que Alencar (2017) formula enquanto uma forma literária (em prosa) é onde podemos observar que a língua nacional irrompe. Ela é o lugar do equívoco da língua, onde o real da interpretação está posto, tornando possível outras formulações que abrem para outros sentidos. A poesia tem essa capacidade que é inerente à língua. Neste sentido, a poesia na textualidade de *Iracema* explicita uma outra língua, ela não é simplesmente um novo gênero literário ao qual corresponderia uma forma (literária) e um conteúdo nacionais.

Ainda sobre a poesia e o equívoco, Pêcheux em suas reflexões teórico-metodológicas acerca do campo disciplinar da Análise de Discurso, fundado por ele, propõe um deslocamento forte no domínio da linguística ao conceber a poesia enquanto uma propriedade da língua. Segundo Ferreira, “precisamente este lugar do *jogo da língua* que escapa à

sistematização é o lugar de examinar o *equivoco* e os deslizamentos de sentido (que fazem sentido)” (Ferreira, 2000, p. 107). A poesia e o equivoco são coextensivos da língua. Eles são constitutivos da língua. Para esse nosso trabalho, estas duas concepções são centrais para a reflexão que fizemos sobre a língua nacional, a partir de nosso corpus de análise.

Alencar (2017) critica outras produções literárias nacionais que tematizam os indígenas por não expressarem realmente uma poesia nacional (a nacionalidade de uma literatura). Ele cita Gonçalves Dias, dizendo que nos poemas desse autor “os selvagens falam uma linguagem clássica; eles exprimem ideias próprias do homem civilizado, e que não é verossímil tivessem no estado da natureza” (Alencar, 2017 p. 81).

Está aí a nossa questão central nesse texto: analisar a materialidade discursiva da textualidade de *Iracema*, de José de Alencar. Este autor vai nos dizer ainda que:

O verso pela sua dignidade e nobreza não comporta certa flexibilidade de expressão que, entretanto, não vai mal à prosa a mais elevada. A elasticidade da frase permitiria então que se empregassem com mais clareza as imagens indígenas, de modo a não passarem despercebidas. Por outro lado conhecer-se-ia o efeito que havia de ter o verso pelo efeito que tivesse a prosa (Alencar, 2017, p. 83).

Essa flexibilidade de “expressão” que Alencar (2017) encontra na prosa para empregar com mais clareza as imagens indígenas é, para nós, a

materialização da ideologia na língua, ou seja, é o efeito da ideologia na língua, no discurso textualizado em Iracema. O discurso textualizado em Iracema explicita essa articulação entre ideologia e língua, o que implica em um outro funcionamento da língua, ligado ao artístico-literário. O discurso, como sabemos, tem uma materialidade que é linguístico-histórica.

Nesta direção, podemos observar que Alencar (2017) trata a questão poética como uma questão literária que, no caso da textualidade de Iracema, passa por uma discussão acerca do verso e da prosa, isto é, da forma literária que melhor “expressaria” a poesia em Iracema. No entanto, para nós, essa é uma questão de língua, de formulação dessa língua que na textualidade de Iracema, vemos como um dizer (im)possível de irromper, instaurando uma discursividade própria sobre a língua nacional. Neste sentido, Iracema é o espaço de um dizer, cujo efeito de sentido é a ruptura com outro dizer, no âmbito da literatura propriamente dita. Porém, não é somente enquanto uma ruptura com o dizer clássico que estamos compreendendo a textualidade de Iracema. Como já dissemos, é a irrupção de uma outra língua que vemos ser formulada, em que Alencar (Idem) não é simplesmente o autor de uma obra (a autoria enquanto uma função enunciativa, somente), mas é de uma relação entre autoria e linguagem que estamos falando.

O poético, no discurso textualizado em Iracema, não é ocultação da ideologia, nem recurso estilístico que estaria a serviço do decorativo/artístico, nem mesmo o expressivismo natural (a forma de expressão

natural, as imagens, dos indígenas) que produziria a poesia nacional. Ele é, de nosso ponto de vista, a inscrição da história na língua e que estamos descrevendo/interpretando ao analisarmos a materialidade desse discurso textualizado em *Iracema*. A ideologia naturaliza o sentido, que é, na verdade, historicamente determinado.

Não ficamos na interpretação (literária/artística) dada por Alencar (2017) ao discurso textualizado em *Iracema*, quer dizer, na evidência de um nacionalismo exacerbado, mas buscamos compreender o seu gesto de interpretação cuja materialidade linguística e a forma discursiva dessa textualidade já estão investidas de sentidos, isto é, estamos tratando do processo de constituição da língua nacional e da construção de um saber literário sobre ela. Para isso, precisamos observar a formulação do sentido de uma poesia nacional e o funcionamento da linguagem nesse discurso em relação a sua materialidade. Esse sentido da poesia é determinado historicamente e o funcionamento da linguagem poética é já função da ideologia e de sua evidência.

A materialidade discursiva da textualidade de *Iracema* explicita o impossível do real da língua em sua discursividade literária. A materialidade significativa é exposta por esse discurso que produz efeitos de sentido em seu funcionamento. Portanto, não se trata de recursos que decoram a língua em um trabalho de criação artístico-literária. Estamos dizendo, por outro lado, conforme nos lembra Pêcheux, que “a ideologia estética da ‘criação’ e a recriação pela leitura –

correlativa da criação – encontram, também elas, sua origem naquilo que chamamos a ‘forma-sujeito’, mascarando a materialidade da *produção* estética” (Pêcheux, 1995, p. 169).

Temos muito a dizer quando pensamos o discurso textualizado em Iracema em seu funcionamento literário. Dessa forma, damos visibilidade ao que fica mascarado quando se aborda essa questão somente do ponto vista da criação artístico-literária. Mesmo em estudos sobre o discurso literário, que encontramos formulados sob diferentes perspectivas teórico-metodológicas, falta, a nosso ver, um estudo que levasse em conta a materialidade de sua produção.

A nosso ver, essa materialidade discursiva produz contraditoriamente o efeito de sentido da materialidade da língua nacional, como dissemos anteriormente. Essa materialidade constitui-se na referência da língua nacional, pois, no discurso textualizado em Iracema, ela é a “verdadeira expressão” do indígena, ou como diz o próprio Alencar (2017), “achará aí poesia inteiramente brasileira, haurida na língua dos selvagens” (Alencar, 2017, p. 83). O modo como Alencar (Idem) descreve esta língua é ideológico, pois explicita uma certa interpretação e não outra desta língua. Uma língua em sua manifestação não é a expressão ou a representação do pensamento em formas fixas, nelas mesmas, repetíveis, mas é, sim, a descrição/interpretação dessa ordem significante. Alencar (Idem) toma partido em relação a esta língua. Não se trata, portanto, da descrição de um estado natural empírico dos falantes

desta língua que seria, para este autor, o estado de natureza verossímil. Imagens poéticas que o poeta deveria reproduzir. É do sujeito, da ideologia, da interpretação, do discurso que estamos tratando aqui: do sujeito na história, da ideologia em funcionamento, da interpretação enquanto uma injunção ao sujeito e do discurso enquanto a materialidade específica da ideologia.

A língua portuguesa na textualidade de Iracema é praticada de maneira simples, solta, flexível e natural, o que de nosso ponto de vista dá visibilidade ao funcionamento (ideológico) da língua nacional. A ideologia faz o sentido parecer natural e evidente, quando, na verdade, ele é historicamente determinado. Esse discurso dá a visibilidade à relação entre língua e ideologia, isto é, entre língua e literatura, na história. Alencar, sujeito autor (posição da qual ele fala) deste discurso, realiza um gesto de interpretação desta língua, inscrito em certas formações discursivas, complexo ligado entre si pelo interdiscurso. A nossa análise recai no gesto de interpretação deste sujeito, tendo em vista a materialidade do seu discurso (textualizado em Iracema) no que concerne a sua descrição (montagem) da língua nacional. Nesse sentido, descrição e interpretação não se separam, é na tensão entre elas que observamos o funcionamento próprio da língua nacional no discurso textualizado em Iracema.

O sentido dominante em um determinado discurso aponta para a formação discursiva dominante, no complexo das formações ideológicas.

Portanto, não se trata de pensar a formação discursiva enquanto um bloco fechado, é na análise que vamos traçando o que será, de nosso ponto de vista teórico, possível chamar (ou não) de formação discursiva em sua heterogeneidade intrínseca.

São essas representações que nos interessam aqui e não o conteúdo de um dizer ficcional, “inventado” na ilusão subjetiva de uma liberdade de criação, idealista. É contra isso que nos posicionamos. O discurso textualizado em *Iracema* representa imaginariamente um dizer ficcional e poético como objeto da literatura nacional. Assim, é preciso observarmos sobre o que esse discurso fala e como ele fala para descrevermos o seu funcionamento.

Na literatura, o objeto não existe independentemente dos enunciados que se produza acerca dele, como está posto na ciência, cujo objeto é estabilizado. Não é assim na literatura. Nesta, o modo de existência do objeto parece estar regido pela própria maneira como falamos dele. Tem um diferencial aí importante de ser destacado, que, segundo Pêcheux (1990), trata-se da existência de vários tipos de “real”. Dessa forma, nos questionamos: que objeto é este, o literário, do qual se fala em *Iracema*? De que modo se fala do literário em *Iracema*? Em termo discursivo, o que está regendo esse dizer sobre o literário, em *Iracema*? Como o real está representado imaginariamente nesse discurso (literário) textualizado em *Iracema*?

Teoricamente, o sujeito, para a Análise de Discurso, não coincide consigo mesmo, essa identificação resulta da interpelação ideológica e da inscrição

deste sujeito em uma certa formação discursiva e não outra. Assim, como podemos interpretar a ficção desse ponto de vista discursivo? Podemos observar que não há mais uma demarcação entre o que é dito e aquilo a propósito do que isto é dito. O sujeito produz o seu dizer significando-o como uma invenção ou que tem origem em sua própria imaginação. Mas como pensarmos isso em termos discursivos? Encontramos em Pêcheux (1995) uma reflexão a respeito da ficção que, em suas formulações teóricas, a compreende em relação à forma-sujeito do discurso. Neste sentido, a ficção representa a forma idealista da forma-sujeito do discurso.

Não estamos aqui simplesmente concordando ou discordando da interpretação conferida por Alencar (2017) à textualidade de *Iracema*. O nosso propósito é analisar os efeitos de sentido produzidos por este sujeito autor para a língua nacional. Dessa posição sujeito ele produz o seu discurso a partir das formações imaginárias e ideológicas (suas condições de produção) representadas em seu discurso. A análise da historicidade desse texto explicita o funcionamento do discurso e o modo como o sujeito autor interpreta a relação entre língua/história. São esses efeitos de sentido que procuramos descrever/interpretar analisando o discurso textualizado em *Iracema*. Não é meramente de uma relação entre um autor empírico, inspiração e obra que estamos tratando aqui, mas da relação constitutiva entre sujeito autor (autoria), linguagem e texto.

Uma leitura artístico-literária é sustentada, legitimada institucionalmente, o que, em nosso entendimento, vai muito além de uma mera relação entre autor e obra. Teoricamente, analisamos essa leitura levando-se em conta a divisão social do trabalho de leitura, inscrevendo-se numa relação de dominação política, conforme Pêcheux (1994). A noção de textualidade nos permite também alargar a noção de autoria no campo de questões da Análise de Discurso materialista. Dessa perspectiva teórica, pensamos a autoria em relação à linguagem e seu funcionamento discursivo. Considerando as condições de produção da segunda metade do século XIX, no Brasil, a textualidade de *Iracema* é o acontecimento de linguagem que estamos analisando em sua materialidade. Um discurso é textualizado como artístico-literário nos impondo uma reflexão sobre o dizer e a construção de seu referente em *Iracema*. Mais do que isso, em que forma cabe esse dizer, quando pensamos a memória do dizer literário? Neste sentido é que entendemos que não se trata somente de uma forma literária, mas de uma forma linguístico-histórica cuja textualidade e sua autoria em *Iracema* não são questões tão simples de se compreender. Ousamos com esse trabalho entrar nessas questões e formular alguns pressupostos teórico-metodológicos com nossas análises, fazendo trabalhar assim outros sentidos no movimento entre teoria e análise. É uma outra língua, a nacional, que está em jogo, aliás, língua na qual se pode (pôde) produzir textos literários, instrumento linguístico que tem um funcionamento

específico no processo de gramatização desta língua na segunda metade do século XIX (Fragoso, 2001). Esse dizer literário é textualizado como artístico devendo o autor se responsabilizar por ele em sua obra (a função-autor). Mas não ficamos somente nessa questão, fomos além, ao questionarmos a função-autor trazendo as formações imaginárias que constituem a posição-sujeito de autor da língua nacional.

Na textualidade de *Iracema*, podemos ver a construção discursiva de um referente para a língua nacional (Fragoso, 2013). Esta língua, como acabamos de dizer, é considerada simples, solta, flexível, natural, expressiva etc. É interessante observar como o discurso literário constrói este lugar da expressividade para a língua nacional como sendo sua identidade própria. Esse expressivismo liga língua e sujeito no Brasil, identificados à mesma formação discursiva (dominante). Esse discurso (literário) estabiliza uma certa memória para a língua (nacional) em que sua identidade é vinculada à essência e ao espírito nacional. Esse expressivismo é a historicidade da língua nacional. Não há, de nosso ponto de vista, uma relação direta entre língua e identidade, entretanto, essa identificação é estabelecida no Brasil, na segunda metade do século XIX, pelo discurso literário romântico, na construção do Estado nacional. Estado, sujeito, língua e nação estão articulados e a noção de identidade, de nossa perspectiva teórica, deve ser pensada nessa relação, na história. Nesse sentido, entendemos que a identidade resulta da interpelação ideológica, não se tratando, portanto, de essência ou do

espírito nacional. E o discurso literário não é meramente a expressão do sentimento nacional, marca subjetiva que o caracteriza empiricamente falando, na segunda metade do século XIX, no Brasil. Representação da subjetividade nacional. Ele deve ser pensado nesta relação entre Estado, sujeito, língua e nação. Assim, esse discurso deve ser analisado levando-se em conta as suas condições de produção. A identidade, para nós, não é fixa e nem se multiplica, ela é movimento na história.

A entrada do sujeito nesse discurso pela forma de linguagem de uma prosa poética (forma essa em que empiricamente a poesia e seu conteúdo se distinguem da poesia clássica), na verdade, significa que este sujeito já está interpretando essa língua, isto é, esta interpretação já tem uma materialidade. Não é simplesmente uma questão de escolha por essa ou aquela forma literária. Por isso, dizemos que, em Análise de Discurso, sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo. Essa prosa poética dá corpo ao sujeito-autor da língua nacional. Não é indiferente formular o discurso em prosa ou em verso etc., esta, como acabamos de dizer, não é apenas uma questão de escolha pela forma literária x ou y, a questão é ideológica, é histórica.

A questão que se coloca para nós é que em Iracema temos um dizer que abre para um novo regime de dizer, por isso, a indefinição em como denominá-lo formalmente, isto é, em saber o que Alencar (2017) estava fazendo, tendo em vista a construção de um discurso que pudesse dizer sobre o

nacional/a nacionalidade de uma língua/literatura. Dessa forma, o critério para analisar esse dizer não pode ser formal ou tipológico, mas, sim, de observar suas regularidades, isto é, por que se diz uma coisa e não outra, por que se diz de um jeito e não de outro, por que se “escolheu” dizer a partir de uma forma discursiva e não de outra, por que se diz a partir de uma formação discursiva e não de outra? Nesse sentido, não são as formas literárias que nos interessam, mas, sim, o modo como elas significam nesse discurso em relação à língua/literatura nacional. Daí, a nosso ver, a noção de formação discursiva ser tão importante para esse estudo, pois ela nos desloca de categorias e tipologias que fecham o dizer e que não dão conta da dispersão do discurso. A noção de formação discursiva é fundamental para compreendermos a regularidade e a ordem do discurso (literário) textualizado em *Iracema*, o que nos leva a concluir que esse discurso não é fruto da imaginação/inspiração do escritor nem o produto de uma elaboração criativa. Ele tem uma ordem e uma regularidade que é preciso descrever para entendermos do que este discurso (não) fala.

#### **4. Narrar uma lenda e/ou introduzir uma nova forma literária: entre a memória e a atualidade**

Do ponto de vista literário, distinguimos prosa de verso, mas essa distinção, quando pensada em relação à textualidade de *Iracema*, não é aceitável. Como já

dissemos, na literatura, elas estão sustentadas na noção de forma e diferenciavam, no Brasil, até o final do século XVIII uma poesia metrificada de uma (poesia) não metrificada. O verso, então, é a forma das composições poéticas metrificadas que dominou no período de uma literatura clássica. Desse modo, a forma do verso comporta também a forma narrativa de dizer (forma de linguagem), não sendo correto, portanto, sobrepor narração e prosa como formas sinônimas, pois elas são e representam imaginariamente coisas diferentes. A narração não é uma categoria inerentemente literária como imaginariamente o verso está colocado. Um poema, por exemplo, pode ser narrativo, na forma de versos metrificados. Estamos fazendo estas considerações porque trouxemos o termo-conceito narração e suas derivações (narrativa, narratividade) para esse trabalho. A narrativa está tanto em composições em verso como em prosa, na literatura. Quando nos referimos à textualidade de Iracema como uma narrativa poética (prosa poética), não o fizemos com o propósito de, com este nome, distinguir essa textualidade em sua historicidade. Nem a forma de dizer da narração (forma retórica de linguagem), nem a forma literária da prosa bastam para a compreensão que estamos desenvolvendo acerca da textualidade de Iracema. Empregamos estes termos, então, (narrativa poética/prosa poética ou poema em prosa) na falta de um que pudesse nomear o acontecimento que essa textualidade imprime. Por vezes, preferimos utilizar o termo-conceito de forma discursiva referindo-nos à textualidade de Iracema para significarmos as formas

literárias de prosa poética ou narrativa poética ou ainda de poema em forma de prosa em relação ao discurso em sua materialidade, como a saída encontrada em nossa reflexão teórica sobre essa questão. O importante para nós é dizer que é da historicidade do sentido que estamos tratando e não da forma literária empírica.

A narração é uma forma de linguagem e a prosa e o verso são formas literárias. A poesia não tem uma forma para si como na literatura isso está posto enquanto uma evidência. De nossa perspectiva teórica, a poesia é uma propriedade da língua. É próprio da língua a sua capacidade de poesia.

Para nós, não é suficiente tratar a textualidade de Iracema considerando somente a estrutura da língua portuguesa. Foi preciso inserir a noção de acontecimento, conforme está elaborada em Pêcheux (1990), para observarmos a tensão entre descrição e interpretação que a textualidade de Iracema em sua materialidade explicita em relação à língua nacional.

A materialidade do discurso textualizado em Iracema é vestígio dessa interpretação e lugar para se observar esse gesto de interpretação e os efeitos desses sentidos que acabamos de apontar. A narração é uma forma de linguagem que, na literatura, é de difícil compreensão, visto que ela é teorizada em relação à composição literária, que tem certas características e não outras. No caso de Iracema, não é enquanto uma composição literária que a estamos entendendo nesse capítulo. Também não é somente enquanto uma narrativa que pertence ao gênero literário x ou y que estamos tratando a textualidade de Iracema nesse

texto. Como já frisamos bem, é enquanto uma textualidade (em sua materialidade), e a relação entre linguagem e autoria que estamos analisando Iracema nesse trabalho. Nesse sentido, não estamos tratando da narrativa/narração de uma perspectiva estritamente literária (que tem sua importância, não estamos negando isso), mas discursivamente, isto é, no que a narração implica no processo de produção de sentidos e no funcionamento da memória discursiva. A narrativa poética (prosa poética), forma discursiva em que os sentidos se materializam e são formulados (tomam corpo), não é indiferente ao modo como este discurso se significa (e significa o Brasil e seus habitantes nativos). Esta forma discursiva poética levamos à compreensão da relação entre narração e descrição na formação e desenvolvimento de um país de colonização como o Brasil, segundo Orlandi (1994, p. 47). O poético, nessa textualidade, materializa a “energia do pensamento” do selvagem. Essa exaltação do indígena e de sua língua, por parte de Alencar (2017) – conforme podemos observar na textualidade da carta<sup>2</sup> dirigida ao Dr. Jaguaribe – é, de nosso ponto de vista, vestígio de uma certa região da memória discursiva que coloca o indígena como o habitante natural do Brasil que entra em contato com os

---

<sup>2</sup> Medeiros (2019) assinala que “uma prática recorrente ao escritor do século XIX é escrever sobre seus próprios escritos, glosá-los, levá-los para as bordas na forma de advertências ou de notas de rodapé, expandi-los para um suposto exterior ao romance que dele não escapa; desdobrá-los, enfim, em um vaivém de lugares do dizer e do dar a saber” (Medeiros, 2019, p. 356).

portugueses que aqui chegam para civilizá-lo, colonizá-lo:

Sem dúvida que o poeta brasileiro tem de traduzir em sua língua as idéias, embora rudes e grosseiras, dos índios; mas nessa tradução está a grande dificuldade; é preciso que a língua civilizada se molde quanto possa à singeleza primitiva da língua bárbara; e não represente as imagens e pensamentos indígenas senão por termos e frases que ao leitor pareçam naturais na boca do selvagem.

O conhecimento da língua indígena é o melhor critério para a nacionalidade da literatura. Ele nos dá não só o verdadeiro estilo, como as imagens poéticas do selvagem, os modos de seu pensamento, as tendências de seu espírito, e até as menores particularidades de sua vida.

É nessa fonte que deve beber o poeta brasileiro; é dela que há de sair o verdadeiro poema nacional, tal como eu o imagino (Alencar, 2017, p. 81).

Esta formulação de Alencar (2017) é constituída pela região da memória discursiva colonialista. E isso nos leva ao seguinte questionamento: O indígena e suas línguas estão sendo vistos em suas reais condições de existência? Tem uma região da memória que já os significa de uma certa maneira e não de outra nesse dizer de Alencar (Idem). A recuperação da tradição oral e a retomada das origens dessa nação são entendidas como a fonte histórica, ou seja, o argumento histórico conforme podemos ver mobilizado nesta formulação de Alencar (Idem). Entretanto, a formulação deste

argumento deve ser pensada, de nossa perspectiva teórica, no processo histórico em que a posição sujeito (literato), ocupada por Alencar (Idem), é constituída. A argumentação de Alencar (Idem) deriva, então, da posição sujeito ocupada por ele.

Vemos neste recorte que o nacionalismo é historicamente determinado. O sentido nacionalista tem um caráter material, não sendo uma essência natural ou o espírito de uma identidade nacional. Desse modo, a textualidade de Iracema tem uma historicidade que significa a língua portuguesa como nacional, sob o efeito de sentido de uma língua natural (simples, espontânea etc.). Da posição sujeito autor, Alencar pratica a língua, e a formulação do seu dizer em um poema em forma de prosa não é, de nosso ponto de vista, simplesmente uma forma literária que resulta de uma escolha estilística, mas, sim, uma forma material (linguístico-histórica) que já vai significar o dizer de um certo modo e não de outro. Na medida em que não ficamos na relação entre forma e conteúdo, podemos analisar o funcionamento institucional do discurso literário (em que intervém o imaginário), no Brasil, na segunda metade do século XIX. Estamos falando da institucionalização de um dizer que se textualiza como literário e distinto de outros dizeres. Esse dizer é objeto de um domínio do saber que se constitui como nacional articuladamente à unidade imaginária da língua e do Estado brasileiro, na segunda metade do século XIX.

A relação entre autoria e linguagem na história não se reduz à relação entre autor e obra. Esta relação

é bem mais complexa. Ela é muito mais ampla e implica em nos questionarmos também por que em determinado discurso a autoria se legitima e em outros não, quando pensamos a dimensão textual do dizer. O dizer e sua textualização em *Iracema* coloca-nos a questão da autoria e conseqüentemente a refletir sobre os sentidos que ela institui sob a aparente ilusão da obra levar o nome de seu autor. Esta autoria explicita que alguns têm o direito de interpretar, enquanto que aos outros cabe repetir essa interpretação/leitura posta. É como se o autor tivesse direito sobre o leitor. A posição autor legitima um dizer que sustenta a classe burguesa e o saber literário que essa classe produz. O escritor é uma figura que detém o poder de dizer, de interpretar, ele não é somente aquele que escreve. Ele é o autor e tem direitos sobre o leitor. O imaginário de que a arte literária não é para as pessoas comuns, mas àqueles que fazem dela sua mais alta missão, uma bela e nobre profissão, está funcionando na posição ocupada por este sujeito escritor. Esta arte deve ser levada não como objeto de saber (de conhecimento), mas como objeto de fruição, de prazer. O povo não devia se reconhecer ou mesmo participar dela, tendo acesso aos meios de como produzi-la, pelo contrário, ao povo cabia o acesso à única linguagem que entendiam, aquela por meio da qual as autoridades falavam com eles. A institucionalização desse saber positiva e não reflete criticamente a relação de dominação ideológica. Nesta direção, ler a textualidade de *Iracema*, mesmo em nossa época, implica em compreender e deslocar a leitura/

interpretação que está posta para esse arquivo (literário). Nosso trabalho busca explicitar essa leitura/interpretação que está posta como evidente, como a única possível de ser feita de Iracema. Queremos, por outro lado, abrir essa interpretação ao equívoco, em que o real da língua e o real da história não sejam negados nem apagados.

Não se trata, portanto, de trabalhar com o poético, no discurso textualizado em Iracema, de uma perspectiva literária, mas interessa-nos, de acordo com a nossa filiação teórica à Análise de Discurso materialista, compreender a materialidade desse discurso e os efeitos de sentido que estão sendo produzidos por ela. Esta materialidade discursiva tem uma espessura histórica. Os efeitos de sentido que vemos ser produzidos pela materialidade desse discurso somente poderão ser melhor compreendidos, de nosso ponto de vista, quando referidos à formação social, às relações de poder presentes nessa formação social, materializadas em suas instituições, considerando aqui um momento determinado de sua história (a segunda metade do século XIX). Essas são as condições de produção, em seu sentido mais amplo, do discurso textualizado em Iracema. E assim apreendemos o funcionamento (do) discursivo nas relações sociais. Sob a evidência de um sentido romântico e idealista (caracterizado inerentemente como expressivo/liberal, individual, natural e nacional), vemos, ao contrário, os efeitos ideológicos (de uma classe política e social burguesa dominante) que apagam essas relações de força, de contradição, de

luta, de resistência, constitutivas da formação social brasileira e de sua história (um país que foi colônia de Portugal por aproximadamente durante três séculos). O discurso romântico brasileiro reflete a tensão entre paráfrase (o mesmo) e polissemia (o diferente), entre a unidade (imaginária) da língua e a sua diversidade, entre a língua portuguesa e a língua nacional (brasileira), entre a escrita e a oralidade. Por isso, em nosso entendimento, ser tão importante compreendermos o funcionamento da linguagem para observarmos a dominância ideológica na produção do efeito de sentido, visto que não é uma questão de ocultação de ideologia.

Nesta direção, é a contradição constitutiva do discurso romântico brasileiro que estamos buscando compreender, descrevendo/interpretando o efeito de sentido de homogeneidade, de unidade que este discurso imaginariamente evidencia, apagando-se dessa forma o seu funcionamento político e ideológico que trabalha justamente a ilusão dessa unicidade e homogeneidade do sentido. Entretanto, a contradição, a tensão e a alteridade são constitutivas desse processo de construção do efeito de unidade de uma língua nacional escrita. A constituição de uma língua nacional escrita e a construção de instrumentos linguísticos que a representassem têm por base a relação de alteridade com a língua portuguesa e com as línguas indígenas. Uma unidade não se constitui em si mesma, a unidade não quer dizer que uma língua é ela em si mesma. O um pressupõe uma divisão. Essa unidade se constitui na relação de diferenças, com o outro. Neste sentido, a

textualidade de Iracema é parte do processo discursivo romântico brasileiro e constitui-se em um discurso sobre a língua nacional, não sendo, portanto, ele mesmo, esta língua (nacional). Consideramos que o processo de construção de saberes metalinguísticos e de constituição da língua nacional se dá concomitantemente. Não é de uma língua nacional empírica que estamos tratando. Estamos analisando o saber discursivo sobre a língua em relação à construção da unidade (imaginária) da língua nacional. Essa contradição é constitutiva da identidade (que, de nossa perspectiva teórica, é uma questão histórica e ideológica e não de essência) do sujeito nacional, individuado como “apegado” a sua nação e ao mesmo tempo inscrito nesse lugar de não-cidadão, isto é, que é preciso se civilizar, é preciso tornar-se cidadão, apropriando-se da escrita e dos conhecimentos produzidos e ensinados sobre ela, nas escolas. Uma contradição forte, constitutiva, como dissemos, da identidade heterogênea (dividida) do sujeito nacional. Um sujeito que se constitui interpelado pelo Estado (nacional) nessa contradição entre a natureza e o social letrado (a sociedade do conhecimento). Identidade, para nós, tem a ver com o processo de identificação dos sujeitos individualizados pelas diferentes formações discursivas que resultam em posições sujeitos distintas. O discurso romântico subjetiva e identifica o sujeito nacional como apegado a sua nação e ligado a ela como um filho é ligado a sua mãe, pelo amor, jogo metafórico que produz sentidos no discurso romântico. O sujeito nacional é concebido em relação a

sua docilidade, modo como este sujeito é individuado pelo Estado.

Portanto, não estamos falando teoricamente de um sujeito que coincide consigo mesmo, mas que essa “coincidência” resulta da interpelação ideológica e do processo de individuação do sujeito pelo Estado. O sujeito não se identifica a um certo sentido por vontade própria, mas trata-se de um processo de identificação do sujeito a certas formações discursivas e não outras, numa dada formação social em um determinado momento de sua história.

A identidade nacional está ligada a esse estado natural que significa esse sujeito em relação a sua essência, vinculada à terra, ao campo, à floresta, realçando a bondade e a tranquilidade como suas características inerentes. Entretanto, é o discurso naturalista (filosófico) que está em jogo no processo discursivo romântico brasileiro, como podemos ver no discurso textualizado em Iracema. Não se trata de uma identidade como essência, ligada à origem da nação brasileira.

Temos enfatizado por outro lado que a identidade, de acordo com a nossa filiação teórica, não é essência. O que temos, na verdade, são processos identitários que, apoiados em modos de individuação do sujeito, afirmam/vinculam seu pertencimento a espaços de interpretação determinados, consoantes a específicas práticas discursivas, conforme nos diz Orlandi (2017).

Na textualidade de Iracema, o naturalismo é uma característica descrita como inerente ao habitante desse

país, pois está na sua “essência” esse estado natural de ser. A relação de alteridade entre o homem branco, europeu, ocidental e o indígena nos leva a refletir sobre esse naturalismo e sobre a diferença entre as formações sociais que entram em contato, considerando suas histórias. No caso do indígena, ignora-se completamente as condições reais de existência desse sujeito (indígena), sua formação social e os modos de como esse sujeito se subjetiva, se identifica com os sentidos que são praticados por eles em sua ordem social (e simbólica) diferente da europeia. As práticas simbólicas na formação social indígena não são as mesmas na europeia, obviamente. São sociedades distintas que em suas formações entram condicionantes históricos que definem e significam o social, o sujeito e a língua de outra maneira.

O apagamento do indígena (e de sua história) se dá no confronto entre o europeu e o indígena, pela sua inclusão como lenda, mito, ficção, imaginação etc., que não o vê em sua real condição de existência. É como se fossem dois mundos que se excluem mutuamente e que são incompatíveis. A formação social indígena entra como exótica, irreal em relação à formação social europeia. Parece-nos que esse imaginário social continua a produzir seus efeitos no discurso literário textualizado como romântico no Brasil na segunda metade do século XIX. No discurso literário, a imaginação toma o lugar do social e de uma crítica possível ao Brasil.

Em *Iracema*, a lenda constitui a formação social brasileira na base de sua história. Nesse sentido, a

nosso ver, nossa história se faz nesse imaginário entre essa memória colonialista e a atualidade que reivindica um lugar próprio dessa história.

No discurso textualizado em *Iracema*, não vemos o indígena sendo objeto de conhecimento, vemos, pelo contrário, uma lenda que o representa imaginariamente e que produz sentidos filiados a uma certa região da memória discursiva colonialista. Mais do que isso, não vemos os indígenas como sujeito na produção de seu próprio conhecimento.

Desse ponto de vista, o indígena deve se submeter às instituições da formação social (e suas formações ideológicas) ocidental para se constituir sujeito, cidadão, cristão. Enfim, não se trata meramente de catequizá-lo, mas se trata de pensar as formações sociais, ocidental e indígena, para compreendermos seus funcionamentos na história.

A materialidade do discurso textualizado em *Iracema* já é efeito de como a história se inscreve na língua para esta se significar. Nesse processo (discursivo), temos a formulação de um discurso que se materializa e que dá uma certa forma (material) aos sentidos e aos sujeitos. A forma discursiva na textualidade de *Iracema* possibilita, a nosso ver, a construção de um referente nacional, faz trabalhar o imaginário de construção de um saber literário nacional distinto do europeu, ou seja, configura a forma de um saber literário em relação às ciências humanas, no Brasil, na segunda metade do século XIX. Na textualidade de *Iracema*, vemos a construção de uma poesia nacional (da língua nacional) em oposição

à poesia clássica da língua portuguesa. Essa forma discursiva não é indiferente ao modo como ela se textualiza. A própria materialidade significativa (e o imbricamento entre elas) não é indiferente na produção de um certo discurso. Aqui, estamos tratando da materialidade linguística, em sua forma discursiva poética, e de seus efeitos na constituição da língua e do sujeito, na relação com a história. Em outras palavras, estamos tratando da constituição de uma escrita e de uma escritura para esta língua. É um discurso da/na e sobre a língua nacional. No discurso textualizado em *Iracema*, temos a materialidade da língua nacional, formulada pelo poético (prosa poética), inscrição do inconsciente e da ideologia, que estão materialmente ligados, na produção do efeito de sentido da língua nacional. Estamos trabalhando, filiados à Análise de Discurso materialista, na perspectiva de que a língua tem uma materialidade específica que não é transparente para o literato.

Pela ficção, a língua não mais representa a “realidade”, mas cria seu próprio mundo, com seus próprios objetos, suas qualidades e propriedades específicas, conforme nos diz Pêcheux (1995). Que mundo é representado imaginariamente pela ficção? Que imaginário esse sujeito, da posição-autor, representa em seu discurso? Com isso, entendemos que o discurso textualizado em *Iracema* mobiliza o processo de significação poético, forma discursiva que explicita o funcionamento literário, que produz o efeito de sentido de uma língua própria, a língua que configura a nacionalidade, logo uma língua distinta da

língua portuguesa. O efeito de sentido ficcional estabelece a relação do sujeito com essa outra língua e com esse outro imaginário produzido por ela.

Desse modo, a instituição literária constrói o imaginário dessa língua em sua singularidade, como tendo o seu referente próprio, no espaço de interpretação brasileiro. Essa língua transfere sentidos. Nesse movimento de sentidos, essa língua funciona literariamente sendo uma deriva da língua portuguesa. O literário seria o “perfume”, um acessório da língua primeira, a portuguesa. Ele funciona como uma linguagem especial, “excêntrica” – a língua literária ou a língua poética.

A textualidade de *Iracema* formula uma poesia nacional, isto é, uma poesia sobre a língua nacional, configurando-se numa teorização formal própria sobre a literatura/língua no Brasil como parte das ciências humanas e sociais. A concepção de poesia na textualidade de *Iracema* é que vai determinar sentidos para o literário do ponto de vista formal, uma vez que ela (a poesia) restringe e alarga sua função nesse discurso que significa e é significado como um referente para a língua/literatura nacional.

O discurso textualizado em *Iracema* formula o objeto literário nacional. *Iracema* não é meramente uma obra literária ou uma obra de ficção. A formulação desse discurso implica em instaurar um dizer sobre o objeto literário nacional. *Iracema* precisava ser formulada literariamente e nesse regime de dizer, que discursivamente nos interessa muito, forma e conteúdo são inerentemente dadas como

resultado de um trabalho alcançado pelo literato. Porém, esse dizer, quando o analisamos discursivamente, não é tão natural assim, ele irrompe no espaço de uma memória com a qual pode se deslocar. O literário é esse espaço de dizer, que tem uma memória, e Iracema constitui-se em uma formulação que tensiona entre a paráfrase e a polissemia, inerentes a qualquer atividade linguageira. Não sendo diferente, de nossa perspectiva teórica, com a prática literária, atividade linguageira que, como analista de discurso, é a primeira condição que devemos considerar. Como nos diz Barthes (2004), “a linguagem é o ser da literatura, seu próprio mundo”.

A poesia nacional, para Alencar (2017), deve expressar a naturalidade do modo do indígena falar, enquanto que a poesia clássica exprime ideias próprias do homem civilizado. Quer dizer, para este autor, a poesia nacional não é civilizada, ela é primitiva? O indígena não é um homem civilizado, é selvagem? Esse primitivismo e selvagerismo é significado poeticamente na textualidade de Iracema, ou seja, produz (naturaliza) esse efeito de sentido poético. Podemos dizer que a ideologia naturaliza um sentido que é, na verdade, historicamente determinado. Essa linguagem poética é a historicidade do sentido textualizado em Iracema. É essa materialidade discursiva que estamos analisando. Enfim, não entendemos que há oposição entre a poesia romântica nacional e a poesia clássica, essa seria uma leitura simplista, conteudista que reflete a interpretação do sujeito autor sem compreendê-la de fato. É preciso

compreender que sentido essa interpretação sustenta e em qual região da memória ela está inscrita? Nesta direção, esse discurso nacionalista sustenta a região da memória colonialista e não se desloca dela.

A forma (material) poética, articulada à prosa, na textualidade de *Iracema*, põe em relevo que se deve afirmar uma língua que “expressasse” a natureza primitiva dos indígenas, que se “moldasse” às “ideias rudes dos indígenas”. Portanto, a materialidade própria do discurso textualizado em *Iracema* está longe de ser evidente, materialidade, esta, que é tratada apenas, como se faz, principalmente, na literatura, enquanto uma linguagem poética. Essa materialidade guarda toda uma opacidade, uma espessura histórica que realça a significação dessa própria língua, expondo o real dessa língua ao real da história. Na sequência abaixo, em que Alencar (2017) realça o sentido da expressão “senhor do caminho” para os indígenas, podemos observar como esse efeito de sentido poético significa a naturalidade da língua nacional, ou seja, evidencia como essa língua se sobressai:

Ocorre-me um exemplo tirado deste livro. Guia, chamavam os indígenas, senhor do caminho, piguara. A beleza da expressão selvagem em sua tradução literal e etimológica me parece bem saliente. Não diziam sabedor do caminho, embora tivessem termo próprio, *coaub*, porque essa frase não exprimia a energia de seu pensamento. O caminho no estado selvagem não existe; não é cousa de saber. O caminho faz-se na ocasião da marcha através da floresta ou do

campo, e em certa direção; aquele que o tem e o dá, é realmente senhor do caminho (Alencar, 2017, p. 82).

Dessa maneira, podemos afirmar que, na textualidade de *Iracema*, vemos funcionar os efeitos (de sentido) materiais de uma língua nacional, que “expressa” os modos de pensamento daqueles que são os habitantes nativos dessa terra – os indígenas –, uma língua natural, que os “traduz”, nas palavras de Alencar (2017), “senão por termos e frases que ao leitor pareçam naturais na boca do selvagem” (Alencar, 2017, p. 81). Assim, a textualidade de *Iracema* formula o sentido de nacional, relativamente à língua portuguesa, no Brasil. É esta língua com sua materialidade que está funcionando nesta textualidade.

## **5. Conclusão**

Salientamos que essa reflexão sobre a língua nacional, que realizamos a partir da textualidade de *Iracema*, implica na compreensão do funcionamento desse discurso e do que se formula como poético enquanto processo de significação na base da língua portuguesa. A constituição de um discurso literário nacional instaura uma posição possível para se falar de uma língua singular sob o efeito de sentido da ficção, enquanto atividade criadora, conforme nos diz Pêcheux (1995). A ficção, diz-nos este autor, “representa, por assim dizer, a forma idealista pura da forma-sujeito sob suas diversas formas, da ‘reportagem’, à ‘literatura’ e ao ‘pensamento criador’”

(Pêcheux, 1995, p. 168). O discurso textualizado em Iracema representa o imaginário de uma língua que singulariza a relação entre o sujeito e sua nação. O discurso literário estabelece essa relação entre o sujeito e a nação pelo efeito de sentido da ficção que fura a memória do sentido literal e evidente posto para a língua portuguesa, objetivada pela escrita com seus instrumentos linguísticos, para falar de um referente regido pelo próprio modo como se fala dele. A língua nacional vem falar do mundo “interior” do poeta/escritor e de como esta língua subjetiva o sujeito nacional.

Não se trata de uma língua natural simplesmente porque é falada pelos indígenas em seu “estado primitivo e selvagem”. Tampouco se trata de traduzir as imagens poéticas do indígena, os modos de seu pensamento, à língua portuguesa. O discurso literário em Iracema, neste sentido, formula em prosa, uma poesia nacional, fazendo irromper nesse discurso um dizer que desestabiliza a forma como na literatura clássica a poesia estava formal e literariamente posta (textualmente). Essa é a questão que perseguimos nesse texto. Entretanto, conforme mostramos ao longo de nossas reflexões, não foi do ponto de vista formal que a analisamos. Não se trata meramente de uma questão de forma literária, mas de linguagem, de língua, enfim, de discurso.

Uma língua que serve para “expressar”, isto é, uma língua que seja expressiva. Uma língua que representasse imaginariamente a índole, a alma, a essência do brasileiro. Esta língua expressaria de modo

especial (poeticamente) o que não cabia na língua portuguesa.

Então, não é de uma subjetividade inerente ao sujeito que trata o discurso, especificamente, o textualizado em Iracema. Preferimos falar em processo de subjetivação que, no caso do discurso literário que é colocado em texto em Iracema, individualiza o sujeito como pertencente a uma nação, pela sua submissão ao Estado. Destacamos que é a região da memória colonialista que é mobilizada por esse discurso subjetivando esse sujeito como alienado a sua nação e não como um sujeito crítico pertencente a esta história. A memória colonialista suplanta qualquer possibilidade de crítica à exploração colonial.

O discurso textualizado em Iracema materializa esse efeito de sentido de uma língua nacional, sua historicidade. É esse o funcionamento que devemos compreender e que é explicitado pelo gesto de interpretação de Alencar (2017) nesse discurso em sua textualização. Como efeito, então, temos uma língua que reflete o “pensamento” do indígena, as tendências de seu espírito e até as menores particularidades de sua vida, segundo as palavras desse próprio autor. É esse o funcionamento ideológico que estamos descrevendo na textualidade de Iracema.

Enfim, a linguagem poética, em nosso entendimento, não é a expressão de um sentimento natural e espontâneo, mas, sim, o funcionamento da linguagem e a instituição do sentido sustentado por uma classe burguesa dominante, na segunda metade do século XIX, que se evidencia como o único possível.

## Referências

ALENCAR, J. de. *Cartas sobre a Confederação dos Tamoyos*. Rio de Janeiro: Empreza Typographica Nacional do Diário, 1856.

ALENCAR, J. de. *Iracema*. S.l.: Ministério da Cultura; Fundação Biblioteca Nacional – Departamento Nacional do Livro. [online]. S.d. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/Livros\\_eletronicos/Iracema.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/Iracema.pdf). Acesso em: 24 set. 2017.

BARTHES, R. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BECHARA, E. *José de Alencar e a língua do Brasil*. Revista Brasileira, ano VII, n. 28, fase VII, jul./ago./set. 2001.

FERREIRA, M. C. L. *Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Ed. Universidade; UFRGS, 2000.

FRAGOSO, É. A. *A relação entre língua (escrita) e literatura (escritura) na perspectiva da história da língua no Brasil*. Dissertação (Mestrado) – IEL, Unicamp, 2001.

FRAGOSO, É. A. *O discurso da estilística na história da produção gramatical e na constituição da língua nacional*. Tese (Doutorado) – IEL, Unicamp, 2006.

FRAGOSO, É. A. O Romantismo: uma referência para a língua nacional. In: *Revista Eletrônica Igarapé*- Nº 02, setembro de 2013.

FRAGOSO, É. A. *A materialidade do discurso literário (poético)*. 1ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2024.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Campinas: Pontes Editores, 2004.

MEDEIROS, V. A retórica da mediação: dois momentos. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, v. 19, n. 2, p. 355-371, jan./abr. 2019.

ORLANDI, E. P. A natureza e os dados. A constituição histórica de um modelo de pesquisa de campo. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, (27): 1-134, jul./dez. 1994.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio – no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

ORLANDI, E. P. Exterioridade e ideologia. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, (30): 27-33, jan./jun. 1996.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes Editores, 1999.

ORLANDI, E. P. *Discurso e texto – formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes Editores, 2001.

ORLANDI, E. P. *Eu, tu, ele – discurso e real da história*. Campinas: Pontes Editores, 2017.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes Editores, 1990.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso – uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

# Uma breve história de dois conceitos saussurianos para além da linguística: sincronia e diacronia na psicanálise<sup>1</sup>

Bruno Turra

## Introdução

Saussure... depois Lacan. Os três pontos que separam o nome dos dois autores não inscrevem apenas uma progressão temporal, tampouco se trata aqui de supor uma superação/suspensão conceitual, um “dépassement” de Lacan. Trata-se, sobretudo, do que se transmite e do que se faz com isso que é transmitido.

Assim, o que procurarei ler nos três pontos se escandem da seguinte forma:

- a proposição saussuriana e a que ela respondia em sua época;
- a leitura que se fez dessa proposição no “estruturalismo”, sobretudo com Jakobson;
- o que Lacan faz dela ao incorporá-la à sua linguística.

---

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste texto foi publicada em francês no livro *Études saussuriennes aujourd'hui* (Aracne: Roma, 2023), com organização de M.F. Pereira de Castro; E. Silveira; N. Faria.

Nesse sentido, buscarei recolher elementos dessa transmissão a fim de pensar como Lacan se inscreve nisso que Chiss e Puech (1994) apontam como um domínio de memória. Este termo, tomado de Foucault, em sua *Arqueologia do Saber* (1969), delimita uma forma particular de organização do campo de enunciados de uma disciplina. Para o autor, um domínio de memória é constituído pelos “enunciados que não são mais nem admitidos nem mais discutidos, que não definem mais, conseqüentemente, nem um corpo de verdades nem um domínio de validade, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica” (1969 [1986], p. 65).

Se a construção deste breve exercício historiográfico se faz numa diacronia dos conceitos, ou seja, na forma como estes vão sofrendo alterações em épocas distintas, a motivação para a empreitada se deu num outro tempo, num *après-coup*. Foi a partir da leitura de Lacan e da dificuldade em compreender o uso dos termos sincronia e diacronia que me motivou o retorno a Saussure. Nesse sentido, meu objetivo inicial é compreender, em Lacan, o funcionamento dos conceitos saussurianos de sincronia e diacronia e a distância deste uso com o que se pode ler, sobretudo, no *Curso de linguística geral* (doravante CLG).

Do ponto de vista da história das ideias linguísticas, essa leitura se mostra ilustrativa de como as formulações saussurianas vão sendo deslocadas da linguística para o “estruturalismo generalizado” que animou as ciências humanas sobretudo nos anos de

1950 e 60 e reescritas, no caso específico deste trabalho, na psicanálise. O tema, a meu ver, se mostra atual uma vez que não é apenas na linguística que os estudos saussurianos vivem uma nova investida. Também na psicanálise, a publicação dos *Escritos de linguística geral* produziu efeitos, e novas leituras vêm sendo construídas/demandadas.

Cabe lembrar, ainda, que o exercício genealógico dos conceitos de sincronia e diacronia não é novo. Há já extensa bibliografia sobre o tema (Buysens, 1942; Godel, 1969, 1984; Chiss, 1989; Engler, 1988; Gambarara, 1991; Wunderli, 1990, Arrivé, 1994[2005], 1995, 2007[2010]; Cruz, 2013, Castro, 2013, entre outros). É a partir das questões, contradições e embates apontados por estes estudos que buscarei localizar, na pena de Lacan, os pontos de deslocamento produzidos nestes conceitos até sua compreensão, nos anos de 1950 e 1960.

## **1. Do diagrama saussuriano ao grafo lacaniano**

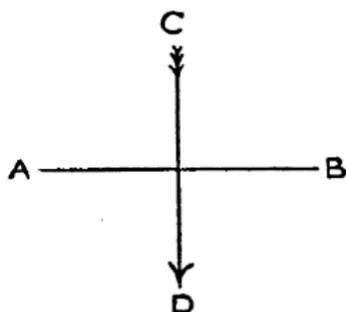
Adotei como pontos de báscula para esta leitura dois momentos de formalização conceitual dos autores: um diagrama de F. de Saussure e um grafo de Lacan. Mais precisamente o diagrama dos eixos sincrônico e diacrônico de Saussure (Saussure, 1916[2002], p. 95 – figura 1) e o grafo do desejo<sup>2</sup> de Lacan (1958-59 [2016], p. 20 – figura 2). Tendo estes

---

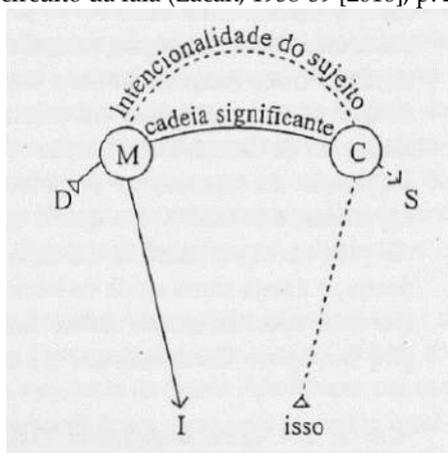
<sup>2</sup> Não se trata propriamente do grafo do desejo em sua teorização final, mas de seu ponto de partida: o circuito da fala, que constitui a base do grafo.

dois pontos de articulação teórica, buscarei traçar um percurso de leitura que nos permita compreender a passagem do diagrama saussuriano, que estenografa os conceitos de sincronia e diacronia, para o grafo do desejo lacaniano, em que os conceitos aqui investigados são retomados.

**Figura 1.** Os eixos das simultaneidades e das sucessões (Saussure, 1916[2002], p. 95).



**Figura 2.** O circuito da fala (Lacan, 1958-59 [2016], p. 20).



Em Saussure (figura 1), o eixo AB corresponde ao eixo das simultaneidades, “concernente às relações entre coisas coexistentes, de onde toda intervenção do tempo se exclui”, enquanto CD representa o eixo das sucessões, “sobre o qual não se pode considerar mais que uma coisa por vez, mas onde estão situadas todas as coisas do primeiro eixo com suas respectivas transformações” (Saussure, 1916[2002], p. 95). Nas anotações dos alunos, lemos, no lugar de “simultaneidades”, “contemporaneidade” para o eixo AB e, para o eixo CD, encontramos a expressão “as coisas multiplicadas pelo tempo” (Saussure/Engler, 1968, p. 177)<sup>3</sup>. Algumas páginas à frente, no CLG, teremos nomeados o eixo AB como sincrônico e o eixo CD como diacrônico.

Em linhas bem gerais, apenas para iniciarmos nossa leitura, podemos compreender, com Saussure, uma distinção inicial da linguística em relação ao fator Tempo. No eixo sincrônico, o linguista tem acesso ao sistema linguístico, suas relações negativas e diferenciais, excluído o fator Tempo. Já no eixo diacrônico, em que se considera o fator Tempo, o linguista tem acesso a elementos de um sistema (ou de um estado de língua) que são comparados a elementos de outro sistema (outro estado de língua).

---

<sup>3</sup> No original: “choses multipliées par le temps”. Esta e as demais referências em língua estrangeira têm tradução minha.

Do grafo lacaniano, mais especificamente, do circuito da fala, ponto de partida para a construção do grafo, temos que: no eixo horizontal D, escreve-se o eixo diacrônico; já o que corresponderia ao eixo sincrônico em Saussure localiza-se no ponto C do grafo de Lacan. Cito o psicanalista em seu *Seminário VI – O desejo e sua interpretação*, aula de 12/11/58 (Lacan 1958-9 [2016], p. 21 – grifo meu):

O que representa isso que chamamos de D maiúsculo? D representa a cadeia significante. Essa estrutura basal, fundamental, submete toda manifestação da linguagem à condição de estar regulada por uma **sucessão**, em outras palavras, por **uma diacronia, por algo que se desenrola no tempo**. O S maiúsculo está posto para *significante*.

Com relação ao ponto C, lemos que

o significante se define, ganha seu valor e seu sentido por sua relação com outro significante dentro de um sistema de oposições significantes, a cadeia significante se desenvolve numa dimensão que implica certa sincronia dos significantes, ou seja, a existência de certa bateria significante. [...] O primeiro encontro [da linha pontilhada com a cadeia significante] se dá no **nível sincrônico**, o da **simultaneidade dos significantes**. O ponto C é o que chamo de ponto de encontro do código. (idem)

Na aula seguinte, em 19/11, Lacan (1958-9 [2016], p. 39) retoma a relação dos dois conceitos saussurianos em termos de “solidariedade”:

É da **solidariedade** desse sistema sincrônico, na medida em que repousa no local do código, que o discurso da demanda como anterior ao código toma sua **solidez**. Em outras palavras, na diacronia, isto é, no desenvolvimento desse discurso aparece o que se chama de o mínimo de duração exigido para a satisfação da menor finalidade – ainda que seja a tal satisfação mágica – ou seja, **o tempo de falar**.

[...] Se, contudo, ela [a linha] é contínua, é em função da **solidariedade** sincrônica do código do qual os elementos sucessivos são tomados. A continuidade exprime a **solidez** da afirmação diacrônica e a constituição do que se denomina, na articulação da demanda, **o tempo da formulação**.

É, portanto, com o redobramento *a posteriori* da sincronia (o código) sobre a diacronia (o desenvolvimento do discurso) que o discurso adquire sua consistência: o tempo do falar. Há, assim, uma outra temporalidade em Lacan, a retroação, que atua na “solidez” da cadeia significante. Retomaremos esse ponto mais adiante.

Os outros elementos do grafo são M (mensagem), que se produz na retroação do código (C) no encadeamento significante, onde se afirma o significado; e I (ideal de eu), isso que se produz da incidência do discurso do Outro (C) sobre a cadeia

significante. Não nos aprofundaremos nesses elementos pois serão periféricos ao propósito deste texto.

Pode-se notar, ao compararmos as formulações de Saussure e Lacan, alguns deslocamentos promovidos pelo psicanalista na construção de seu grafo, dos quais destaco: i. a sobreposição dos conceitos de diacronia e cadeia significante (esta que, para Saussure, estaria inscrita no eixo sincrônico); ii. a fixação da sincronia à abstração da língua, àquilo que Lacan (com Jakobson) chama de código e iii. um redobramento *a posteriori* da sincronia sobre a diacronia.

Tendo destacado os pontos de início e fim de minha leitura, passemos agora ao percurso.

## 2. Saussure e seu tempo

Ler Saussure hoje implica um deslocamento da vulgata extraída do texto de 1916, o *Curso de linguística geral*. Para tal, faço três considerações para uma nova leitura, uma leitura que avance em relação ao que se estabeleceu como as bases do estruturalismo, ou seja, o fechamento dos conceitos em dicotomias, a exclusão do sujeito e da história.

O primeiro ponto é dar consistência ao fato de que o CLG é o efeito de uma transmissão. O texto foi estabelecido a partir dos cadernos de alguns alunos dos três cursos de linguística geral ministrados por Saussure entre 1907 e 1911, na Universidade de Genebra. A edição coube aos linguistas Charles Bally e Albert Sechehaye, colegas de universidade de

Saussure, e que não assistiram aos cursos. Pouco foi o material autográfico utilizado pelos editores. Isso não significa, porém, que o CLG deva ser desprezado (como querem alguns saussurianos), mas que sua leitura deve ser contrastada com o material autográfico e com os cadernos dos alunos que hoje temos disponíveis.

Em segundo lugar, devemos compreender que a confecção do CLG se deu sob um *Zeitgeist* positivista que buscava, entre outras coisas, distinguir as ciências da natureza das ciências do espírito. Nesse sentido, quanto mais uma disciplina se apresentasse com objeto claro e método objetivo, mais esta seria alçada a categoria de ciência. É comum, portanto, nos autores da época, observarmos esse esforço epistemológico. Assim como Saussure, Freud se vê às voltas com essas questões. Diferentemente do linguista, porém, o psicanalista transporta para seus textos esse tateamento, suas dúvidas e indefinições. Saussure, por conta desses mesmos percalços, não publica suas ideias por não achá-las suficientemente acabadas. Não publicar, porém, não significa não escrever. O genebrino nos deixou diversos cadernos manuscritos repletos de incertezas, oscilações, razuras e brancos.

O programa positivista fez com que os editores do CLG eliminassem as vacilações do linguista, apresentando-as como certezas e invertendo em grande medida a ordem dos temas apresentados nos cursos. Mesmo com esse trabalho sobre as fontes saussurianas, a nobre tarefa de compilação e edição do CLG não deve, a meu ver, ser entendida como uma

traição ou deturpação das palavras do mestre, pois foi justamente a partir desse produto que tivemos notícia do pensamento saussuriano.

Um último ponto a ser considerado é o extenso trabalho sobre os manuscritos desenvolvido, por autores como Rudolf Engler, Robert Godel, Tulio de Mauro entre outros, a partir dos anos de 1950, e que hoje chamamos de filologia saussuriana. Esse trabalho lançou luz sobre o processo de edição do CLG e sobre a teorização saussuriana. Somado a ele, a descoberta de novos manuscritos em 1996 e publicados em 2002 produziram significativos deslocamentos naquilo que havia sido lido nos anos estruturalistas.

Nesse sentido, o que se consolidou na vulgata estruturalista deve ser lido com cuidado e remetido aos outros textos saussurianos hoje disponíveis, como as dicotomias radicais do estruturalismo, uma das quais sendo a sincronia-diacronia, e a exclusão peremptória da fala, da história e do sujeito.

Considerações feitas, passemos ao linguista.

Seguimos a leitura de Chiss (1989) ao compreendermos duas dimensões dos conceitos aqui estudados. Uma epistemológica, que diz da constituição da própria disciplina e de seu objeto, e uma metodológica, que diz de sua operacionalidade conceitual. Para Saussure, havia, em sua época, uma indefinição do objeto da ciência linguística, o que o impelia a uma “necessidade de a reformar, e de

mostrar com isso que espécie de objeto é a língua em geral” (Saussure/Benveniste, 1894[1964], p. 95)<sup>1</sup>.

As ciências da linguagem vinham de uma tradição comparatista, essencialmente diacrônica, e ainda circunscrita à palavra escrita. Franz Bopp (o precursor da linguística para Saussure), apesar de vislumbrar uma sistematicidade da língua ao realizar suas pesquisas, tropeça por não distinguir os fatos sincrônicos dos diacrônicos. As comparações entre línguas ocorrem entre palavras, enquanto o funcionamento de cada sistema se distancia da organização original idêntica. Havia, para Bopp, “procedimentos sistemáticos que fazem com que a gramática comparada se pareça com uma espécie de anatomia da linguagem”<sup>2</sup> (1833 apud Chiss, 1978, p. 94), ou seja, uma sobreposição dos eixos sincrônico e diacrônico no que diz respeito a seus objetos e funcionamentos respectivos. Schleicher, de maneira mais enfática, e mais imerso no naturalismo da época, entende a língua como um organismo natural e, portanto, seu funcionamento e sua evolução se pautam por “leis invariáveis de formação”, o que, segundo Chiss, pressupõe um ponto de vista pancrônico (anterior à sincronia e à diacronia).

De outro lado, Saussure dialogava com os neogramáticos, que se distanciam dos comparatistas

---

<sup>1</sup> No original: « la nécessité de la réformer, et de montrer pour cela quelle espèce d’objet est la langue en générale ».

<sup>2</sup> No original : « procédés systématiques que la font ressembler à une sorte d’anatomie du langage ».

uma vez que não tomam mais a construção da arque-língua como objetivo central de seu trabalho. Seu ponto de partida é o estabelecimento das leis fonéticas a partir das línguas atuais (do que se ouve do sujeito falante) para então retrair a história dessas mudanças. Para Saussure, apesar do deslocamento do texto documental para a produção do sujeito falante, não há ainda um objeto constituído.

Para que se constituísse uma disciplina científica, com objeto definido, era fundamental para o genebrino distinguir aquilo que era histórico daquilo que dizia respeito ao sistema. Diferentemente de disciplinas como a Geologia ou o Direito, que não constituem novo objeto ao considerarem o fator Tempo, a linguística (e também a Economia Política) apresenta uma “necessidade interior” (Saussure, 1916[2002], p. 95). Por ser uma ciência que opera com valores, o fator Tempo lança luz a uma “dualidade da linguística”, “a linguística possui um princípio duplo” (Saussure/Engler, 1968, p. 177)<sup>3</sup>. Os conceitos de sincronia e diacronia são concebidos, portanto, a partir de uma questão de método. As disciplinas em que a questão do valor se impõe necessitam de duas abordagens com relação ao seu objeto: as relações de valor entre si, dentro do sistema, e o valor no tempo.

Em suma, o “fator Tempo” é decisivo na constituição do objeto da linguística. E é desta tarefa

---

<sup>3</sup> No original: « dualité de la linguistique » ; « la, linguistique possède un principe double ».

que advém os eixos sincrônico e diacrônico na teorização saussuriana.

O primeiro eixo, o sincrônico, também chamado de estático ou das simultaneidades, é aquele em que temos o sistema da língua. Por sistema, entende-se tanto a constituição negativa e diferencial do significante quanto sua articulação nos eixos sintagmáticos e associativos. O segundo eixo, o diacrônico, também chamado de evolutivo ou das sucessões, é aquele em que se observam as mudanças da língua no tempo. Nesse eixo, o sistema está excluído, apenas fragmentos de língua podem ser percebidos, nunca o sistema. Ressalta-se que é ao estudo da língua, objeto da linguística, que se impõe este duplo princípio. Cabe aqui um exemplo, para esclarecer ao leitor, do que seria uma análise diacrônica e uma sincrônica.

Tomemos as relações estabelecidas entre os pares significantes *foot-feet; tooth-teeth; goose-geese* (Saussure, 1916[2002]: 100-101). O plural, em língua inglesa, de monossílabos de vogal /ō/ exprime-se ao se substituir tal fonema pelo fonema /ē/. Estamos aqui sob o ponto de vista da sincronia. Se nos lançarmos então a uma análise diacrônica, teremos algo dessa ordem: houve um estado de língua (uma sincronia A) em que o plural em língua inglesa de monossílabos de vogal /ō/ exprimiam-se com o acréscimo do fonema /i/ → /fōt-/ /fōti/. Num estado de língua posterior (uma sincronia B), observou-se que o fonema indicativo de plural /i/ exerceu uma mudança fonética no próprio vocábulo, fazendo com que a sequência /ō-/i/, em \**footi*, fosse

substituída pelo fonema /ē/, passando assim de /fōti/ para /fēt/. Essa alteração, diacrônica, pois caracteriza a passagem da sincronia A para a sincronia B, não estabelece sistema, ou seja, não há relação gramatical entre seus elementos, ambos exprimem plural, não havendo distinção entre eles. O sistema apenas se reestabelece quando da reinserção do vocábulo /fēt/ na oposição a /fōt/, na sincronia B.

A partir desse exemplo, destaco algumas afirmações de Saussure sobre a inclusão do sujeito falante na sincronia, e isso se lê no próprio CLG: i. “para o sujeito falante<sup>4</sup>, a sucessão deles [dos fatos de língua] no tempo não existe” (Saussure, 1916[2002], p. 97); “a fala só opera sobre um estado de língua” (ibid., p. 105); “o aspecto sincrônico prevalece sobre o outro, pois, para a massa falante, ele constitui a verdadeira e única realidade” (ibid., p. 106); “A sincronia conhece somente uma perspectiva, a dos sujeitos falantes” (ibid., p. 106). E, finalmente, “a linguística sincrônica se ocupará das relações lógicas e psicológicas [...] tais como percebidas pela consciência coletiva. A linguística diacrônica estudará, ao contrário, as relações que unem termos sucessivos não percebidos por uma mesma consciência coletiva” (ibid., p. 116).

A produtividade das afirmações saussurianas confirma-se ao retornarmos ao exemplo *foot-feet*. Para que um sujeito falante produza um enunciado em que

---

<sup>4</sup> Há variação na tradução brasileira para o termo “*sujet parlant*”, traduzido por “indivíduo falante”, “pessoas que falam” etc., optaremos por “sujeito falante”.

os pés ou os dentes sejam questão, basta que ele possa estabelecer a relação /ō/ - /ē/ para a construção do plural. De absolutamente nada serve ao falante a compreensão diacrônica de que houve uma época em que o plural de *foot* era *\*footi*. É precisamente a partir desse esquecimento (enquanto massa falante) que se estabelece a possibilidade da enunciação.

É equivocado, porém, pensar que Saussure, ao estabelecer tal par conceitual, abandona a diacronia e se fixa no estudo sincrônico. Como nos lembra Béguelin, o *Mémoire* (1879), além de outros pequenos artigos publicados em vida (cf. Saussure, 1922) e com os quais o jovem Ferdinand ganha fama e projeção internacional dentro da área, são análises diacrônicas.

Além disso, a dualidade instaurada por Saussure na linguística não é entendida pelo genebrino como uma dicotomia (termo, aliás, não utilizado por ele). Há, para o mestre, a implicação de um eixo no outro. Segundo Engler (1988, p. 149)<sup>5</sup>,

Saussure estabelece um equilíbrio entre as duas disciplinas. Ele isola a sincronia do ponto de vista metodológico ao proibir a mistura de épocas em suas

---

<sup>5</sup> No original: « Saussure établit un équilibre entre les deux disciplines. Il isole la synchronie du point de vue méthodique en prohibant le mélange des époques dans ses considérations, mais la lie au diachronique du point de vue épistémologique en précisant qu'on ne juge pas correctement du synchronique si l'on ne garde pas à l'esprit qu'elle est un produit historique et accidentel d'événements particuliers ; cette liaison lui importe tellement qu'il recommande du point de vue pédagogique d'étudier la linguistique diachronique avant la linguistique synchronique ».

considerações, mas a vincula ao diacrônico do ponto de vista epistemológico, especificando que não se julga corretamente o sincrônico se não se mantém em mente que se trata de um produto histórico e acidental de eventos particulares; esse vínculo é tão importante para ele que ele recomenda do ponto de vista pedagógico estudar a linguística diacrônica antes da linguística sincrônica.

Para Saussure, portanto, o estabelecimento dos dois eixos diz de uma precisão metodológica do objeto da linguística: na sincronia, o sistema; na diacronia, as mudanças entre sistemas. Tal precisão não foi recebida sem questionamentos. Roman Jakobson, por exemplo, em suas primeiras referências ao genebrino tece críticas à proposta.

### 3. O desvio Jakobson

Roman Jakobson é apresentado ao CLG por Karcevsky, que tinha circulação entre Genebra e Moscou, logo nos anos posteriores à publicação. Segundo o autor, “Ele foi o primeiro que em 1917-1919, durante seu breve retorno à Rússia, apresentou à jovem geração de linguistas de Moscou o *Curso de Linguística Geral* e aplicou seus preceitos ao estudo do russo contemporâneo.” (Jakobson apud Gadet, 1995, p. 8)<sup>6</sup>. O russo não se declara herdeiro de Saussure, o tem

---

<sup>6</sup> No original: “He was the first who in 1917-1919, during his shortlived return to Russia, fired the young generation of Moscow

como uma fonte de inspiração dentre outras. Ainda assim, as referências ao genebrino são numerosas e “o tom geral parece mais de adesão ao modelo” (Gadet, 1995, p. 2)<sup>7</sup>.

Já no início dos anos de 1920, ao adotar o aparelho conceitual saussuriano, Jakobson não o faz sem críticas. Sobre o par sincronia/diacronia, o autor propõe uma “superação”<sup>8</sup>. Falta, para o russo, um caráter teleológico na diacronia, ou seja, que as mudanças ocorridas na língua têm uma direção, uma finalidade. Jakobson reclama também a reinserção do sistema na análise diacrônica, sobretudo ao se tratar de mudanças gramaticais. Apesar das discordâncias, o poeta da linguística mantém o uso do par conceitual saussuriano e o utiliza com regularidade, sobretudo no âmbito dos estudos fonéticos/fonológicos, não sem

---

linguists with the Cours de linguistique générale and applied its precepts to the study of contemporary Russian”.

<sup>7</sup> No original: « la tonalité d’ensemble paraît plutôt d’adhésion au modèle saussurien ».

<sup>8</sup> “F. de Saussure e sua escola abriam um novo caminho na linguística estática, mas no campo da história das línguas permaneceram na trilha neogramática” (Jakobson 1928[1962]: 2); “A antinomia da fonologia sincrônica e da fonética diacrônica seria suprimida desde que as mudanças fonéticas fossem consideradas de acordo com o sistema fonológico que as submete” (Jakobson 1929[1962]: 3). No original: “F. de Saussure and his school broke a new trail in static linguistics, but as to the field of language history they remained in the neo-grammarians rut»; « L’antinomie de la phonologie synchronique et de la phonétique diachronique se trouverait être supprimée du moment que les changements phonétiques seraient considérés en fonction du système phonologique qui les subit ».

promover um deslizamento conceitual. Segundo Gadet (1995, p. 2), “sincronia/diacronia é, portanto, tanto o primeiro par conceitual saussuriano implementado por Jakobson, como o primeiro submetido à crítica”<sup>9</sup>.

Ao dizer que as mudanças diacrônicas são acidentais e não formam sistema, Saussure se aproxima dos neogramáticos e é contestado pelo Círculo de Praga. Para estes, as modificações do sistema se produzem “em função” da reorganização do próprio sistema, daí seu caráter teleológico, não havendo barreiras intransponíveis entre sincronia e diacronia.

Outro ponto dissonante, explicitado em 1952, é a suposta confusão de Saussure entre duas “dicotomias”: sincronia-diacronia e estático-evolutivo. Antes de tratarmos do texto de Jakobson, vale notar a leitura que se vinha fazendo no estruturalismo linguístico e, posteriormente, no estruturalismo generalizado (cf. Puech, 2000[2013], p. 7) de tomar os pares conceituais saussurianos como dicotomias. Além do linguista russo, outro importante linguista da época, o romeno Eugenio Coseriu, segue essa mesma leitura. Em uma nota liminar do tradutor para o francês de *Sincronía y Diacronía y historia* (1973), lemos

deve-se, portanto, admitir que [...] ela se baseia em uma visão distorcida de Saussure ou, mais

---

<sup>9</sup> No original : « synchronie/diachronie est donc à la fois le premier couple conceptuel saussurien mis en application par Jakobson, et le premier soumis à la critique ».

precisamente, em uma obra que não é a de Saussure. Podemos, a título de exemplo, levantar a questão das “dicotomias saussurianas” [...]. No entanto, sabemos hoje que “a palavra “dicotomia” que pressupõe um corte [...] não existe nos textos saussurianos” (Kyheng 2005: § 5). (Verjans, 2006, p. 6)<sup>10</sup>

Feita a ressalva, voltemos a Jakobson (1952, p. 227):

Esse abismo [entre a linguística descritiva e a histórica] foi, aliás, considerado necessário, por causa de uma identificação falaciosa que pôs em perigo, penso eu, não só a linguística, mas a pesquisa antropológica em geral, a identificação de duas dicotomias: (1) sincrônico – diacrônico e (2) estático – dinâmico.<sup>11</sup>

Há aí a proposta de um deslocamento conceitual: uma sincronia que seja dinâmica. Este reparo, porém, seria mais apropriado, a meu ver, se destinado aos saussurianos (aos estruturalistas, se preferirem), mas talvez não a Saussure. De fato, o genebrino utiliza os

---

<sup>10</sup> No original: « il faut donc admettre que [...] elle se fonde sur une vision faussée de Saussure ou, plus précisément, sur une œuvre qui n'est pas celle de Saussure. L'on peut, à titre d'exemple, évoquer la question des 'dichotomies saussuriennes' [...] Or, l'on sait aujourd'hui que « le mot 'dichotomie' qui présuppose une coupure [...] n'existe pas dans les textes saussuriens » (Kyheng, 2005, § 5) ».

<sup>11</sup> No original: “This gulf [between descriptive and historical linguistics] was, moreover, considered necessary, because of a fallacious identification which endangered, I think, not only linguistics but anthropological research in general, the identification of two dichotomies: (1) synchronic – diachronic and (2) static – dynamic”.

termos estático e evolutivo para designar os pontos de vista sincrônico e diacrônico (o capítulo introdutório do tema, no CLG, é “Linguística estática e linguística evolutiva”).

De Mauro (1967[1972], nota 176, p. 452-455), entretanto, rebate esse argumento ao reforçar que “a atitude fundamental de Saussure é que a oposição entre sincronia e diacronia é uma oposição de “ponto de vista”; tem um caráter metodológico, diz respeito ao pesquisador e seu objeto e não a todas as coisas com as quais o pesquisador lida, sua matéria”<sup>12</sup>, de modo que a “barreira intransponível” criticada por Jakobson diz de um gesto metodológico e não dos fatos da língua. O linguista italiano prossegue afirmando que Saussure trata da interferência de um ponto de vista sobre o outro ao discorrer sobre analogia e evolução, de modo que a intransponibilidade da barreira se aplica aos leitores, não a Saussure: “Saussure, portanto, da mesma forma que está ciente do aspecto dinâmico das situações linguísticas em um determinado período, está perfeitamente ciente das consequências que qualquer mudança tem no nível do sistema”<sup>13</sup> (idem.).

---

<sup>12</sup> No original: « l’attitude fondamentale de Saussure est que l’opposition entre synchronie et diachronie est une opposition de “point de vue” ; elle a, en ce sens, un caractère méthodologique qui concerne le chercheur et son objet et non l’ensemble des choses dont s’occupe le chercheur, sa matière ».

<sup>13</sup> No original: « Saussure donc, de la même façon qu’il est conscient de l’aspect dynamique des situations linguistiques en une certaine époque, est parfaitement conscient des conséquences que tout changement a sur le plan du système ».

Godel (1976[1984], p. 172) segue a mesma leitura de De Mauro:

Deve-se notar primeiramente que Saussure, embora algumas vezes use "estático" em vez de "(idio-) sincrônico", nunca pensou ou quis dizer que um estado de língua fosse um estado de imobilidade (CLG/D, p. 171). Em segundo lugar, não basta suprimir a palavra "estático" para confundir sincronia e diacronia, pois a língua está ligada ao tempo em um duplo sentido: o tempo é a condição necessária para as mudanças linguísticas, mas o tempo é "não obstante" a condição necessária para que uma língua exista e funcione. Assim se explica talvez que Saussure considerasse o tempo, juntamente com a "massa falante", um fator *interno* da língua (CLG/D, p. 96-97; cf. De Mauro, in St. Sauss., p. 58). O que define um estado de língua é a recorrência, na fala cotidiana, de elementos que se reconhecem de tempos em tempos como idênticos: estruturas sintáticas, palavras, fonemas, cuja repetição em momentos sucessivos parecem recair na perspectiva diacrônica.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> No original: "Va notato prima che Saussure, pur adoperando talvolta «statico» invece di «(idio-)sincronico», non ha mai pensato né voluto dire che uno stato di lingua fosse uno stato di immobilità (CLG/D, p. 171). In secondo luogo, non basta cancellare la parola «statico » perché la sincronia e la diacronia si confondano, poiché la lingua è legata al tempo in senso doppio: il tempo è la condizione necessaria dei cambiamenti linguistici, ma il tempo è 'nondimeno' la condizione necessaria perché una lingua esista e funzioni. Così si spiega forse che Saussure abbia ritenuto il tempo, assieme alla «massa parlante», un fattore interno della lingua. Ciò che definisce uno stato di lingua è la ricorrenza, nel parlare quotidiano, di elementi che vengono riconosciuti identici di volta in volta:

Se a noção de evolução parece não ter feito questão para Jakobson, o problema recai então sobre o termo “estático” e sobre o que Jakobson vai chamar de um dinamismo sincrônico. “Estado de língua”, para Saussure, na esteira de De Mauro (1967[1972]) e Godel (1976[1984]), com a qual concordamos, não significa um ponto, a língua extraída de sua realização (a fala). Trata-se, antes, de “um espaço de tempo, mais ou menos longo, durante o qual a soma das modificações ocorridas é mínima. Pode ser de 10 anos, uma geração, um século e até mais” (Saussure, 1916[2002], p. 117-118). Há, portanto, na sincronia, uma dimensão temporal, precisamente aquela que afeta o sujeito falante: o tempo da fala. Tal dimensão temporal está articulada, para Saussure, ao caráter linear do significante<sup>15</sup>, nomeado pelo genebrino como o segundo princípio do funcionamento do signo, e que se verifica, pois “o significante, sendo de natureza auditiva, desenvolve-se no tempo, unicamente, e tem as características que toma do tempo: a) representa uma extensão, e b) essa extensão é mensurável numa só dimensão: é uma linha” (Saussure, 1916[2002] : 84).

Há, portanto, um primeiro deslocamento conceitual: a sincronia se divide, em Jakobson, em uma sincronia estática, a do código (talvez seja daqui a leitura lacaniana), e uma sincronia que Jakobson

---

strutture sintattiche, parole, fonemi, la cui ripetizione in momenti successivi sembra cada nella prospettiva diacronica”.

<sup>15</sup> Testenoire (2010) retraça a gênese do princípio saussuriano, destacando os deslizamentos conceituais ao longo dos cursos de linguística até chegar à sua formulação final, que lemos no CLG.

chamou de dinâmica, que diz do sujeito na língua, da linearidade da cadeia (o que Lacan chamará de diacronia). É precisamente o fator Tempo que se faz presente na definição do objeto. Como pensar, então, o tempo na sincronia e na diacronia?

Seguimos a leitura de Arrivé (2007[2010]) e de Pereira de Castro (2013) no sentido de que o tempo, na teorização saussuriana, i. é o mesmo na sincronia e na diacronia; e ii. não é agente das mudanças sofridas pela língua. O Tempo, antes, é o campo em que a mudança na língua ocorre<sup>16</sup>.

Para Arrivé (2007[2010], p. 140-141), é o mesmo Tempo que está em causa no caráter linear (sincrônico) e na sucessão (diacrônica): o tempo da diacronia só é percebido quando há mudança linguística e a mudança é uma realização do falante (portanto, de ordem sincrônica) que é incorporada ao sistema.

Ora, não se trata, assim, de uma percepção estática da língua por parte de Saussure uma vez que, como vimos, sincronia não quer dizer imobilidade. Entretanto, o movimento de Jakobson de remodelar,

---

<sup>16</sup> Há autores que atribuem certa agentividade ao Tempo em Saussure, como Buysens (1940[1942], p. 15): “o tempo é para ele, no caso da sincronia, um quadro em que os fatos sintagmáticos se ‘desdobram’, no caso da diacronia uma força atuante”. Godel (1957[1969], p. 207) segue a leitura de Buysens e dá mais um passo: há de certa forma um tempo objetivo, cuja noção é fornecida pelos quadros sociais da memória, e a linha demarcada por marcos naturais ou artificiais [...] E, por outro lado, há um tempo subjetivo, durativo, cujo sentimento acompanha toda experiência individual. É nesse tempo subjetivo que se dá o discurso”.

de “ultrapassar”, os conceitos saussurianos produziu efeitos dentro e fora da linguística.

#### 4. ... e depois Lacan

Segundo o *Index référentiel* de Henri Krutzen (2003, 2<sup>a</sup>.ed.), as ocorrências dos termos sincronia e diacronia nos seminários de Lacan compreendem o período de novembro de 1957 a janeiro de 1965. O mesmo período se observa na busca pelos textos escritos do francês, sendo as primeiras ocorrências nos textos de 1956, *O seminário sobre a Carta Roubada* e *A coisa freudiana*, e a última, em 1966, *De nossos antecedentes*, texto redigido quando da publicação dos *Escritos* para introduzir seus textos de “entrada na psicanálise” (Lacan, 1966[1998], p. 69). Das primeiras ocorrências, destaco somente o que Lacan diz em *A coisa freudiana*, uma vez que o uso do termo “diacronia” em *O seminário sobre a Carta Roubada* indica apenas uma sucessão temporal, o que ocorre também no texto de 1966.

Em *A coisa freudiana*, Lacan não apenas cita Saussure, mas indica sua leitura. Faz ainda uma observação: refere-se a Ferdinand e não a seu filho, o psicanalista e analisante de Freud, Raymond:

Se quiserem saber mais a esse respeito [sobre a linguagem], leiam Saussure, e, já que um companheiro pode esconder até mesmo o sol, esclareço que não se trata da assinatura encontrada na psicanálise, mas de

Ferdinand, que pode ser chamado de fundador da linguística moderna (Lacan, 1956[1998], p. 415).

Logo em seguida, iniciando o subitem “Ordem da coisa”, Lacan diz que o psicanalista deve se introduzir na “distinção fundamental entre significante e significado e começar a se exercitar nas duas redes de relações por eles organizadas, que não se superpõem” (idem). Essas redes são justamente o que o psicanalista chamará de sincronia e diacronia, descrevendo-as nos dois parágrafos seguintes:

A primeira rede, do significante, é a estrutura sincrônica do material da linguagem, na medida em que cada elemento adquire nela seu emprego exato por ser diferente dos outros; é esse o princípio de distribuição que rege sozinho a função dos elementos da língua em seus diferentes níveis, desde o par da oposição fonemática até as locuções compostas, das quais é tarefa da mais moderna pesquisa destacar as formas estáveis. [...]

A segunda rede, do significado, é o conjunto diacrônico dos discursos concretamente proferidos, que reage historicamente à primeira, assim como a estrutura desta determina os caminhos da segunda. Aqui, o que domina é a unidade de significação, que revela jamais resumir-se numa indicação pura do real, mas sempre remeter a uma outra significação. Ou seja, a significação só se realiza a partir de uma captação das coisas que é global” (idem).

A formulação de Lacan é preciosa, mas um linguista teria dificuldade de remetê-la a Saussure,

sobretudo no que se refere à diacronia. O autor, aqui, aproxima a articulação significativa ao que chama de sincronia e a significação ao conjunto de enunciados proferidos na diacronia. É interessante pontuar a referência explícita ao genebrino, bem como o trabalho com os conceitos de sincronia e diacronia, porém com articulações conceituais distintas das lidas no CLG.

Dois anos mais tarde, em 1958, os conceitos saussurianos reaparecem em *A direção do tratamento e os princípios de seu poder* na mesma via que o texto de 1956:

A interpretação, para decifrar a diacronia das repetições inconscientes, deve introduzir na sincronia dos significantes que nela se compõem algo que, de repente, possibilite a tradução – precisamente aquilo que a função do Outro permite no receptáculo do código, sendo a propósito dele que aparece o elemento faltante (Lacan, 1958[1998], p. 599).

Retoma-se, assim, a relação sincronia-significante e diacronia-significado. A isso, soma-se um gesto fundamental apontado por Lacan, a interpretação, que vai justamente articular os dois eixos. Algo que se introduz na sincronia (lacaniana), ou seja, no encadeamento de significantes, produz um efeito de decifração na diacronia (lacaniana) das repetições. Há assim um gesto produzido sobre a série sincrônica que retroage no conjunto diacrônico.

A segunda ocorrência no texto de 1958 introduz novos elementos à cena:

As necessidades subordinam-se às mesmas condições convencionais que são próprias do significante em seu duplo registro – sincrônico, de oposição entre elementos irreduzíveis [o código], e diacrônico, de substituição e combinação [cadeia] –, pelas quais a linguagem, se certamente não preenche tudo, estrutura a totalidade da relação inter-humana (Lacan, 1958[1998], p. 625).

Ao registro do sincrônico, Lacan atribui então o caráter negativo e diferencial do signo, o que, na linguística saussuriana, chamamos de teoria do valor. É novamente a concepção que Lacan tem de diacronia que impõe dificuldades ao leitor-linguista. À diacronia, o autor atribui a substituição e a combinação. Leio esses novos termos, substituição e combinação, na esteira da série estabelecida por Jakobson em seu texto “Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia”, escrito em 1954, publicado em 1956 e republicado com algumas alterações e acrescido de uma dedicatória à Raymond de Saussure no ano seguinte.

Nesse texto, Jakobson retoma as relações *in præsentia* e *in absentia* trabalhadas por Saussure em seus cursos de linguística, nomeadas relações sintagmáticas e associativas, respectivamente, e as articula<sup>17</sup> a dois tipos de afasia. Para propor tal articulação, Jakobson desdobra o funcionamento formulado por Saussure da seguinte maneira:

---

<sup>17</sup> Trago apenas um esboço da articulação de Jakobson, esta segue no horizonte de minhas pesquisas e será desenvolvida em texto posterior.

*relações sintagmáticas (in præsentia) – combinação/contiguidade – processos metonímicos*

*relações associativas (in absentia) – seleção/substituição – processos metafóricos*

E conclui dizendo que ambas as relações se manifestam em qualquer processo simbólico, tratando-se, portanto, do que os linguistas nomeiam de o caráter (Jakobson)/essência (Saussure) dupla da linguagem.

A leitura de Jakobson é explicitada na aula de 11 de novembro de 1957, em que Lacan (1957, p. 38) cita o linguista russo nominalmente:

Nesse texto em que vocês verão que isso que chamo, a partir de outros... foi Roman Jakobson que inventou... “a função metafórica e metonímica da linguagem” está ligada a qualquer coisa que se exprime muito simplesmente no registro do significante, as características do significante sendo elas... como já enunciei diversas vezes ao longo dos anos precedentes... da existência de uma cadeia articulada [...]

Em outros termos, em todo ato de linguagem a dimensão diacrônica é essencial, mas há uma diacronia implicada, evocada pela possibilidade permanente de substituição inerente a cada um dos termos do significante. Em outros termos, estas são as duas relações que vou lhes indicar:

–  $f(S...S1) S2 = S (-) s$  : diacronia – metonímia

–  $f(S/S1) S2 = S (+) s$  : sincronia – metáfora.

Para Jean-Claude Milner (2002), é precisamente a projeção do segundo eixo sobre o primeiro, ou seja, uma

projeção do eixo associativo sobre o sintagmático, que constituirá o que Lacan chama de cadeia significante, uma diacronia do discurso do sujeito falante.

Poder-se-ia afirmar, então, que aquilo que Lacan propõe como diacronia em 1956 (o significado, o conjunto dos discursos proferidos que agem sobre o sujeito) tanto quanto o que propõe em 1958 (as relações de combinação e substituição) inserem-se, do ponto de vista saussuriano, na dimensão sincrônica da língua, e dizem respeito ao segundo princípio do funcionamento linguístico, ou seja, a linearidade (ou, o tempo na sincronia). Mas isso não seria suficiente.

O deslocamento conceitual promovido por Lacan deve ser pensado tendo o sujeito (e não mais a língua) como objeto sobre o qual incidem os conceitos emprestados de Saussure. Para Fierens (2007), o passo de Lacan é dado ao pensar o significante no discurso e não mais na língua. Nesse sentido, se se estabelece uma relação sincrônica, portanto diferencial, entre dois significantes, é apenas na dimensão de uma diferença diacrônica que os significantes “caviar” e “salmão” poderão ser ouvidos por Freud no sonho da bela açougueira<sup>18</sup>. É na medida em que os significantes

---

<sup>18</sup> No sonho, a paciente gostaria de oferecer um jantar, mas há pouco salmão defumado, é domingo e o telefone está quebrado. Ela não pode fazer as comprar e renuncia, então, a oferecer o jantar. No trabalho de análise, outros significantes aparecem: o marido que queria emagrecer diz a um retratista que seria melhor que pintasse o traseiro de uma bela moça a seu rosto; a paciente que quer comer caviar, mas proíbe seu marido de o comprar, continuando irritada com ele; uma amiga magra que queria ganhar peso jantando em

“caviar” e “salmão” reencenam metonimicamente a açougueira e sua amiga, a partir de “um conjunto de enunciados concretamente proferidos”, que se produz uma projeção da diacronia sobre a sincronia. O autor situa, portanto, isso que chama de diferença diacrônica

“no interior” de um mesmo significante e supõe a sucessão do tempo. [...] ela é analisável no “salmão” que representa de início o prato preferido da amiga e que no sonho tomara em seguida um novo sentido para a açougueira. [...] a diferença diacrônica: não se tratará mais da oposição de dois significantes, mas do devir de um só significante (Fierens, 2007, p. 27-28).<sup>19</sup>

A proposta de leitura de Fierens para a diacronia lacaniana se instala no novo que se precipita na repetição de um significante para um sujeito. Essa diacronia marcaria, portanto, uma mudança das relações de valor de uma palavra quando de sua repetição pelo sujeito. Há um fragmento do CLG trabalhado por Arrivé (2007[2010]) e Pereira de Castro (2013) que parece tocar nisso que passamos a denominar diacronia lacaniana. O

---

su casa, comendo seu prato preferido: o salmão; seu marido que gosta de corpos cheios (cf. Freud 1900[2008]: 165ss). Com esse sonho, Freud reflete sobre o funcionamento da identificação na fantasia histórica.

<sup>19</sup> No original: « ‘à l’intérieur’ d’un même signifiant et suppose la succession du temps. [...] elle est analysable dans le ‘saumon’ qui représentait d’abord le plat préféré de l’amie et qui dans le rêve prendra ensuite un sens nouveau pour la bouchère. [...] la différence diachronique : il ne s’agira plus de l’opposition de deux signifiants mais du devenir d’un seul signifiant ».

excerto em questão se desdobra da pergunta “Que é a identidade sincrônica?”, ao que Saussure (1916[2002], p. 125-127) diz:

Quando, numa conferência, ouvimos repetir diversas vezes a palavra *Senhores !*, temos o sentimento de que se trata, toda vez, da mesma expressão, e, no entanto, as variações do volume de sopro e da entonação a apresentam, nas diversas passagens, com diferenças fônicas assaz apreciáveis [...]; ademais, esse sentimento de identidade persiste, se bem que do ponto de vista semântico não haja tampouco identidade absoluta entre um *Senhores!* E outro, da mesma maneira que uma palavra pode exprimir ideias bastante diferentes sem que sua identidade fique seriamente comprometida. [...] Cada vez que emprego a palavra *Senhores*, eu lhe renovo a matéria; é um novo ato fônico e um novo ato psicológico. O vínculo entre os dois empregos da mesma palavra não se baseia nem na identidade material nem na exata semelhança de sentido, mas em elementos que cumprirá investigar e que nos farão chegar bem perto da verdadeira natureza das unidades linguísticas.

Tal como na repetição do salmão e do caviar freudianos, ao repetir *Messieurs*, o linguista aponta para uma perturbação da identidade da palavra. Uma diferença “no interior de um mesmo significante”? É evidente que uma sobreposição conceitual dos autores seria irresponsável. São autores em épocas distintas e preocupações investigativas igualmente distintas. Entretanto, parece-me que Saussure toca nisso que Freud registrou e que Lacan destaca como elemento

fundamental do trabalho do analista: a escuta do novo na repetição.

## **5. O relançamento da questão: o sujeito, a língua e o Tempo**

É a noção de Tempo e sobre o que esta incide que se estabelece a distinção das propostas de Lacan e de Saussure. Para o linguista, o tempo incide sobre a língua e estabelece seus intervalos a partir das mudanças observadas em estados de língua distintos. Para o psicanalista, o tempo incide sobre o sujeito na língua, de modo a tratar como sendo diacrônica a linearidade da cadeia significante ou o conjunto de repetições que constituem a história do sujeito. Saussure funciona para Lacan, assim, como um domínio de memória, “em relação ao qual se estabelece laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica” (Foucault, 1969[1986], p. 65).

A investigação sobre o tempo tanto em Saussure quanto em Lacan possui desdobramentos que não podem ser reduzidos a uma quinzena de páginas. O que se propôs apresentar neste texto foi a atualidade da teoria saussuriana: o alcance de seu quadro conceitual, para além de seu campo de origem, constituindo-se como um domínio de memória para as ciências humanas. Uma dispersão que se de um lado promove desdobramentos teóricos significativos, produz também apagamentos. No caso do genebrino, o preço por sua dispersão nos anos de 1950 e 1960 foi o

apagamento do sujeito e da história, a cristalização de seus pares conceituais. Repito, então, Saussure, na aposta de que algo novo se produza:

Quanto mais se estuda a língua, mais se chega a compreender que *tudo* na língua é *história*, ou seja, que ela é um objeto de análise histórica e não de análise abstrata, que ela se compõe de  *fatos* e não de  *leis*, que tudo o que parece orgânico na linguagem é, na realidade,  *contingente* e completamente acidental (Saussure 1891[2004]: 131 – destaques do autor).

## Referências

ARRIVÉ, M. « Diachronie et linéarité », *Linx*, 7, 1995. Disponível em <http://journals.openedition.org/linx/1133>. Acesso em 10 dez. 2020.

ARRIVÉ, M. (1994) *Langage et Psychanalyse, linguistique et inconscient – Freud, Saussure, Pichon, Lacan*. Limoges: Lambert-Lucas, 2005.

ARRIVÉ, M. (2007) *Em busca de Ferdinand de Saussure*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

BÉGUELIN, M.-J. O estatuto das “identidades diacrônicas” na teoria saussuriana: uma crítica antecipada ao conceito de gramatização. In: BRONCKART. BULEA; BOTA (orgs.) *O projeto de Ferdinand de Saussure*. Fortaleza: Parole et Vie, 2014. p. 288-326.

BENVENISTE, É. (org.) "Lettres de Ferdinand de Saussure à Antoine Meillet publié par Émile Benveniste". *Cahiers Ferdinand de Saussure*, n. 21, Genebra: Droz, 1964, pp. 87-130.

BUYSENS, E. « Les six linguistiques de F. de Saussure ». *Revue de Langues Vivantes*. Bruxelles : Didier, 1942, p. 1-19.

CHISS Jean-Louis. « Synchronie/diachronie : méthodologie et théorie en linguistique ». *Langages*, ano 12, n°49, 1978.

CHISS, J.-L.; PUECH, C. "F. de Saussure et la constitution d'un domaine de mémoire pour la linguistique contemporaine", *Langages*, ano 28, n°114, 1994, pp. 41-53. Disponível em: [www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge\\_0458-726X\\_1994\\_num\\_28\\_114\\_1676](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726X_1994_num_28_114_1676). Acesso em jun. 2018.

CRUZ, M.A. "Uma contradição aparente em Saussure: o problema da relação língua-história". In FIORIN; FLORES; BARBISAN. *Saussure – a invenção da linguística*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 33-44.

DE MAURO, T. (1967). "Notes biographiques et critiques sur F. de Saussure". In : SAUSSURE, F. (1916). *Cours de linguistique générale*, edição de Charles Bally e Albert Sechehaye, Genebra: Payot, 2005, pp. 319-404.

FIERENS, C. *Logique de l'inconscient – Lacan ou la raison d'une clinique*. Paris : L'Harmattan, 2007.

FREUD, S. (1900) *La interpretación de los sueños (primeira parte)*. In. *Obras completas* vol. IV. Buenos Aires: Amorrortu editores, 2008.

FOUCAULT, M. (1969) *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

GODEL, R. (1957) *Les sources manuscrites du Cours de Linguistique Générale de F. de Saussure*. Genève : Droz, 1969.

GODEL, R. (1976) "Sincronia, Diacronia e Pseudodiacronia". *Cahiers Ferdinand de Saussure* 38. Genève : Droz, 1984, p. 169-186.

GAMBARARA, D. « Diachronie et sémiologie ». *Cahiers Ferdinand de Saussure* 45. Genève : Droz, 1991, p. 183-199.

JAKOBSON, R. (1928) "The concept of sound law and the teleological criterion". In *Selected Writings I – Phonological studies*. The Hague : Mouton & co., 1962, p. 1-2.

JAKOBSON, R. (1952-1953) "Patterns in linguistics (Contribution to debates with anthropologists)". In *Selected Writings II – Word and Language*. The Hague : Mouton & co., 1971. p. 222-228.

JAKOBSON, R. (1929) « Proposition au premier congrès international de linguistes ». In *Selected Writings I – Phonological studies*. The Hague : Mouton & co., 1962. p. 3-6.

JAKOBSON, R. (1954-1957) "Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia". In *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 2008, p. 34-62.

KRUTZEN, H. *Index référentiel* – Jacques Lacan, Séminaire 1952-1980. Paris : Anthropos, 2003.

LACAN, J. (1956) “O seminário sobre ‘A carta roubada’”, in: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, pp. 13-66.

LACAN, J. (1957-1958) *Séminaire Les Formations de l’inconscient*. Disponível em <http://staferla.free.fr/S5/S5.htm>. Acesso em maio. 2022.

LACAN, J. (1958-1959) *O Seminário – livro 6 O desejo e sua interpretação*. Rio de Janeiro: Zahar ed., 2016.

LACAN, J. (1956). A coisa freudiana. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1998. p. 402-437.

LACAN, J. (1958). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1998. p. 591-652.

MILNER, J.-C. *Le périple structural – figures et paradigme*. Paris: Seuil, 2002.

PEREIRA DE CASTRO, M.F. “Pequeno ensaio sobre o Tempo na teorização saussuriana”, In: FIORIN; FLORES; BARBISAN (orgs.) *Saussure: a invenção da linguística*. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 87-98.

PUECH, C. (2000). “L’esprit de Saussure : réception et héritage (l’héritage linguistique saussurien : Paris contre Genève)”. In: *Les dossiers de HEL*, Paris, SHESL, n. 3, 2013. Disponível em: [htl.linguist.univ-paris-diderot.fr/num3/puech.pdf](http://htl.linguist.univ-paris-diderot.fr/num3/puech.pdf). Acesso em jun. 2018.

SAUSSURE, F. de. (1891). Primeira Conferência à Universidade de Genebra (novembro de 1891). In : *Escritos de linguística geral*, edição de R. Engler e S. Bouquet. São Paulo: Cultrix, 2002, p. 126-136.

SAUSSURE, F. de. (1916). *Cours de linguistique générale*. Tomo 1, edição crítica de R. Engler, Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1968.

SAUSSURE, F. de. (1916). *Curso de linguística geral*, edição de Charles Bally e Albert Sechehaye, São Paulo: Cultrix, 2002.

SAUSSURE, F. de. *Recueil des publications scientifiques de Ferdinand de Saussure*. Edição de Bally, C. e Gautier, L. Genebra: Payot, 1922.

TESTENOIRE, P.-Y. “Genèse d’un principe saussurien : la linéarité”. *Revue Recto/Verso*, n. 6, 2010. Disponível em <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01395909>. Acesso em jun. 2018.

VERJANS, T. « Note liminaire du traducteur – Sur la relation de Coseriu à Saussure ». In COSERIU, Eugenio. « Synchronie, diachronie et histoire. Ch. I, L’apparente aporie du changement linguistique. Langue abstraite et projection synchronique » *Texto!*, vol. XI, n°1, 2006. Disponível em: [http://www.revue-texto.net/Saussure/Sur\\_Saussure/Coseriu\\_Diachronie\\_1.html](http://www.revue-texto.net/Saussure/Sur_Saussure/Coseriu_Diachronie_1.html). Acesso em jun. 2018.



## **Conversas em Tocantins: um transitar pela construção cotidiana do saber**

Ana Cláudia Fernandes Ferreira

### **Aquecimento para a entrada no tempo das histórias**

Quando fui convidada pelo Edicarlos para participar do III Seminário de História das Ideias Linguísticas a ser realizado no *campus* de Porto Nacional da Universidade Federal de Tocantins, me propus a apresentar um trabalho intitulado *Uma história em muitos tempos no tempo das histórias: a construção cotidiana do saber*. O título tinha a ver com minhas inquietações sobre como o saber se constrói no cotidiano. Ao mesmo tempo, tinha a ver com o meu cotidiano sempre corrido, mas que, mesmo assim, acaba inventando tempo para construir saberes na história das ideias linguísticas.

Então resolvi levar para o evento uma sinopse de trabalhos que realizei tematizando a construção cotidiana do saber e um esboço de novas reflexões sobre o tema. Preparei a fala a partir de um artigo (Ferreira, 2023b) elaborado com base no meu memorial de concurso em história das ideias linguísticas no IEL da Unicamp e no meu último relatório de atividades docentes. Ao lado disso, também quis trazer para a fala

considerações sobre o funcionamento da construção cotidiana do saber, não mais a partir da minha história pessoal, mas pela análise do percurso dos trabalhos de autores dos estudos da linguagem. Por fim, também preparei apontamentos de reflexões novas, que queria muito compartilhar com o público.

Preciso dizer que não apresentei nem a metade do que havia preparado. No entanto, tantas discussões e conversas aconteceram em Tocantins antes, durante e depois do evento, que o que não foi dito não fez falta. Para o presente ensaio, pretendo contar como venho pensando a questão da construção cotidiana do saber na história das ideias linguísticas em meio à minha experiência de ida ao Seminário de Porto Nacional. Ou melhor, quero contar o que ficou, o que lembro dessa experiência hoje, junto com o que eu vir a lembrar, de outras experiências, no decorrer da escrita.

E a primeira coisa que lembrei agora que estou aqui escrevendo foi o texto “Ir ao congresso: fazer a história das ideias linguísticas?”, de Eni Orlandi (2002). À interrogação do título, respondi imediatamente que sim. Mas é melhor ir ao texto. Mas pera aí... Vamos colocar o texto nas referências bibliográficas antes para não esquecer. Agora vamos colocar as referências dos textos que eu sei que vou citar. Agora vai. Telefone toca. Chegou entrega do supermercado Dalben. Vamos receber as compras, pagar e guardar tudo. Agora vai. Café com leite e de volta ao teclado. Escrita não rendeu. Pausa para o almoço. Lembrei de uma coisa que eu tinha pensado sobre o cotidiano quando estava tentando tirar uma soneca na rede para me

livrar do cansaço pós almoço, que é o seguinte: a gente acaba inventando tempo para construir o saber na correria do cotidiano, mas essa correria também acaba fazendo a gente esquecer de muitas coisas que elaborou ou que queria elaborar, e que precisarão ser lembradas e reelaboradas novamente pelo trabalho com a escrita. Preciso colocar Michel de Certeau nas referências. Feito. Ah, também enquanto eu estava na rede, lembrei que havia prometido vinte páginas para o Edicarlos. Vinte páginas! Mas agora me dei conta de que não lembro mais de muita coisa que a gente havia conversado em Tocantins, e eu prometi vinte páginas! É que o evento me deixou empolgada. Disso eu me lembro bem. Eu nunca tinha ido a Tocantins. A aventura de conhecer um lugar novo me aguardava, eu ia reencontrar o Edicarlos na universidade em que ele trabalha, ia conhecer, ainda que um pouquinho, a cidade de Palmas, depois viajaria para Porto Nacional e conheceria um pouquinho de Porto Nacional também. Ia rever o Rogério, o Gabriel e o Élcio (que acabou não podendo ir...), ia conhecer pessoalmente o Bruno, de quem eu já havia ouvido muito falar... Tinha certeza que o evento seria muito bacana, que esse (re)encontro renderia boas conversas e muitas risadas. E foi assim mesmo. Depois voltei entusiasmada com tudo o que conversamos, cheia de ideias e vontade de escrever! No entanto... as tais “múltiplas urgências do cotidiano” (Pêcheux, 1983) foram desfazendo as lembranças e soterrando o porvir de tantos projetos de reflexão escrita. Vamos colocar o Pêcheux nas

referências... Hoje, tanto tempo já passou... Quero agora reencontrar alguns fios desses projetos.

*“O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo.”* (Paul Leuilliot, 1977, *apud* Certeau, [1994] 2013, p. 31 – itálico do texto)<sup>1</sup>.

Eu quero os dias perfeitos da ausência de compromissos urgentes para ter compromisso apenas com o texto a ser escrito. Quero fugir do texto quando der vontade e voltar a ele logo depois, porque, na fuga, ele veio comigo, me fez pensar em uma questão, depois em outra questão, e em outra... Lembro de quando eu vivi essa experiência com profundidade durante a escrita da minha tese de doutorado. Não tinha hora para acordar. Levantava somente quando todo o sono já tinha ido embora. E tomava o meu café lentamente. Fazia uma hora inteirinha de esteira ouvindo música no... esqueci o nome do aparelho... ah, no mp3! Caminhava na esteira ouvindo músicas que me faziam viajar como um hamster sonhador. De quando em quando, cantava desafinada um refrão ou outro das músicas que eu mais gostava, que eram de várias

---

<sup>1</sup> Esta citação foi retirada de um prefácio escrito por Paul Leuilliot para a obra *Por une histoire du quotidien au XIX<sup>e</sup> siècle en Nivernais*, de Guy Thuillier (1977), para compor o introito intitulado “Anais do cotidiano” de Michel de Certeau do segundo volume de *A invenção do cotidiano* (Certeau, Giard, Mayol [1994] 2013).

línguas – francês, inglês, espanhol, português de Portugal, português brasileiro... e tentava traduzir selvagemmente as letras que escutava. Algumas nuances de sentido se desfaziam e outras emergiam nas traduções dessas viagens musicais entre línguas. Depois ia tomar um banho quentinho, almoçava devagar, escovava os dentes tranquilamente... Apenas e somente apenas após todo esse ritual – que consumia metade do dia –, eu ia escrever a tese, lá pelas quatro da tarde. Fazia, claro, outras pausas para comer, alongar, e ficava até altas horas da madrugada na escrita. Luxo total. Felicidade. Mas também agonia, desespero, choros... Sentimentos mil de viver (n)a escrita!

O trabalho com o texto requer um aquecimento. Vai acontecendo aos pouquinhos. Mas é aquecimento e sofrimento, porque este texto aqui, fechadinho, terminadinho, não existe ainda, a não ser na Biblioteca do Jorge Luis Borges. Onde estará a melhor versão deste texto na Biblioteca do Borges? Esta é uma pergunta que comecei a fazer quando estava escrevendo minha tese. Nunca mais terei o tempo que tive quando escrevi a tese. O que não significa necessariamente que tenha sido uma tese genial. Foi o que deu. Gostei muito. Faltou muito. Como não poderia deixar de ser. Hoje não. Hoje é o que tem pra hoje. Ainda assim, não sei se, pela repetição do trabalho de escrita e leitura, se por me sentir estando muito tempo no mesmo lugar, com muitos projetos, mas pouco tempo... ainda assim, alguma coisa se move de vez em quando, alguma coisa nova acontece e *um saber novo se constrói*.

O saber vai se construindo em todo lugar. Do modo que dá. E o saber científico não poderia ser diferente. Mas o saber científico tem uma especificidade: ele precisa se ancorar no que já foi escrito. Lembrando Auroux, sem escrita não há ciência. Ao mesmo tempo, para fazer sentido, algo do saber científico precisa já estar reverberando na memória discursiva, que não é escrita, e sim sentido fazendo sentido, sendo materializado, incorporado. Nesse processo, esse saber vai perdendo o corpo que tinha para, com outras escritas, ganhar novo corpo. Trabalho com o mesmo e com o diferente, *paráfrase* e *polissemia* (Orlandi, 1978).

Gente, não é verdade que estou escrevendo exatamente do modo como estou vivendo a escrita. Isso seria impossível. Estou inventando. E tenho certeza que, depois de escrever tudo o que der vontade, terei que deixar o texto mais legível. Ainda mais eu, que odeio bagunça. Por enquanto, os parágrafos estão enormes. E não sou disso. Prefiro um parágrafo pequeno seguido do outro, tudo arrumadinho e bem *linkadinho*. Aliás, não sei como consegui me apaixonar pela análise de discurso – e principalmente pela questão da contradição! Acho que foi por desamparo mesmo, por ceticismo, porque, por mais que eu queira que o mundo seja *logicamente estabilizado* (Pêcheux, 1983), sei que esse mundo não existe. Mas, gente, não sou a rainha da organização. Na realidade, sou muito desorganizada e é por isso mesmo que preciso me organizar. Para que eu consiga respirar melhor... Ter algum lugar para me ancorar no

meio do caos. Como naquela passagem de “Vão surgindo sentidos...” sobre os *gestos fundadores*: “aqueles que assentam a turbulência do desconhecido e do sem-sentido no provisório descanso do que faz sentido, daquilo que acalma a relação do homem com o símbolo”. (Orlandi, 2001, p. 16).

Mas já estou enrolando muito. Deu. Agora vamos voltar ao texto da Eni Orlandi sobre os congressos. Bom, tive que parar para tomar o cafezinho da tarde e depois resolver algumas burocracias muito chatas (perdão dupla redundância!), porém inadiáveis. Café tomado e burocracias muito chatas resolvidas (perdão novamente!), vamos ao texto de Eni Orlandi (2002) sobre os congressos.

### **Ir a eventos, fazer história das ideias linguísticas**

Gostaria de retomar aqui a análise que Eni Orlandi (2002) faz da palestra de Mattoso Câmara sobre Congressos Internacionais de Linguística. Orlandi conta que esteve presente na palestra de Mattoso, realizada no Sedes Sapientiae da PUC-SP, nos anos 1960. Ao analisar a posição-sujeito-linguista constituída a partir da leitura de Mattoso Câmara sobre os Congressos Internacionais de Linguística, a autora observa que Mattoso não afirma sua posição enquanto participante desses eventos, mas sua fala faz uma história das ideias linguísticas e se configura como uma preparação para a vinda de Congressos brasileiros, bem como para a nossa visibilidade enquanto linguistas.

Também gostaria de destacar as palavras da autora sobre a posição-sujeito-linguista de Mattoso de não colonização intelectual:

“Mattoso está, em sua palestra, projetando a necessidade de associações e seus Congressos no Brasil, por isso fala de si, enquanto lingüista, fala da importância dos Congressos igualando a crônica das reuniões à história das idéias lingüísticas. Isto, a meu ver, aponta para um projeto: o de termos nossas instituições e procedimentos coletivos para fazermos nossa história, traçarmos a visibilidade pública de nossa tradição. O que mostra um certo gosto pela independência e, ao mesmo tempo, uma não indiferença com a história. Modo de ser do brasileiro em que não faz efeito a colonização intelectual.” (Orlandi, 2002, p. 53-54).

Essa posição também é observada pela autora em sua análise sobre o relato do único evento em que Mattoso esteve presente e apresentou um trabalho. Trata-se do 9º Congresso Internacional de Linguística, realizado nos Estados Unidos, em que Mattoso conta ter apresentado sua comunicação, em francês, sobre as formas verbais do futuro do pretérito, de acordo com a denominação dada a essas formas por Said Ali. Embora Mattoso pudesse ter apresentado sua comunicação, nos Estados Unidos, em inglês, optou pelo francês. Ao mesmo tempo, não deixou de sublinhar a proposta de Said Ali de denominar de futuro do pretérito o então chamado “condicional”, trazendo para a história das ideias linguísticas o nome de um autor brasileiro e fazendo referência a uma de suas importantes contribuições para os estudos linguístico-gramaticais.

Hoje, já temos inúmeros congressos de linguística no Brasil, bem como vários eventos de história das ideias linguísticas acontecendo em todas as regiões do país. São eventos fundamentais para a visibilidade, a divulgação e a circulação do que fazemos.

Rememorando novamente minhas experiências particulares em eventos científicos, posso dizer que muitas delas foram bastante produtivas e outras nem tanto. Um congresso, antes de mais nada, é parte da indústria científica e, por isso mesmo, quando o foco fica simplesmente no *produto*, o congresso pode acabar significando apenas como uma fábrica de certificados. Será sempre o *processo*, entre um antes e um depois, que fará com que os produtos apresentados em um evento signifiquem enquanto parte importante das práticas cotidianas que envolvem a construção do saber científico nas instituições do saber.

Então, cabe indagar: O saber científico se insere em um evento como mais uma mercadoria em exposição com prazo de validade a vencer, como uma curiosidade passageira, ou como algo que faz um sentido mais duradouro, que modifica o modo pelo qual olhamos o mundo? Difícil saber, porque o sujeito do conhecimento não é uno e os saberes também não são. De minha parte, penso o saber científico como algo que é necessariamente incompleto, como um campo de horizontes e também de utopias. No confronto com o desconhecido, com o que virá a ser conhecido, com a alteridade, os saberes que se desenvolvem no meio acadêmico vão se constituir em algo circunscrito pela sistematização da escrita. Estar em eventos científicos

é parte de um processo importante da vida acadêmica, de que podemos participar e fazer história. Foi o que aconteceu no Seminário de História das Ideias Linguísticas da UFT, em Porto Nacional.

### **Falando no/do III Seminário de História das Ideias Linguísticas**

Farei uma breve retomada do que apresentei no III Seminário de História das Ideias Linguísticas buscando mostrar como a questão da construção cotidiana do saber se inscreve em um conjunto de reflexões produzidas no tempo de muitas histórias, ao mesmo tempo em que permite que outras e novas reflexões aconteçam.

Abri minha fala evocando *o tempo das histórias* discutido por Michel de Certeau (1980), quando o autor questiona o funcionamento da “descrição” historiográfica e afirma que a erudição e as taxonomias da prática historiográfica não se dão sem a arte da narração. Com essa evocação, quis me colocar como a “dançarina disfarçada de arquivista” de que fala Certeau, e ensaiar novas maneiras de fazer história das ideias linguísticas.

Então lembrei dos meus primeiros passos, vindos de uma viagem pessoal pelo saber, realizada durante a minha infância. Essa viagem se deu com o deslumbramento que eu tinha pela série de TV *Cosmos*, apresentada pelo astrofísico Carl Sagan, com as brincadeiras na rua de casa, quando eu me

transformava em astronauta de naves espaciais desenhadas no chão do asfalto usando pedaços de tijolo quebrado, com as incursões junto à turma da rua para desbravar vários cantos do bairro, incluindo a Unicamp, e com as caçadas de pedrinhas “preciosas” (quartzo, na verdade...) executadas no entorno do lago que chamávamos de “Rio Negro”, e que hoje resolveram chamar de Parque Ecológico... Conteí que, nos primeiros anos da escola, gostava de ficar conjugando todos os tempos e modos verbais e adorava inventar conjugações que não existiam. Fiz questão de lembrar minha primeira viagem sobre a história das línguas pela enciclopédia de casa, através de uma imagem de árvore genealógica do indo-europeu que muito me fascinava...

Gente, aqui é a Ana do tempo futuro, da revisão do texto. Ontem à noite, quando eu estava quase dormindo, mas não dormia porque ficava pensando neste texto, fiquei com vontade de compartilhar a imagem da genealogia das línguas da enciclopédia que a gente tinha em casa, que continuou comigo depois, como herança, e que agora faz parte da minha biblioteca. Compartilhando a imagem, poderei contar mais um pouco do meu fascínio diante dessa metáfora da história das línguas e ainda conseguirei chegar às vinte páginas de texto prometidas para o Edicarlos.



intrigava, nessa imagem? Se hoje, em razão de minha inscrição na história das ideias linguísticas, posso afirmar que essa imagem é uma metáfora, um sonho, uma mitologia científica, uma ficção, uma ecolalia, uma loucura... (Gaded & Pêcheux, 1983; Orlandi & Souza, 1988; Auroux, 1992, Heller-Hoazen, 2010, Demoule, 2014), nem por isso ela deixa de contar *uma* história e continuar a fascinar.

Voltando à minha viagem pessoal pelo saber na infância. Já naquele momento, saberes da física, da química, da biologia, das letras, da linguística iam se apresentando para mim... Saberes guardados em livros antigos, em tesouros, gênios da língua e em bibliotecas já desaparecidas chegavam para mim pelos livros da escola, pelas enciclopédias, pela TV e pelo cinema. Saberes que fizeram parte de minha formação inicial e que me faziam sonhar por entre o passado, o presente e o futuro.

Agora voltando à minha fala no evento, também lembrei da minha primeira tentativa de prestar vestibular, da frustração de não ter passado, e de minha ida para a *escola da vida*, que acabou me fazendo voltar à Unicamp novamente, não mais para brincar, mas sim para trabalhar na cantina do IFCH. Lembrei, ainda, de minha segunda tentativa de prestar vestibular, seis anos depois, do êxito e das fantasias advindas quando soube que fui aprovada em Linguística na Unicamp: *Vou ser uma Indiana Jones das línguas!* Quanto ao meu terceiro retorno à Unicamp, não pude deixar de lembrar que me deparei com uma realidade bem menos fantasiosa, que era a do linguista

do século XX, mas também me vi diante de muitos desafios instigantes, com horizontes até então inimaginados, projetando novas viagens pelo saber.

Então passei a falar de minha *aventura diante e dentro da linguagem* (Vogt, 1974) como aluna do IEL da Unicamp. Aventura que começou a ganhar contornos específicos em um período de formação – graduação, mestrado e doutorado – de dez anos, que mudou a minha vida completamente. Mencionei que, em minha formação universitária, tive a felicidade de assistir a várias Jornadas de História das Ideias Linguísticas.

Agora a Ana da revisão do trabalho está perguntando de quando é a primeira dessas jornadas em que estive presente. Pera aí, deixa eu ver... Ah, sim! Doze de julho de 2001: Jornada História das Ideias Linguísticas: Ética e Política das Línguas. Principalmente no começo de minha formação, na graduação e também no mestrado, eu me via como espectadora tímida nesses eventos, mas sabia que era importante estar ali, embora não me visse como quem participava de igual para igual. Mas já fazia história, a minha, na história das ideias linguísticas. Vários convidados que vinham falar eram franceses e eu não entendia francês. Felizmente, a profa. Eni Orlandi costumava perguntar à plateia se seria necessário traduzir a fala do convidado e eu, com timidez e tudo, dizia que sim. Mesmo quando eu era a única a levantar a mão, a tradução era feita. De alguma maneira, eu sabia que o gesto da profa. Eni Orlandi era importante. Assim como o meu gesto, de levantar a mão. Praticávamos uma política intelectual articulada a uma ética e

política das línguas que não era indiferente com a história, fazendo frente às relações de poder que se colocavam entre duas línguas de ciência.

Em minha fala no evento também contei um pouco de minha passagem de aluna para professora, com novos desafios no processo de construção cotidiana do saber, na Unimep, na Univás e depois voltando novamente à Unicamp. Experiência difícil a cada novo começo, mas que afetou incontornavelmente o modo como eu significava e me significava em relação à produção de conhecimento. Eu, que não queria ensinar, mas apenas pesquisar, consegui, aos poucos, entender que a sala de aula também podia ser um espaço de produção de conhecimento, não apenas de reprodução.

Já não lembro agora se, durante minha apresentação no seminário, consegui discutir outros modos de funcionamento da construção cotidiana do saber, não mais a partir da minha história pessoal, mas pela análise do percurso dos trabalhos de autores dos estudos da linguagem. Acho que não falei disso não. Mas queria ter falado rapidamente de um trabalho recente que desenvolvi em coautoria com o Michel Faria sobre o funcionamento do *a gente* em obras de Said Ali (Ferreira; Faria, 2022). Queria mostrar como a passagem do *a gente* de terceira para primeira pessoa retornava como uma questão em várias publicações do autor, configurando um percurso importante da construção cotidiana do saber sobre a língua nacional e a gramatização brasileira. E queria ainda ter apresentado, também rapidamente, um trabalho em

desenvolvimento sobre o papel da análise do discurso na história das ideias linguísticas (Ferreira, 2023b). O objetivo era mostrar como questões presentes nas primeiras publicações de Eni Orlandi em análise de discurso foram fundamentais para o modo como a autora vai fazer história das ideias linguísticas e para o modo como essa área terá delineamentos específicos no espaço brasileiro.

Acompanhar o processo de construção cotidiana do saber pelo desenrolar de questões e formulações que se apresentavam nos trabalhos de autores dos estudos da linguagem era algo que eu já vinha fazendo desde meus trabalhos de graduação e de pós-graduação. Na graduação, minha pesquisa se voltou para os estudos da significação no Brasil, na USP e na Unicamp, nas décadas de 1970 e 1980. Apenas isso já me fez compreender o quanto os saberes se disciplinaram e se institucionalizam de maneiras específicas (Ferreira, 2002). No mestrado, pude observar como *uma teoria semântica argumentativa* proposta na tese de doutorado de Carlos Vogt (1974) se tornou nome de disciplina no ano seguinte – *semântica argumentativa* – e pôde se projetar em trabalhos de outros autores, como Oswald Ducrot e Eduardo Guimarães (Ferreira, 2005). Nesse trabalho, pude observar também como, mesmo sob o efeito de unidade do nome, as obras desses autores, embora tivessem pontos em comum, traziam reflexões, teorizações e análises muito distintas. Efeito das condições de produção do discurso científico nos espaços francês e brasileiro. No doutorado, voltei a

percorrer os processos de disciplinarização e institucionalização, desta vez, pensando as condições de produção dos discursos sobre o nome *linguística* na Unicamp ao lado de outros nomes dos estudos da linguagem (Ferreira, 2009). Fazer esse trabalho também me levou a compreender um mesmo funcionamento: o do efeito de unidade dos nomes das teorias e o das diversas maneiras pelas quais esses nomes, em diferentes condições de produção, recobriam domínios distintos. É o caso, por exemplo, do *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*, de Oswald Ducrot e Tzvetan Todorov (1972), em que a teoria literária se encontrava incluída no âmbito das ciências da linguagem. O que não ocorreu no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, que não foi chamado de Instituto de Ciências da Linguagem justamente porque os literatos que faziam parte das discussões sobre a criação do novo instituto na universidade não tinham interesse em comprometer o domínio de seus estudos com termo *ciência*.

Assim, a questão da construção cotidiana do saber, em suas condições de produção, já se apresentava junto aos objetos de minhas reflexões desde a minha formação. O modo como pude desenvolver essas reflexões, na história das ideias linguísticas, em articulação com a semântica da enunciação e a análise de discurso, foi decisivo para a maneira como compreendo o que é fazer história das ideias linguísticas. Nomes de instituições, áreas, disciplinas, teorias, autores. Quanto mais olhamos para esses nomes, mais compreendemos o quanto eles

se constituem enquanto unidades imaginárias. Mas, assim como as *línguas imaginárias* (Orlandi, 1985, 2009; Orlandi e Souza, 1988), esses nomes não deixam de ter efeitos no real.

Sempre me fascinou perceber como os saberes são diversos, como as instituições do saber, apesar de discipliná-los, não os aprisionam. O saber precisa se movimentar e responder às questões ligadas a determinadas condições materiais de existência do sujeito na sociedade. Um saber que se construiu em determinado lugar não é uma descoberta de algo que estaria *já-lá* e que poderia ter acontecido em qualquer lugar – e em qualquer língua. Ainda que tenhamos muita repetição de teorias estrangeiras, elas acabam sendo ressignificadas, incontornavelmente. E isso ocorre em qualquer lugar do mundo, em todas as línguas de ciência.

Mas, voltando à minha fala... Precisei terminar bem antes porque o meu tempo já tinha acabado. Agradei, ganhei palmas, fiquei feliz e frustrada, mas mais feliz do que frustrada. Geralmente consigo apresentar minhas falas do começo ao fim. Mas não foi o que aconteceu nesse evento. De certo modo, era porque eu estava afetada por um efeito de completude e, além disso, vinha reunindo muitos apontamentos que precisavam ser mais bem elaborados. As conversas em Tocantins contribuíram fortemente para essa elaboração. E a *deadline* para o envio deste texto também.

## Conversas sobre língua, linguagem e línguas da ciência

As conversas em Tocantins... Como posso contá-las depois de tanto tempo? Tentarei trazer, agora, inquietações sobre o tema da construção cotidiana do saber levando em conta um transitar de conversas proporcionado durante as falas e discussões no seminário, mas também antes e depois dele: na estrada de Palmas a caminho de Porto Nacional com o Bruno, no bar e no restaurante na beira do rio Tocantins, com todo mundo junto, no aeroporto, de madrugada, voltando para casa... Não me perguntem o que foi discutido em cada uma dessas ocasiões. Muito provavelmente vou misturar tudo, mas o que importa é o fio das reflexões que busco reconstruir agora, pois ele não é muito diferente do que foi construído então, ainda que não seja o mesmo.

Em razão de outras reflexões que eu vinha fazendo sobre palavras e noções metalinguísticas, comentei com o Bruno Turra, ainda no caminho de Palmas para Porto Nacional, que eu achava interessante que, em francês e em português, por exemplo, as palavras *língua* e *linguagem* se transformaram em termos distintos na linguística. Que, no caso de Saussure, ele elaborou essa distinção partindo das palavras disponíveis no francês. Então perguntei para o Bruno sobre as traduções diversas do *Cours*. Ele comentou que havia várias discussões sobre problemas tradução do *Cours* em francês para outras

línguas. Já não me lembro mais quando e onde outras questões foram surgindo a partir dessa conversa, mas vou citar algumas delas: as palavras *língua* e *linguagem* não estão necessariamente disponíveis nas práticas cotidianas de outras línguas, os recortes que fazemos nas línguas neolatinas entre *língua* e *linguagem* podem não fazer sentido em outras línguas, e haveria muitos outros modos possíveis de recortar e significar o que recortamos e significamos por meio dessas duas palavras. Bruno observou, por exemplo, que em chinês havia dificuldades muito interessantes de tradução do *Cours*.

Também não me lembro quando e onde conversamos sobre o fato de que, em inglês, a palavra *language* entrou como termo na linguística de Chomsky, não havendo na obra dele uma distinção entre *língua* e *linguagem* como a que existe na obra de Saussure. Por outro lado, em traduções das obras de Chomsky do inglês para o português, *language* ora é traduzida como *língua*, ora como *linguagem*, sendo que em inglês não há essa diferença. Outra pergunta que ficou é: como é traduzida a diferença teórica de *language* em relação à competência e à performance? Mesmo sem resposta a essa questão, pudemos ainda discutir como palavras de determinadas línguas podem se transformar em noções e conceitos que dizem respeito ao funcionamento de outras línguas, e como a tradução acaba por interferir no sentido do que é traduzido, ou seja, como as categorias da língua que vai traduzir podem dar sentidos outros aos conceitos estrangeiros.

Além dessa conversa, tivemos muitas outras. Mas não estou conseguindo lembrar de mais nenhuma agora. Deve ser porque fiquei completamente obcecada pelas aventuras da dupla *língua* e *linguagem* em suas traduções para outras línguas de ciência. Então, a seguir, ensaiarei um desenvolvimento desse tema.

## **Ensaio de reflexão após as conversas em Tocantins**

Depois das conversas em Tocantins, foi preciso fazer o que um cientista deve fazer quando escreve. Organizar as questões, expô-las ao leitor de maneira mais detalhada, analisar textos, tirar consequências das análises e apresentar algumas compreensões do trabalho de maneira embasada. Então vamos tentar.

A palavra *língua* tem uma longa história de sentidos no latim e nas línguas neolatinas. De acordo com Arnaud Fournet (2010), em latim, *língua* podia designar, por exemplo, o órgão anatômico, a língua de um povo, um dialeto, idioma ou modo de falar, a voz, a nota, o som, o latido de animais. Também conforme Fournet, enquanto a palavra *língua* (como órgão anatômico) deriva diretamente do latim, a palavra *linguagem* deriva do gallo-romano *linguāticu*. Ainda segundo o autor, muitas línguas românicas modernas, seguindo o impulso do francês antigo, mostram diferenças semelhantes entre *língua* e *linguagem*, sendo que, no francês, o gradual deslocamento de *linguagem*

para *língua* começou por volta de 1600 e foi definitivamente realizado antes de 1800.

Importante sublinhar que esses momentos são significativos para a construção dos saberes metalinguísticos: a gramatização massiva das línguas do mundo teve início no final do século XV e a linguística histórica começa a se constituir no final do século XVIII, sendo consolidada no século seguinte. Não menos importante é o fato de que, no século XX, a distinção entre *língua* e *linguagem* comparece como objeto de reflexão que é decisivo no *Curso de Linguística Geral* de Ferdinand de Saussure (1916), permitindo a definição de língua como um sistema e enquanto o objeto de conhecimento da linguística. Em seu curso, lemos que “Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto” (p. 15). Isso nos leva a observar o quanto o processo de construção de saberes metalinguísticos impactou nos modos de significação das palavras *linguagem* e *língua*: circunscritas pela língua da ciência, elas passam a significar enquanto noções e conceitos teóricos; e enquanto noções e conceitos teóricos, podem retornar à condição de palavras comuns das práticas languageiras cotidianas, mas ressignificadas.

Em português brasileiro, são vários os sentidos de *língua*, bem como suas derivações e especificações, que podem ou não coincidir com outras línguas. Temos, por exemplo, *língua geral*, *língua franca*, *língua oficial*, *língua nacional*, *língua pátria*, *língua estrangeira*, *língua materna*, *língua mãe*, *língua universal*, *língua natural*, *língua artificial*, *gramática*, *língua da ciência*... Conforme

Eni Orlandi (1985, 2009) e Eni Orlandi e Tânia Clemente de Souza (1988), a sistematização linguística produz artefatos, *línguas imaginárias*. Em Orlandi e Souza (1988), essa questão comparece formulada do seguinte modo:

“Não vamos nos estender na reflexão sobre o fato de que por um jogo de espelhos, objeto e método se configuram mutuamente e a tal ponto que não distinguimos mais entre o instrumento e o objeto da observação. Um reflete o outro. Deriva daí a produção contínua de artefatos (simulacros) que os analistas de linguagem têm produzido ao longo de sua história.

Artefatos, objetos-ficção, que nem por isso têm menos existência que o real.

A esses objetos-ficção é que chamaremos línguas-imaginárias. São as línguas-sistemas, normas coerções, as línguas-instituição, a-históricas. Construção. É a sistematização que faz com que elas percam fluidez e se fixem em línguas-imaginárias”. (p. 27-28)

Na história das ideias linguísticas, são inúmeros os trabalhos que estudam diferentes modos de construção de saberes linguísticos e a conseqüente constituição imaginária das línguas enquanto *maternas, oficiais, nacionais*, etc<sup>2</sup>. Maneiras de designar

---

<sup>2</sup> Apenas à título de ilustração, lembro os trabalhos de Orlandi (Org., 2001), Aquino (2012, 2019), Guimarães (2005), Guimarães (Org. 2001, 2003), Pfeiffer (2002), Payer (2007). Ao lado disso, também é importante lembrar de trabalhos produzidos em outros domínios dos estudos da linguagem sobre essas noções. Destaco,

dadas como evidentes, transparentes, mas que são, antes de mais nada, construções discursivas, recortes políticos produzidos a partir de condições materiais de existência específicas, sob determinadas condições de produção do discurso. E que, retomando as palavras das autoras citadas acima, “nem por isso têm menos existência que o real.”

Se as palavras *língua* e *linguagem* circulam cotidianamente nas línguas românicas, em inglês temos só *language*. *Língua* e *linguagem* em português, *langue* e *langage* em francês, *language* em inglês. São exemplos interessantes para refletir sobre diversas possibilidades de construção teórica a respeito do que seria *língua*.

Tendo isso em vista, penso que apreciar as maneiras pelas quais conceitos de uma língua de ciência são traduzidos para outra língua de ciência parece ser um interessante exercício de análise sobre o como se dá o confronto com a alteridade linguística e teórica. Esse confronto pode ser observado, por exemplo, em distintas traduções para o inglês do *Cours* de Saussure. Apresento a seguir um recorte da obra de Saussure ao lado de uma tradução em português brasileiro e de duas traduções em inglês:

---

por exemplo, os trabalhos de Castro (2009) que propõem uma nova conceitualização para a noção de língua materna.

<p><i>Il faut se placer de prime abord sur le terrain de la <b>langue</b> et la prendre pour norme de toutes les autres manifestations du <b>langage</b>. En effet parmi tant de dualités, la <b>langue</b> seule paraît être susceptible d'une définition autonome et fournit un point d'appui satisfaisant pour l'esprit. Mais qu'est-ce que la <b>langue</b> ? Pour nous elle ne se confond pas avec le <b>langage</b> ; elle n'en est qu'une partie</i></p>	<p><i>é necessário colocar-se primeiramente no terreno da <b>língua</b> e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da <b>linguagem</b>. De fato, entre tantas dualidades, somente a <b>língua</b> parece suscetível duma definição autônoma e fornece um ponto de apoio satisfatório para o espírito. Mas o que é a <b>língua</b>? Para nós, ela não se confunde com a <b>linguagem</b>; é somente uma parte determinada, essencial dela,</i></p>	<p><i>From the very outset we must put both feet on the ground of <b>language</b> and use <b>language</b> as the norm of <b>all other manifestations of speech</b>. Actually, among so many dualities, <b>language</b> alone seems to lend itself to independent definition and provide a fulcrum that satisfies the mind. But what is <b>language</b> [<i>langue</i>] ? It is not to be confused with <b>human speech</b> [<i>langage</i>], of which it is</i></p>	<p><i>The linguist must take the study of as his primary concern, and relate all other manifestations of <b>language</b> to it. Indeed, amid so many dualities, <b>linguistic structure</b> seems to be the one thing that is independently definable and provides something that our minds can satisfactorily grasp. What, then, is <b>linguistic structure</b>? It is not, in our opinion, the same thing as language. <b>Linguistic</b></i></p>
---	--	---	--

<p>déterminée, essentielle, il est vrai. C'est à la fois un produit social de la faculté du <b>langage</b> et un ensemble de conventions nécessaires, adoptées par le corps social pour permettre l'exercice de <b>cette faculté</b> chez les individus.</p> <p>[...] La <b>langue</b>, au contraire, est un tout en soi et un principe de classification. Dès que nous lui donnons la première place parmi les faits de <b>langage</b>,</p>	<p>indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de <b>linguagem</b> e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício <b>dessa faculdade</b> nos indivíduos.</p> <p>[...] A <b>língua</b>, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação. Desde que lhe demos o primeiro lugar entre os fatos da <b>linguagem</b>,</p>	<p>only a definite part, though certainly an essential one. It is both a social product of the faculty of <b>speech</b> and a collection of necessary conventions that have been adopted by a social body to permit individuals to exercise <b>that faculty</b>.</p> <p>[...] <b>Language</b>, on the contrary, is a self-contained whole and a principle of classification. As soon as we give <b>language</b> first place among the</p>	<p><b>structure</b> is only one part of <b>language</b>, even though it is an essential part. The <b>structure of a language</b> is a social product of our <b>language faculty</b>. At the same time, it is also a body of conventions adopted by society to enable members of society to use their <b>language faculty</b>.</p> <p>[...] A <b>language as a structured system</b>, on the contrary, is both a self contained whole and a principle of</p>
--	--	---	---

<p>nous introduisons un ordre naturel dans un ensemble qui ne se prête à aucune autre classification. (p. 25).</p>	<p>introduzimos uma ordem natural num conjunto que não se presta a nenhuma outra classificação. (p. 16-17)</p> <p>Tradução de 1970 por A. C, J. P. P, I. B.</p>	<p>facts of <b>speech</b>, we introduce a natural order into a mass that lends itself to no other classification. (p. 9).</p> <p>Tradução de 1959 por W. B</p>	<p>classification. As soon as we give <b>linguistic structure</b> pride of place among the facts of <b>language</b>, we introduce a natural order into an aggregate which lends itself to no other classification. (s.p.).</p> <p>Tradução de 1983 por R. H.</p>
--	---	--	--

Enquanto não há dificuldade aparente na tradução brasileira, as duas publicações em inglês apresentam soluções distintas para traduzir *língua* e *linguagem*. Na publicação de 1959, o conceito de *langue* é traduzido por *language* e *language [langue]*, e o conceito de *langage* é traduzido por *all other manifestations of speech, human speech [language]* e *speech*. Já na publicação de 1983, o conceito de *langue* é traduzido por *linguistic structure* e *language as a structured system*, e o conceito de *langage* é traduzido por *language*. Há, nas traduções para o inglês, uma interferência de palavras (e de conceitos?) do inglês (e das teorias linguísticas dessas línguas?). Interferências de ordens semelhantes e diferentes certamente se deram nas traduções do *Cours* para o alemão, o russo, o polonês, o húngaro, o japonês e o chinês, por exemplo. E por que não também para o português e para o português brasileiro? A tradução é sempre possível, sabemos. E sabemos também que ela sempre traz dificuldades, mesmo entre línguas muito próximas.

Na história da constituição dos saberes linguísticos palavras como *língua* e *linguagem* (e muitas outras, como *fala*, *voz*...) puderam se transformar em conceitos de teorias linguísticas. Os conceitos, além de não serem os mesmos nos mais variados domínios dos estudos da linguagem (eles estão sempre em movimento nas teorias), também sofrem diferenças que se instalam entre as diversas línguas da ciência. Diferenças essas que dizem respeito às condições de produção do discurso do/sobre o conhecimento linguístico do mundo, do sujeito, da sociedade, da língua...

Retomemos novamente Saussure, no capítulo “Matéria e Tarefa da Linguística: suas relações com as ciências conexas”: “A matéria da Linguística é constituída inicialmente por todas as manifestações da linguagem humana”. Depois, essa tarefa será especificada. No capítulo “Objeto da Linguística”, Saussure define seu objeto: a língua, distinguindo-o da linguagem. A língua, para ele, não se confunde com a linguagem, sendo definida como a parte social da linguagem. Indo para o capítulo “O valor linguístico”, a língua é definida como o intermediário entre o pensamento e o som. Mas, mais do que isso, o som e o pensamento são considerados enquanto duas massas amorfas que são recortadas pela língua, sendo a língua a elaborar suas unidades: o conceito e a imagem acústica, ou o significado e o significante. Ainda de acordo com o *Curso* de Saussure, a combinação dessas duas ordens, pela língua, produz uma forma e não uma substância. E mais: a língua é um sistema de signos constituídos pela relação entre significado e significante, sendo que os valores de suas unidades são diferenciais: sua característica é ser o que os outros não são.

Seguindo de perto a tradição de Saussure, que toma a língua como a parte social da linguagem, Émile Benveniste, notadamente em seu “Estrutura da língua e estrutura da sociedade” (Benveniste, 1968), vai voltar suas reflexões sobre a relação entre linguagem e sociedade, bem como entre a estrutura da língua e a estrutura da sociedade, o que o levará a afirmar que a língua é o interpretante da sociedade.

Uma questão importante na reflexão do autor é que ele distingue indivíduo e sociedade. A língua não é individual, mas social.

Na tradição da linguística francesa, com Saussure e Benveniste, ao lado de vários outros autores, a linguística se inscreve no interior das ciências humanas. Quando pensamos a produção dos estudos linguísticos em inglês, as tradições serão outras. Em inglês, a palavra *language* passará a um conceito teórico nas obras de vários autores. Outras palavras podem integrar a teoria, como *speech*, por exemplo, mas a conceituação será delineada a partir de outros contornos. Indo à teoria de Chomsky, o foco não será o aspecto social da linguagem, mas o biológico, e a linguística se inscreverá no interior das ciências biológicas.

A questão das diferenças entre teorias e línguas é explorada por Pêcheux e Gadet (1983). Os autores discutem essas diferenças considerando as condições de produção dos discursos da linguística relativamente ao modo como a questão do direito se estabelece nas tradições inglesa, francesa e estadunidense. O trabalho dos autores contribui para refletir sobre os efeitos da complexa relação entre língua, conhecimento, sociedade e história. Um deles diz respeito ao fato de que as palavras de uma língua significam relativamente às condições materiais de existência da sociedade, por meio das quais se dá a determinação histórica dos processos de significação pelo sujeito no social, suas condições de produção. Vale notar que falar de determinação histórica não é pensar em termos de determinismo, bem como considerar que o sentido

é relação à (Canguilhem, 1980) não é pensar em termos de relativismo. Nas palavras de Eni Orlandi (2001):

“É isso que significa a determinação histórica dos sujeitos e dos sentidos: nem fixados ad aeternum, nem desligados como se pudessem ser quaisquer uns. É porque é histórico (não natural) é que muda e é porque é histórico que se mantém. Entre o possível e o historicamente determinado é que trabalha a análise de discurso. Nesse entremeio, nesse espaço de interpretação. A determinação não é uma fatalidade mecânica, ela é histórica.” (p. 103)

Nenhuma palavra de uma língua será interpretada sempre do mesmo modo. A conceituação de uma palavra em uma teoria, embora possa, de certo modo, fixar o movimento de sentidos, também não será necessariamente interpretada do mesmo modo. A própria conceituação elaborada por um autor em uma teoria pode ser interpretada no âmbito da mesma teoria por outros autores de variadas maneiras. Em línguas outras, inscritas em outras condições de produção do discurso, os processos de interpretação e compreensão teórica também não poderiam ser iguais.

## **Ensaçando mais algumas palavrinhas**

É bem sabido na história das ideias linguísticas que a produção de conhecimento não é um espaço puramente epistemológico em que o desenvolvimento das reflexões seria um simples trajeto de busca por uma verdade, que já estaria pronta, aguardando

apenas ser descoberta. Lembrando Auroux (1992, p. 11): “Todo conhecimento é uma realidade histórica”. De uma perspectiva discursiva, tomo esta afirmação do autor tendo em vista que a produção de conhecimento se dá necessariamente pela relação entre língua e história, tal como apresentei anteriormente. Relação esta que é incontornavelmente ideológica e, por isso, política.

Quanto a isso, gostaria de retomar algumas reflexões elaboradas por Eduardo Guimarães (2001) sobre a necessidade de tomar o político como inscrito no próprio objeto de estudo e pensar uma política científica relativamente a uma política das línguas na América Latina. Considerações que são fundamentais para a compreensão da importância de que a ciência se produza em diversas línguas. Segundo Guimarães (2001):

Trata-se, então, de desenvolver não só uma reflexão política sobre Línguas para a América Latina, mas também o conhecimento sobre elas que possa levar a uma instrumentação capaz de trabalhar a representação imaginária destas línguas no espaço da América Latina e capaz de estabelecer, pela ampliação de seus espaços de enunciação, um cotejo de forças que trabalhe a pluralidade das línguas e não a extensão de uma língua como língua franca para o mundo.

(...)

É preciso que a ciência seja capaz de produzir um lugar de enunciação anti-hegemônico que faça sentido no conjunto das relações internacionais. Para isto seria fundamental tratar a questão lingüística no Mercosul como distinta de outros lugares. Seria preciso produzir

um trabalho que efetivamente incorporasse a posição que a história destas línguas produziu nestes novos espaços políticos.

Como consequência direta desta ação, torna-se necessário produzir materiais nesta direção. Ou seja, é preciso produzir uma instrumentação linguística específica que acabe por colocar estas línguas como línguas não-só-nacionais para todos os países concernidos. Desta forma esta questão linguística deixará de ser uma questão regional para ser uma questão das relações internacionais globalmente. Ou seja, é preciso reescrever a globalização a partir das posições que a globalização coloca, sem enunciar das posições periféricas. É preciso fazer com que o que é posto como espaço agregado ao centro, pela globalização como nova forma de dominação, seja ele próprio parte que enuncia e significa.

Vinte e três anos após a publicação deste texto de Eduardo Guimarães, continuamos enfrentando novos processos de dominação que envolvem línguas e produção de conhecimento no Mercosul. Francês, português, inglês, espanhol... São línguas de ciência, mas são línguas distintas, com histórias específicas. São línguas que instalam diferenças nas teorias. Penso que ter isso em vista contribui para pensar a importância de a ciência ser feita em diversas línguas e dar visibilidade às especificidades das histórias de construção dos saberes metalinguísticos em distintas condições de produção, no confronto com línguas diversas, abrindo espaço para a diversidade linguística e intelectual.

No espaço científico, são muitas as disputas pela definição de conceitos como *língua, linguagem, fala* etc. São disputas teóricas e epistemológicas, mas não apenas. São também disputas de sentidos, de interpretações, são um terreno de políticas científicas que são também políticas de línguas. Assim, traduzir teorias linguísticas é realizar políticas de línguas que são específicas ao cotidiano do fazer científico, é construir *políticas linguísticas ordinárias* (Ferreira, 2020) constitutivas do espaço conflituoso das línguas de ciência. Porque traduções são maneiras de domesticar um saber estrangeiro na nossa língua, colocando-a em confronto com a alteridade, e tornando possível vislumbrar o liame que separa e junta línguas outras, trazendo algo de uma língua estrangeira para a nossa e modificando o que foi trazido. Traduzir teorias linguísticas é viver a diferença das línguas em sua intransponibilidade, conviver sempre com regiões de *não saber* e, ainda assim, *construir um saber*.

## Referências

AQUINO, José Edicarlo de. A origem medieval da expressão *língua* materna: uma história contra a evidência de sentidos de um termo canônico na reflexão sobre a linguagem. *Gragoatá* (UFF), v. 24, p. 50-74. 2019.

AQUINO, José Edicarlo de. *O que há de materno na língua? considerações sobre os sentidos de língua materna*

no processo de gramatização brasileira nos séculos XIX e XX. Dissertação de Mestrado. Campinas: IEL/Unicamp. 2012.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Pontes, 1992.

BENVENISTE, Émile. (1968). Estrutura da língua e estrutura da sociedade. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

CANGUILHEM, Georges. (1980) O cérebro e o pensamento. *Natureza Humana*. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 183-210, jan./jun. 2006.

CASTRO, Maria Fausta Pereira de. A fala infantil e a aquisição da língua materna: reflexões em torno de um paradoxo. Em: Arnaldo Cortina (Org.). *Sujeito e linguagem*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, p. 11-28. 2009.

CERTEAU, Michel de. (1980). *L'invention do quotidien. Arts de faire*. Nouvelle édition, établie et présentée par Luce Giard. Paris: Éditions Gallimard, 1990 (Impresso na Itália em 2019).

CERTEAU, Michel de; Giard, Luce; Mayol, Pierre. (1994). *L'invention do quotidien. Habiter, cuisiner*. Nouvelle édition, revue et augmentée, présentée par Luce Giard. Paris: Éditions Gallimard (Impresso na Itália em 2019).

DEMOULE, Jean-Paul. *Mais où sont passés les indo-européens ? Le mythe d'origine de l'Occident*. Paris : Seuil, La librairie du XXI<sup>e</sup> siècle, 2014.

DUCROT, Oswald ; Todorov, Tzvetan. *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*. Paris: Seuil, 1972.

ENCICLOPÉDIA ABRIL. *Indo-europeu*. São Paulo: Abril Cultural, Tomo VI, 1976, 2ed., p. 412.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. A construção cotidiana do saber: aventuras pela história das ideias linguísticas. *Cadernos De Estudos Linguísticos*. Dossiê comemorativo dos 45 anos da CEL, vol. 65. 2023b.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. Um ensaio sobre a escrita da análise de discurso na história das ideias linguísticas. III Encontro Nacional em Análise do Discurso – ENADIS – *A linguagem e seu funcionamento: 40 anos de análise do discurso no Brasil*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Rondônia. 2023a.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes; Faria, Michel Marques de. Saïd Ali e a gente na história da língua e da gramatização brasileira. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas: IEL/Unicamp, v. 25, n. 49, p. 246-281. 2022.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. Saberes linguísticos cotidianos. *Revista Porto das Letras*. Número especial em História das Ideias Linguísticas, v. 6, n. 5. 2020.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. *A linguística entre os nomes da linguagem: uma reflexão na história das ideias*

*linguísticas no Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas: IEL/Unicamp. 2009.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. *Um Nome de Teoria Estabilizado, Sentidos em Movimento: A Semântica Argumentativa na História*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IEL/Unicamp. 2005.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. Relatório Científico de Iniciação Científica: “História dos Estudos sobre a Enunciação no Brasil”. Processo Fapesp nº. 01/02641-6. 2002.

FOURNET, Arnaud. Some comparative and historical considerations about Ferdinand de Saussure's distinction between *langue* and *langage*. Revista virtual de estudos da linguagem – *ReVEL*, vol. 8, n. 14. 2010.

GADET, Françoise; Pêcheux, Michel (1983). *A língua inatingível. O discurso na história da linguística*. Campinas: Pontes, 2004.

GUIMARÃES, Eduardo. *Multilinguismo, divisões da língua e ensino no Brasil*. Campinas: CEFIEL/IEL/Unicamp, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. Política de Línguas na América Latina. *Relatos*, n. 7. Campinas: Programa História das Ideias Linguísticas no Brasil. 2001.

GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *Produção e circulação do conhecimento: política, ciência, divulgação*. Campinas: Pontes, 2003.

GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *Produção e circulação do conhecimento: estado, mídia, sociedade*. Campinas: Pontes, 2001.

HELLER-HOAZEN, Daniel (2005). *Ecolalias: sobre o esquecimento das línguas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

ORLANDI, Eni. Língua imaginária e língua fluida. *Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas: RG, 11-19. 2009.

ORLANDI, Eni.. Ir ao congresso: fazer a história das ideias linguísticas? Em: Eni Orlandi; Eduardo Guimarães (Orgs.). *Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das ideias linguísticas*. Campinas: Pontes, 2002.

ORLANDI, Eni. *Discurso e texto. Formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni. (1993). Vão surgindo sentidos. Em: Eni Orlandi (Org.) *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 2001, 2ed.

ORLANDI, Eni. Língua imaginária e língua fluida. Colóquio. Campinas: IEL/Unicamp, 1985.

ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ORLANDI, Eni. Protagonistas do/no Discurso. *Série Estudos. Foco e Pressuposição*. n. 4. Uberaba: FISTA. 1978.

ORLANDI, Eni; Souza, Tânia Clemente de. A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. Em: Orlandi, E. (Org.). *Política linguística na América Latina*. Campinas: Pontes, 1988.

ORLANDI, Eni (Org.). *História das Ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Mato Grosso: Unemat, 2001.

PAYER, Maria Onice. Entre a língua nacional e a língua materna. Em: Freda Indursky; Maria Cristina Leandro Ferreira (Orgs.). *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, p. 337-346. 2007.

PÊCHEUX, Michel. (1983). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002, 3ed.

PFEIFFER, Claudia. L'école, la langue maternelle et la langue nationale. Em: Eni Orlandi; Eduardo Guimarães (Orgs.) *Un dialogue atlantique : production des sciences langage au Brasil*. Lyon : ENS Éditions. p. 115-125. 2007.

PFEIFFER, Claudia. Sentidos para sujeito e língua nacionais. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*. Campinas: Pontes, v. 7, p. 71-93. 2002.

SAUSSURE, Ferdinand de. (1916). *Cours de linguistique générale*. Paris : Payot, 1965.

SAUSSURE. Ferdinand de. (1916). *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1970. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein.

SAUSSURE, Ferdinand de. (1916). *Course in General Linguistics*. Illinois: Open Court Publishing, 1983. Tradução de Roy Harris.

SAUSSURE, Ferdinand de. (1916). *Course in General Linguistics*. Columbia University Press, 2011. Tradução de Wade Baskin.

VOGT, Carlos. *O Intervalo Semântico. Contribuição para uma teoria semântica argumentativa*. Tese de Doutorado. Paris, Campinas: IFCH/Unicamp. 1974.

## Posfácio

### Perguntas, inquietações, caminhos

São muitos os caminhos do conhecimento. Não são sem impasses, mas não também sem horizontes que se iluminam; não são sem tropeços, mas também não são sem o prazer de descobertas; não são sem incômodos, mas também não são sem alegrias. Por vezes não são sem assombros, não são sem sobressaltos, mas também por vezes não sem encantos, sem maravilhamentos. Não são sem trilhas, sem veredas, sem atalhos. Amiúde não são sem bifurcações, sem retornos, sem mudanças de rotas, sem revisão de itinerários. Se solitários muitas vezes e em parcerias outras tantas, não são sem estradas já percorridas, sem estradas recusadas, e ainda sem estradas a serem abertas, pavimentadas, sinalizadas. Os caminhos do conhecimento não são sem outros que se instauram a partir dele. Não são sem curiosidade, sem dúvidas, sem incertezas. Não são, enfim, sem perguntas. São elas a direção do posfácio a este livro composto de seis densos e instigantes ensaios-estradas.

*A História das Ideias Linguísticas em Seis Ensaios* é um livro que se inscreve em uma grande via do conhecimento: a que se inaugurou com o campo da História das Ideias Linguísticas no Brasil como resultado do encontro de Eni Orlandi com Sylvain

Auroux. Aqui podemos percorrer caminhos dessa via construídos por inquietações de pesquisadora-autora, Ana Cláudia Fernandes Ferreira, e de pesquisadores-autores, José Edicarlo de Aquino, Rogério Modesto, Gabriel Leopodino do Santos, Élcio Alosio Frago e Bruno Turra. Neste posfácio, estão em destaque suas perguntas com suas implicações. Perguntas são ferramentas que abrem caminhos, que rompem barreiras, que instauram pontes para lugares ainda não avistados ou somente entrevistados. São muitas as perguntas a partir das quais os ensaios deste livro são tecidos e com as quais nos enredam. Algumas delas se encontram no corpo do texto; outras saltam vigorosamente do texto para intitular partes. Há as que não se mostram, como é o caso de um dos ensaios aqui presentes. Nele o que se traz é o esforço, sem dúvida vigoroso, de colocar em relação dois campos que foram sendo apartados, como os da literatura e da linguística.

“Menos formalizado é o conceito de horizonte de projeção, o que talvez tenha a ver com a imagem da História como a disciplina responsável por estudar os acontecimentos passados, mas também com o embaraço de determinar, para além do tempo verbal, quais marcas do/no texto indicariam um olhar sobre o futuro, afinal como alguém poderia citar autores e teorias que ainda não existem?”; “Metodologicamente ainda, o estudo e a compreensão do conceito de horizonte de retrospecção podem ser guiados por determinadas perguntas: De que natureza são/foram os horizontes de projeção da linguística (antecipações, devaneios, projeções, programas científicos, prospectivas,

planificações, profecias, etc.)? Quais são o estatuto, a função, as questões desses futuros no passado? Quais condições sócio-institucionais favorecem a projeção dos saberes linguísticos? Como os horizontes de projeção são articulados aos horizontes de retrospeção, isto é, às representações do passado que as teorias linguísticas se dão em um determinado momento de sua história? Em que medida a atividade dos linguistas se concebe como a realização de projetos (ou de programas) formulados no passado? O caráter predicativo das teorias é suficiente para constituir um horizonte de projeção? Quais as formas de discurso carregam a inscrição de considerações prospectivas (prefácios, recados ao leitor, corpo das exposições gramaticais, escritos de história da gramática propriamente ditos, textos no âmbito da planificação institucional)? Que categorias historiográficas permitem pensar a dimensão projetiva da história da linguística?"

“‘Intelectual negro’: um sintagma *estranho*?; ‘Reverbero mais uma vez as palavras do filósofo argelino: *basta uma nova palavra para desembaraçar o espaço duma pergunta*. A pergunta principal sobre a qual me debruço é *desembaraçada* pela palavra *intelectual* que, no sintagma *intelectual negro* é, neste texto, a nova palavra que joga com a ‘velha’ palavra, tão familiar às condições de produção de uma sociedade racializada: *negro*. Pergunto então: como *intelectual negro* significa na discursividade dos estudos da linguagem no Brasil, especialmente na passagem do século XIX para o XX? E, mais especificamente, é possível falar na constituição e inscrição de uma posição-sujeito ‘intelectual negro’ que,

de algum modo, possa se diferenciar de uma posição-sujeito intelectual outra na qual línguas e sujeitos racializados não sejam predicados de modo racista nos estudos da linguagem brasileiros?”

“Que língua (nacional) é esta que está sendo representada imaginariamente no discurso literário textualizado em *Iracema*? Que língua é esta que é colocada em funcionamento por este discurso?”; “Como encontrar um lugar de uma memória própria sem sermos falados por essa memória (outra) europeia? Como inaugurar um outro dizer sem ser dito por essa outra memória (a europeia/colonizadora)?”; “Hoje, o complexo das formações ideológicas e a disputa entre elas para figurar como a dominante precisa ser considerado, dada a história de nossa formação social, para uma análise das línguas e das políticas que são implementadas. Ou seja, são outras as condições de produção. Qual a relação entre Estado, Ciência e Sociedade, quando se pensa nessas políticas, atualmente?”

“Como pensar, então, o tempo na sincronia e na diacronia?”; “Que é a identidade sincrônica?”; “Uma diferença ‘no interior de um mesmo significante’?”; “O relançamento da questão: o sujeito, a língua e o Tempo”

“Não é intrigante se dar conta de que muitas pessoas no mundo falam tantas línguas que não podemos entender? E perceber que muitas dessas línguas têm relações de parentesco, algum passado comum, mesmo sendo diferentes? Olha o português ali, vindo do itálico e da língua hipotética original

chamada de indo-europeu! Cadê o árabe? Vamos procurar. Não está aí... E por que essas línguas estão aí, mas outras não estão? Então o português não veio do árabe? Será que eu pensava tudo isso quando era criança ou estou pensando agora? Provavelmente não pensava dessa maneira. Mas o que me fascinava, intrigava, nessa imagem?"; "Outra pergunta que ficou é: como é traduzida a diferença teórica de *language* em relação à competência e à performance?"; "Há, nas traduções para o inglês, uma interferência de palavras (e de conceitos?) do inglês (e das teorias linguísticas dessas línguas?)"

"As perguntas são sempre perguntas do seu tempo", nos diz Lília Schwarcz em um recente programa, o Roda Viva. Se são de seu tempo, elas também atravessam temporalidades. Há perguntas que ficam, que retornam, que reverberam, que se desdobram, que instauram outras perguntas, que encontram respostas e também que seguem demandando respostas. Não se faz ciência sem perguntas; não se produzem reflexões sem elas. Parafraseando Flauhaut, em *A fala intermediária*, que diz "O saber (é o que dele esperamos) não nos mantém como éramos", podemos dizer que as perguntas não nos mantêm como éramos... Boas leituras.

**Vanise Medeiros**

## Referências

Flahaut, François. *A fala intermediária*, Lisboa: Via editora, 1979, p. 8.

## Perfil dos colaboradores

**Ana Cláudia Fernandes Ferreira** é docente do DL/IEL da Unicamp. Em suas pesquisas em História das Ideias Linguísticas, vem indagando sobre a questão da construção cotidiana do saber, considerando as relações entre constituição, formulação e circulação dos saberes linguísticos, em suas divisões e hierarquizações, e com destaque para o funcionamento dos saberes linguísticos cotidianos sobre a(s) língua(s) do/no Brasil. E-mail: anacla99@unicamp.br.

**Bruno Turra** é psicanalista, membro do Fórum do Campo Lacaniano de São Paulo e doutor em linguística pelo IEL-Unicamp, com estágio doutoral na Université Sorbonne Nouvelle. É autor do livro *Ferdinand de Saussure e seu saber-fazer com a escrita* e tradutor da biografia *Saussure*, de John Joseph. E-mail: bruno.m.turra@gmail.com.

**Élcio Aloisio Fragoso** é professor Associado na Universidade Federal de Rondônia (UNIR) onde, além de atividades de ensino e extensão, desenvolve pesquisas na área de Linguística, particularmente em Análise de Discurso e História das Ideias Linguísticas. Possui mestrado e doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Fez estágio de Pós-doutorado junto ao Programa de Pós-

Graduação em LETRAS/CAL/UFSM. Lidera o Grupo de Pesquisa *Conhecimento, História e Língua* (GPeCHeLi-CNPq/UNIR). Coordena o *Encontro Nacional em Análise de Discurso* (ENADIS). Atualmente, é o coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGML/UNIR). E-mail: elciofragoso@unir.br.

**Gabriel Leopoldino dos Santos** é professor da área de Letras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Possui mestrado e doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Realiza pesquisas na área de Semântica do Acontecimento, com ênfase na temática de política de línguas em espaços de enunciação diversos. E-mail: gabriel.leopoldino@ifsp.edu.br.

**José Edicarlo de Aquino** é professor Adjunto na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Graduado em Letras Português pela Universidade de Brasília, fez mestrado e doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas e também doutorado em Sciences du Langage pela Université Sorbonne Nouvelle. Realiza pesquisas na área de História das Ideias Linguísticas, com foco na reflexão sobre a linguagem e as línguas no século XIX no Brasil. E-mail: edicarlo\_aquino@yahoo.com.br.

**Lucília Maria Abrahão e Sousa** é professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Coordenadora do Grupo de Pesquisa *Discurso e memória: movimentos do*

*sujeito*, cadastrado junto ao Diretório de Grupos do CNPQ. Membro do Fórum do Campo Lacaniano de São Paulo da Internacional dos Fóruns do Campo Lacaniano. Email: luciliamasousa@gmail.com.

**Phellipe Marcel da Silva Esteves** é professor adjunto da Universidade Federal Fluminense. Jornalista (UFRJ), mestre em Letras (Língua Portuguesa - Uerj) e doutor em Estudos de Linguagem (UFF, com estágio de doutorado-sanduíche na Université Paris 13). Egresso do programa de residência em pesquisa da Biblioteca Nacional. Pesquisador do *Laboratório Arquivos do Sujeito* e vice-coordenador do *Grupo Arquivos de Língua*, com Vanise Medeiros. Tem como áreas de interesse a História das Ideias Linguísticas, a Análise do Discurso e a História do Livro. E-mail: phellipemarcel@id.uff.br.

**Rogério Modesto** é professor Adjunto A de Língua Portuguesa e Linguística do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), onde atua na graduação e no Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagens e Representações. Possui Licenciatura e Bacharelado em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia - UFB (2010); mestrado (2014) e doutorado (2018) em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Durante o doutorado, realizou estágio de pesquisa no Laboratoire Triangle, da École Normale Supérieure de Lyon. É líder do DTeR - *Discurso e Tensões Raciais* (DLA/UESC). Interessa-se por Análise

de Discurso, História das Ideias Linguísticas, Língua e Racialidade. E-mail: roger.luid@gmail.com.

**Vanise Medeiros** é Professora associada da Universidade Federal Fluminense (UFF), com pós-doutorado pela Sorbonne Nouvelle – Paris III. Bolsista do CNPq e Cientista do Nosso Estado (FAPERJ). Coordenadora do *Grupo Arquivos de Língua* (GAL) em parceria com Phellipe Marcel e uma das coordenadoras do *Laboratório Arquivos do Sujeito* (LAS) da UFF. Tem experiência na área de Letras, atuando em Análise de Discurso e História das Ideias Linguísticas. Email: vanisegm@yahoo.com.br.

## Índice remissivo

### A

- Academia 10, 40, 57, 58, 67, 69, 70, 71, 92
- Acontecimento 12, 18, 20, 21, 22, 90, 93, 97, 98, 102, 141, 144, 157, 165, 169, 170, 270
- Acontecimento discursivo 143
- Acontecimento enunciativo 104, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113
- Afasia 217
- Alteridade 156, 176, 179, 237, 252, 262
- Análise de discurso 10, 97, 123, 127, 130, 134, 141, 144, 152, 157, 163, 165, 167, 175, 181, 234, 244, 245, 259
- Arquivo 22, 81, 120, 148, 149, 175
- Artefato 251
- Autor 12, 16, 18, 20, 28, 48, 49, 60, 82, 120, 125, 129, 132, 136, 143, 154, 159, 162, 164, 165, 166, 167, 173, 174, 181, 199, 200, 213, 221, 230, 236, 243, 244, 245, 258, 259, 270
- Autoria 29, 49, 57, 120, 125, 130, 159, 164, 165, 171, 173, 174

### B

- Biblioteca 233, 239, 241
- Bilinguismo 108, 114

## C

- Ciência 17, 19, 45, 95, 131, 163, 199, 200, 202, 257, 260, 261, 272, 272
- Ciências da linguagem 2, 17, 97, 98, 201, 245
- Ciências da natureza 18, 199
- Ciências humanas 67, 180, 182, 192, 222, 258
- Cientificidade 31, 43, 44, 45, 95
- Cientista 249
- Círculo de praga 208
- Classificação 27, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 42, 46, 47, 254, 255
- Conceito 12, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 49, 57, 60, 64, 73, 75, 80, 81, 90, 98, 99, 100, 101, 102, 134, 169, 192, 193, 194, 197, 198, 200, 202, 214, 216, 219, 248, 250, 252, 256, 257, 258, 262, 270, 273
- Condições de produção 63, 70, 75, 90, 91, 95, 98, 129, 130, 131, 134, 164, 165, 167, 175, 244, 245, 252, 256, 258, 259, 261, 271, 272
- Congresso 230, 235, 236, 237
- Conhecimento 17, 18, 19, 20, 21, 22, 32, 49, 50, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 89, 91, 92, 94, 98, 124, 172, 174, 177, 180, 237, 243, 250, 258, 259, 260, 261, 269
- Conhecimento linguístico 10, 22, 138, 256
- Contradição 21, 56, 69, 128, 135, 139, 148, 153, 156, 175, 176, 177, 234
- Cotidiano 12, 229, 230, 231, 232, 262
- Crítica literária 92

## D

- Descoberta 18, 200, 246, 260, 269
- Descrição 99, 123, 125, 147, 149, 157, 161, 162, 170, 171, 238
- Diacronia 191, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 272
- Dicionário 16, 99, 140
- Disciplina 10, 20, 90, 97, 98, 100, 115, 192, 199, 200, 202, 205, 244, 245, 270
- Disciplinarização 245
- Discurso 9, 18, 20, 25, 29, 30, 38, 39, 44, 45, 48, 57, 61, 64, 94, 96, 113, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 134, 135, 137, 141, 142, 143, 145, 148, 149, 151, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 162, 163, 164, 167, 168, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 186, 187, 197, 213, 215, 219, 234, 244, 245, 252, 256, 258, 259, 271
- Discurso científico 244
- Discurso dominante 80, 82
- Discurso fundador 96
- Discurso lendário 121, 123, 143, 154
- Discurso literário 119, 120, 122, 130, 137, 138, 141, 143, 150, 152, 161, 163, 166, 167, 168, 173, 179, 185, 186, 187, 272
- Discurso romântico 138, 142, 150, 153, 166, 176, 177, 178
- Discurso nacionalista 147, 184
- Discurso naturalista 178
- Discurso normativo 41
- Discurso positivista-burguês 95

Discurso textualizado 119, 122, 123, 124, 125, 126, 127,  
128, 129, 130, 131, 135, 136, 141, 142, 143, 144, 146,  
148, 149, 152, 153, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162,  
163, 164, 170, 175, 178, 180, 181, 182, 184, 186, 187  
Discursos racializados 82  
Discursividade 63, 96, 160, 271

## E

Enciclopédia 239, 241  
Ensino 27, 31, 48, 49, 75, 76, 94, 100  
Enunciação 24, 97, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 205,  
260  
Epistemologia 10, 57, 67, 69  
Epistemicídio 73, 74, 75  
Equívoco 133, 141, 152, 154, 156, 157, 158, 175  
Escola 10, 27, 49, 177, 207, 239, 241  
Escolas linguísticas 144  
Escolas literárias 135  
Escrita 78, 156, 176, 177, 181, 186, 201, 230, 231, 232, 233,  
234, 237  
Escritor 34, 35, 36, 40, 41, 47, 48, 93, 122, 125, 168, 171,  
174, 186  
Espaço de enunciação 102, 106, 107, 108, 109, 110, 112,  
114, 115, 260  
Estado 15, 16, 26, 29, 30, 48, 49, 50, 93, 94, 119, 120, 124,  
129, 130, 131, 132, 166, 167, 173, 177, 178, 187, 272  
Espanhol 233, 261  
Estilo 27, 35, 46, 130, 133, 134, 135, 139, 153, 172  
Estrutura 26, 61, 68, 101, 128, 170, 196, 211, 215, 217, 257  
Estruturalismo 191, 192, 198, 200, 208

Estudos literários 68, 91, 93, 95, 96  
Estudos linguísticos 44, 60, 63, 258  
Estudos da linguagem 55, 60, 62, 63, 68, 71, 73, 74, 75,  
81, 83, 230, 243, 244, 245, 256, 271, 272  
Evento 12, 95, 206, 229, 230, 231, 235, 236, 237, 241, 242,  
243, 246  
Exterioridade 146, 150

## F

Fala 64, 99, 136, 145, 146, 147, 156, 163, 193, 194, 196,  
200, 204, 211, 212, 229, 235, 242, 247, 256, 262, 273  
Falante 41, 47, 50, 77, 89, 98, 100, 101, 102, 107, 108, 110,  
111, 112, 114, 115, 161, 204, 205, 211, 213  
Filologia 19, 71, 76, 150, 200  
Filólogo 71, 75  
Fonética 20, 34, 202, 203, 207  
Fonologia 27, 37, 207  
Forma 49, 101, 109, 112, 126, 127, 134, 144, 149, 157, 159,  
164, 165, 167, 169, 170, 171, 173, 180, 182, 184, 185,  
186, 257  
Forma-sujeito 129, 131, 132, 161, 164, 185  
Formação discursiva 55, 128, 129, 130, 131, 132, 133,  
134, 135, 157, 162, 163, 164, 166, 168  
Formação social 58, 63, 65, 123, 126, 129, 130, 131, 138,  
175, 176, 178, 179, 180, 272  
Francês 144, 191, 208, 233, 236, 242, 247, 249, 252, 261  
Futuro 12, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 45, 50,  
92, 236, 239, 241, 270, 271

## G

- Gallo-romano 249
- Gênero textual 92
- Gênio da língua 36, 41, 46, 48, 241
- Gramática 16, 19, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 36, 37, 39, 44, 47, 48, 49, 74, 76, 99, 250, 271
- Gramático 23, 27, 28, 29, 30, 32, 35, 36, 38, 39, 41, 42, 43, 45, 47, 48, 49, 71, 74, 136
- Gramática filosófica 27
- Gramática geral 23, 31, 42, 43, 44, 45, 49
- Gramática histórico-comparada 18, 19, 43, 44, 45, 201
- Gramáticos brasileiros 15, 16, 25, 26, 27, 32, 33, 35, 37, 41, 43, 48
- Gramatização 156, 166, 250
- Gramatização brasileira 15, 16, 26, 29, 36, 45, 47, 243

## H

- História 9, 10, 12, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 27, 50, 60, 71, 73, 74, 75, 76, 81, 82, 83, 93, 95, 98, 104, 110, 113, 115, 120, 121, 122, 127, 131, 134, 138, 144, 146, 148, 150, 152, 160, 162, 164, 166, 167, 173, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 184, 187, 191, 198, 200, 202, 207, 222, 223, 229, 230, 236, 238, 239, 241, 242, 243, 249, 251, 256, 258, 260, 261, 270, 271, 272
- Historiador 17, 23, 24, 91, 92, 94, 105
- História da língua 76, 207, 239
- História da linguística 11, 25, 271

História da literatura 92, 93, 95, 96, 99, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 111, 112, 113, 114, 115  
História das ideias linguísticas 9, 10, 11, 12, 19, 22, 25, 26, 63, 76, 80, 81, 83, 89, 97, 98, 103, 192, 229, 230, 235, 236, 237, 238, 241, 242, 244, 245, 251, 259, 269  
Historicidade 18, 124, 137, 139, 146, 154, 155, 164, 166, 169, 170, 173, 183, 187  
Historiografia literária 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 100, 103, 113, 115  
Horizonte de projeção 15, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 29, 32, 34, 36, 38, 45, 46, 47, 49, 50, 91, 270, 271  
Horizonte de retrospectiva 17, 18, 19, 24, 25, 49, 91, 270, 271

## I

Ideia 12, 17, 23, 45, 56, 79, 80, 81, 98, 135, 139, 149, 158, 183, 184, 199, 221, 231  
Ideia linguística 27, 30, 98  
Ideologia 56, 94, 126, 127, 128, 138, 148, 159, 160, 162, 176, 181, 183  
Identidade 49, 70, 74, 80, 81, 93, 94, 95, 115, 121, 126, 127, 139, 143, 146, 150, 166, 167, 173, 177, 178, 221, 272  
Identificação 58, 60, 72, 82, 96, 133, 143, 151, 152, 166, 177, 178, 209, 220  
Indígena 57, 77, 107, 108, 109, 121, 122, 123, 126, 127, 139, 140, 146, 149, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 171, 172, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 187  
Idioma 36, 76, 77, 108, 109, 249  
Indo-europeu 240, 273

Imagem 20, 56, 58, 122, 140, 142, 146, 239, 241, 270, 273  
Imagem acústica 257  
Inglês 233, 236, 248, 252, 256, 258, 261, 273  
Instituição 68, 182, 187  
Institucionalização 123, 126, 135, 173, 174, 245  
Instrumento de política de línguas 89, 90, 98, 99, 100,  
102, 103, 113, 114, 115  
Instrumento linguístico 10, 15, 28, 99, 100, 113, 165, 176,  
186  
Intelectual 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67,  
68, 69, 70, 71, 73, 81, 271, 272  
Intelectualidade 55, 56, 57, 58, 59, 64, 66, 69, 70, 71, 81  
Interdiscurso 56, 153, 154, 162  
Interpretação 22, 120, 122, 123, 125, 130, 142, 144, 147,  
148, 149, 153, 157, 160, 161, 162, 164, 167, 170, 174,  
175, 178, 182, 183, 184, 187, 216, 259  
Intradiscurso 60, 153, 154

## L

Leitor 16, 25, 120, 174, 185, 210, 217, 249, 271  
Leitura 82, 97, 120, 148, 160, 165, 174, 175, 183, 191, 192,  
193, 194, 198, 199, 200, 208, 211, 212, 213, 214, 218,  
220, 233, 235  
Letra 33, 37, 39, 40, 64, 71, 233, 241  
Letramento 76  
Língua 10, 16, 19, 27, 36, 39, 41, 43, 47, 48, 49, 50, 77, 78,  
79, 82, 83, 99, 100, 101, 102, 106, 108, 109, 110, 112,  
114, 119, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 129, 133, 134,  
135, 136, 137, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 148,  
151, 152, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 166,

167, 168, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 179, 180, 181,  
182, 184, 185, 186, 195, 198, 201, 203, 204, 207, 210,  
211, 212, 213, 215, 219, 222, 223, 240, 241, 243, 246,  
247, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 256, 257, 258, 259,  
260, 262, 272

Língua africana 10, 77, 114

Língua bárbara 139, 155, 172

Língua escrita 76

Língua de ciência 243, 246, 247, 249, 250, 252, 256, 261,  
262

Língua imaginária 246, 251

Língua indígena 10, 77, 114, 124, 139, 155, 156, 172, 176

Língua inglesa 203

Língua literária 122, 124, 125, 146, 182

Língua materna 11, 250, 252

Língua nacional 12, 16, 28, 76, 105, 111, 114, 119, 120,  
122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 132, 133, 136, 137,  
138, 139, 140, 141, 142, 145, 146, 148, 149, 150, 152,  
153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164,  
166, 167, 170, 176, 177, 180, 181, 182, 184, 185, 186,  
187, 243, 250

Língua natural 152, 173, 185, 186, 250

Língua neolatina 248, 249

Língua poética 182

Língua portuguesa 10, 27, 28, 37, 41, 46, 47, 72, 75, 76,  
106, 108, 109, 110, 112, 114, 115, 119, 125, 128, 129,  
131, 133, 136, 137, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 153,  
155, 156, 162, 170, 173, 176, 181, 182, 185, 186, 187

Língua românica 46, 249, 252

Linguagem 9, 15, 27, 36, 64, 77, 89, 91, 97, 98, 99, 102,  
124, 125, 130, 133, 137, 144, 145, 146, 149, 150, 152,

154, 155, 158, 159, 160, 164, 165, 167, 169, 170, 171,  
173, 174, 176, 182, 183, 186, 187, 196, 201, 214, 215,  
217, 218, 223, 242, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253,  
254, 256, 257, 258, 262

Linguagem poética 133, 136, 160, 183, 184, 187

Linguista 25, 49, 105, 195, 198, 199, 200, 206, 208, 210,  
215, 217, 218, 221, 222, 235, 236, 241, 271

Linguística 24, 42, 44, 73, 75, 89, 143, 145, 191, 192, 193,  
195, 198, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210,  
212, 214, 215, 217, 237, 241, 245, 247, 248, 250, 258,  
270

Linguística histórica 27, 209, 250

Literato 105, 120, 123, 124, 125, 136, 139, 147, 173, 181,  
183, 245

Literatura 12, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 104, 105, 119, 123,  
126, 127, 129, 135, 136, 138, 139, 145, 158, 159, 162,  
163, 168, 169, 170, 172, 182, 183, 184, 185, 186, 270

Literatura brasileira 95, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 112,  
113, 114, 115

Literatura nacional 95, 105, 123, 136, 138, 163, 168, 182

Livro 11, 100, 102, 103, 104, 106, 111, 144, 151, 184, 191,  
241, 269, 270

Locutor 99, 106, 109, 147

## **M**

Manuais 76, 95

Materialidade discursiva 144, 158, 160, 161, 175, 183

Materialidade linguística 104, 113, 160, 181

Memorável 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 113

Memória 18, 19, 27, 50, 73, 78, 120, 121, 123, 128, 132,  
143, 144, 146, 147, 148, 150, 156, 165, 166, 168, 172,  
180, 183, 184, 186, 187, 192, 213, 222, 272  
Memória discursiva 150, 151, 171, 172, 180, 234  
Mestiçagem 78, 80, 81, 82  
Mestiço 104, 107, 108, 109, 114  
Metafísica 39, 43  
Metáfora 141, 142, 146, 147, 151, 152, 153, 154, 218, 239,  
241  
Metonímia 49, 218  
Morfologia 27, 37  
Mitologia 241  
Mudança 202, 203, 206, 207, 208, 210, 211, 213, 220, 222,  
269

## N

Nação 10, 16, 49, 93, 129, 138, 139, 150, 152, 166, 167,  
172, 177, 178, 186, 187  
Narração 147, 169, 170, 171, 238  
Narrativa 68, 169, 170, 171  
Negro 58, 63, 64, 65, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80,  
81, 82, 107, 108, 109, 271  
Negritude 57, 59, 60, 64, 72, 74, 79, 80, 82, 83  
Neogramáticos 201, 208  
Noção 18, 69, 134, 135, 138, 148, 165, 166, 168, 169, 170,  
212, 213, 222, 252  
Nome 38, 39, 40, 42, 60, 73, 74, 75, 114, 169, 174, 191,  
232, 236, 244, 245, 246  
Nomeação 89, 93, 109

## O

Oralidade 76, 156, 157, 176

## P

Palavra 27, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 47, 60, 62, 65, 79, 99,  
121, 122, 134, 139, 140, 141, 142, 151, 201, 209, 211,  
220, 221, 247, 248, 249, 250, 252, 256, 258, 259, 271,  
273

Paráfrase 134, 176, 183, 234

Passado 12, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 50, 91, 95, 121,  
240, 241, 271, 272

Pedagogia 60, 73, 74, 75

Pensamento 65, 68, 70, 77, 78, 135, 136, 137, 149, 150,  
154, 161, 171, 172, 184, 185, 186, 187, 200, 257

Plural 38, 203, 204, 205

Poesia 11, 105, 108, 112, 120, 126, 127, 128, 134, 136, 138,  
141, 143, 144, 157, 158, 159, 160, 161, 167, 169, 170,  
180, 181, 182, 183, 186

Poética 94

Polissemia 176, 183, 234

Política de línguas 12, 28, 89, 90, 98, 99, 100, 101, 102,  
103, 113, 114, 115, 119, 129, 242, 243, 260, 262

Política linguística 89, 98, 100, 101, 119, 131, 262

Português 11, 26, 27, 28, 31, 32, 34, 37, 38, 39, 46, 47, 48,  
77, 110, 112, 114, 115, 139, 240, 247, 248, 252, 256, 261,  
272, 273

Português brasileiro 9, 77, 80, 233, 250, 252, 256

Português do/no Brasil 10, 27, 76, 77, 110

Português de Portugal 77, 110, 136, 233  
Posição-sujeito 63, 123, 125, 131, 132, 136, 164, 173, 235,  
236, 271  
Povo 57, 73, 104, 121, 145, 148, 174, 249  
Presente 22, 112, 241  
Progresso 18, 43, 44, 95  
Projeto 9, 10, 12, 15, 18, 19, 22, 23, 25, 26, 50, 57, 58, 78,  
79, 93, 231, 232, 233, 236, 271  
Prosa 127, 134, 138, 157, 158, 159, 167, 168, 169, 170, 171,  
173, 181, 184, 186  
Psicanálise 191, 193, 214

## R

Racialidade 12, 70, 77, 78, 79, 82  
Racismo 58, 68, 73, 75, 77, 79, 82  
Relações associativas 217, 218  
Relações sintagmáticas 217, 218  
Real 19, 91, 121, 123, 136, 157, 160, 163, 175, 179, 184,  
215, 246, 251, 252  
Retórica 94, 142, 150, 169  
Romantismo 92  
Ruptura 18, 159

## S

Saber 9, 12, 18, 19, 20, 21, 47, 48, 49, 56, 57, 58, 61, 67, 68,  
74, 91, 124, 125, 151, 160, 173, 174, 177, 180, 229, 230,  
231, 233, 234, 237, 238, 241, 242, 243, 244, 245, 246,  
247, 262, 273  
Saber científico 43, 234, 237

Saber linguístico 15, 25, 49, 251, 256, 271  
Saber metalinguístico 9, 16, 82, 177, 250, 261  
Semântica 35, 93, 98, 112, 144  
Semântica argumentativa 244  
Semântica da enunciação 10, 245  
Semântica do acontecimento 90, 97, 98, 102  
Sentido 12, 18, 35, 49, 55, 56, 60, 61, 101, 104, 114, 119,  
121, 123, 124, 127, 128, 130, 133, 135, 136, 138, 139,  
140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152,  
153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164,  
167, 170, 173, 175, 176, 178, 181, 182, 183, 184, 185,  
186, 187, 196, 211, 220, 221, 233, 234, 235, 237, 248,  
258, 260  
Significante 60, 61, 62, 79, 143, 147, 150, 160, 161, 181,  
196, 197, 198, 203, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220,  
221, 222, 257, 272  
Significação 9, 40, 114, 126, 140, 141, 144, 145, 150, 154,  
181, 184, 185, 215, 216, 244, 250, 258  
Significado 145, 149, 150, 197, 215, 216, 219, 257  
Signo 19, 147, 212, 217, 257  
Sincronia 191, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 200, 201, 202,  
203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213,  
214, 215, 216, 218, 219, 220, 272  
Sintaxe 27, 37, 38, 62  
Sistema 27, 48, 68, 94, 148, 150, 195, 196, 197, 201, 202,  
203, 204, 206, 207, 208, 210, 213, 250, 251, 257  
Sociedade 49, 63, 65, 67, 68, 70, 75, 93, 129, 130, 131, 138,  
177, 179, 246, 256, 257, 258, 271, 272  
Som 36, 37, 39, 47, 249, 257  
Substância 257

Sujeito 18, 38, 49, 67, 68, 70, 94, 101, 120, 123, 125, 129,  
132, 133, 134, 143, 147, 148, 149, 151, 154, 155, 162,  
163, 164, 166, 167, 174, 177, 178, 179, 180, 181, 182,  
183, 186, 187, 198, 200, 202, 213, 219, 220, 222, 223,  
237, 246, 256, 258, 259, 272  
Sujeito falante 10, 202, 204, 212, 219

## T

Tecnologias 16

Teoria 20, 25, 35, 38, 46, 57, 101, 105, 120, 144, 145, 165,  
217, 222, 244, 245, 246, 256, 258, 259, 261, 262, 270,  
271

Teoria literária 245

Teorias linguísticas 16, 25, 256, 262, 271, 273

Teorização 22, 82, 182, 193, 200, 203, 213

Tempo 17, 18, 20, 21, 22, 49, 91, 93, 140, 192, 195, 196,  
197, 198, 202, 203, 204, 211, 212, 213, 219, 220, 222,  
229, 231, 232, 233, 238, 239, 246, 247, 270, 272, 273

Temporalidade 19, 64, 91, 197, 273

Terminologia 20, 40, 42, 46, 47, 48, 49

Texto 18, 20, 23, 24, 25, 36, 79, 97, 100, 111, 113, 114, 115,  
143, 165, 187, 198, 199, 200, 202, 208, 209, 214, 230,  
232, 233, 234, 235, 239, 249, 261, 270, 271

Textualidade 112, 113, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128,  
130, 132, 136, 137, 138, 141, 142, 147, 148, 149, 150,  
154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 164, 165, 166,  
168, 169, 170, 171, 173, 174, 177, 178, 180, 182, 183,  
184, 185, 187

Tradução 139, 156, 172, 184, 216, 242, 247, 248, 252, 255,  
256

## V

Valor 41, 93, 145, 147, 196, 202, 217, 220, 257

Voz 26, 37, 38, 39, 249, 256

Pelos ensaios aqui reunidos, podemos conceber o estado da arte da pesquisa contemporânea em História das Ideias Linguísticas no nosso país: a construção da língua nacional no século XIX e a política de línguas continuam como temáticas fundamentais; o estudo da literatura e o debate sobre racialidade ganham preponderância; interpretações canônicas sobre figuras centrais das ciências da linguagem são revistas e conceitos, inclusive os da própria HIL, são esquadrihados e ressignificados; estudam-se autores consagrados ao mesmo tempo em que recuperam-se personalidades apagadas na história; são esmiuçados tanto os eventos do passado quanto os projetos de futuro; e, para além de fixar o olhar nas instituições e acontecimentos canônicos, investiga-se também o saber cotidiano.

